



Cultura e Desenvolvimento Sustentável
Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

André Filipe de Sousa Marques

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e
Relações Internacionais – Especialização em Estudos
Europeus**

Agosto 2022

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na vertente de Estudos Europeus, realizado sob a orientação científica da Professora Catherine Moury.

"Development divorced from its human and cultural context is growth without a soul"

- Our Creative Diversity

"Access to and participation in cultural life is essential to our well-being. If development is to be fair, inclusive, and truly sustainable, people and their cultures must be placed at its heart"

- Ernest Ottone

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Catherine Moury por ter aceitado orientar o presente Relatório de Estágio.

À Doutora Fernanda Heitor, na qualidade de orientadora do local de estágio, que permitiu a realização do mesmo no GEPAC.

À Mafalda, que me ajudou desde o primeiro dia até à entrega deste relatório. Por todos os conhecimentos transmitidos e pela sua constante disponibilidade, paciência e abertura que permitiram a construção deste trabalho de investigação.

Queria também deixar uma palavra especial de apreço a toda a equipa da Direção de Serviços de Relações Internacionais, sem a qual esta experiência não teria sido tão enriquecedora.

À Graça, sempre presente, pelos longos serões, conselhos pertinentes e boa disposição.

À Beatriz, que mesmo estando do outro lado do mundo, esteve sempre tão perto, motivando-me e apoiando-me ao longo de todo este percurso.

Por fim, aos meus queridos pais e família por toda a paciência, incentivo e apoio incondicional.

Cultura e Desenvolvimento Sustentável

André Filipe de Sousa Marques

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: GEPAC; Presidência Portuguesa do Conselho da UE; PPUE; Cultura; Setores Culturais e Criativos; Desenvolvimento Sustentável

Atualmente, o desenvolvimento sustentável é, simultaneamente, um dos maiores objetivos, e um dos maiores desafios para a espécie humana. Desde a década de 70 até à adoção da Agenda 2030 da ONU, que este tem ganho crescente relevância nas agendas políticas internacionais, tendo-se tornado uma prioridade global. Em paralelo, têm sido feitos esforços por parte de várias organizações para que seja reconhecido o contributo da cultura para o alcançar. O presente relatório propõe-se a analisar este potencial, mais especificamente, do papel que os Setores Culturais e Criativos europeus podem desempenhar para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Através da experiência de estágio no Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, foi possível testemunhar o profundo impacto que a pandemia teve no setor cultural, questão central que guiou as iniciativas desenvolvidas pela área governativa da cultura, visando a sua recuperação. Assim, este trabalho, não só analisa o seu contributo para alcançar os ODS, como também tem por objetivo relevar o papel essencial que estes setores podem desempenhar no futuro pós-pandémico, para alcançar um futuro verdadeiramente sustentável.

Culture and Sustainable Development

André Filipe de Sousa Marques

ABSTRACT

KEYWORDS: GEPAC; Portuguese Presidency of the Council of the EU; PPUE; Culture; Cultural and Creative Sectors; Sustainable Development

Currently, sustainable development is, simultaneously, one of the greatest goals and one of the greatest challenges for humankind. Since the 1970s, to the adoption of the UN 2030 Agenda, it has gained increasing relevance in international political agendas, having become a global priority. In parallel, efforts have been made by several organizations to recognize the contribution of culture to achieve it. The present report proposes to analyse this potential, more specifically the role that the Cultural and Creative Sectors can play in achieving the Sustainable Development Goals. Through the internship experience in the Bureau for Cultural Strategy, Planning and Assessment, in the context of the Portuguese Presidency of the Council of the EU, it was possible to witness the profound impact that the pandemic had on the cultural sector, a central issue that guided the initiatives developed by the governmental field of culture, aiming at its recovery. Thus, this work, not only analyses its contribution to achieving the SDGs, but also aims to highlight the essential role that these sectors can play in the post-pandemic future, in order to achieve a truly sustainable future.

ÍNDICE

Lista de abreviaturas.....	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - Cultura e Desenvolvimento Sustentável	7
I.1 – Cultura.....	7
I.1.1 – Setores Culturais e Criativos	10
I.1.2 - Cultura na União Europeia.....	10
I.2 - Desenvolvimento Sustentável	15
I.2.1 – Contextualização histórica	15
I.2.2 – O conceito de Desenvolvimento Sustentável	24
I.2.3 – Desenvolvimento Sustentável na União Europeia.....	32
I.3 - Cultura e Desenvolvimento Sustentável – Estado da Arte	39
I.3.1 - ODS n.º 1 – Erradicar a pobreza.....	58
I.3.2 - ODS n.º 8 – Trabalho digno e crescimento económico	64
I.3.3 – ODS n.º13 – Ação climática.....	73
CAPÍTULO II - Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE21)	78
II.1 – PPUE: Contextualização e antecedentes.....	79
II.1.1 – Prioridades da Presidência Portuguesa e principais conquistas	85
II.2 – Área Governativa da Cultura e do Audiovisual da PPUE.....	90
II.2.1 – Fragilidades dos Setores Culturais e Criativos	90
II.2.2 - Impacto da COVID-19 nos SCC.....	94
II.2.3 – Prioridades e conquistas da área governativa da Cultura da PPUE	98
CAPÍTULO III – Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social	106
CAPÍTULO IV - Local de Estágio	115
III.1 – Razões pela escolha do GEPAC como local de estágio.....	115
III.2 – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.....	116
III.2.1 – Missão e valores.....	116
III.2.2 – Estrutura do GEPAC.....	120
CAPÍTULO V - Tarefas desenvolvidas durante o estágio	123
IV.1 – Tarefas diárias.....	123
IV.2 – Tarefas de longa duração.....	125
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	132
Bibliografia	137
Lista de Figuras	149

Anexo A – Plano de Estágio GEPAC.....	150
Anexo B – Exemplo de conteúdo noticioso produzido para o <i>website</i> da PPUE	151
Anexo C – Programa da Conferência sobre “Cultura, Coesão e Impacto Social”	152
Anexo D – Documento sobre “ <i>National measures to alleviate the impact of COVID-19 in the Cultural Sectors in the EU</i> ”	154
Anexo E – Relatório “ <i>Shaping Desirable Futures Through Culture</i> ”.....	157

Lista de abreviaturas

DSRI - Direção de Serviços de Relações Internacionais

GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PPUE - Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

SCC - Setores Culturais e Criativos

TFUE - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TUE - Tratado da União Europeia

UE - União Europeia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio nasce como produto final da componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos Europeus, tendo sido desenvolvido a partir das atividades e da experiência adquirida ao longo do estágio no Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), decorrido no período compreendido entre 15 de outubro de 2020 e 15 de abril de 2021. Este documento visa, assim, constituir uma ponte entre a componente teórica e prática do mestrado e tem como tema “Cultura e Desenvolvimento Sustentável”.

O tema em análise é considerado relevante para a área de Estudos Europeus pelo facto de constituir uma reflexão sobre o potencial da cultura para alcançar o desenvolvimento sustentável, mais especificamente da capacidade dos Setores Culturais e Criativos para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no contexto da União Europeia. Assim, considerando que o desenvolvimento sustentável representa, há mais de vinte anos, um dos objetivos da UE, estando consagrado nos seus Tratados e Legislação, bem como no cerne do projeto europeu, a análise do contributo que a cultura pode ter para alcançar este objetivo confere relevância a este trabalho de investigação na sua área de estudo.

Atualmente, o desenvolvimento sustentável é, simultaneamente, um dos maiores objetivos, e um dos maiores desafios para a espécie humana. Tal preocupação remonta às décadas de 70 e de 80, numa altura em que as consequências das atividades humanas no meio ambiente ganham mais visibilidade, e em que há uma maior consciencialização da necessidade da gestão responsável dos recursos naturais para as gerações futuras. Ao longo do tempo, o desenvolvimento sustentável ganha reconhecimento a nível internacional, em grande parte graças às Conferências da Organização das Nações Unidas, neste âmbito, das quais a preocupação pelo desenvolvimento sustentável e o compromisso em alcançá-lo foi materializado através do acordo e adoção de importantes documentos políticos como: a Declaração de

Estocolmo (1972); a Agenda 21 (1992); a Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000); que contém os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio; a Declaração de Joanesburgo (2002) e, mais recentemente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelas Nações Unidas em 2015, e que inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Já no contexto da União Europeia, o desenvolvimento sustentável é consagrado como objetivo com a assinatura do Tratado de Amesterdão, em 1997. Assim, no Tratado pode-se ler: *“The Union shall set itself (...) to promote economic and social progress and a high level of employment and to achieve balanced and sustainable development”* (Tratado de Amesterdão, 1997, p. 11). Desde então, os esforços da UE para alcançar o desenvolvimento sustentável têm sido visíveis, desde a adoção da primeira “Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE em 2001”, até à recente adoção da Agenda 2030, em 2015. O compromisso em alcançar a Agenda, por parte da Comissão Europeia, por exemplo, é visível desde logo em 2016, através da COM/2016/0739, que estabelece que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável integram todas as políticas e iniciativas da UE (Comissão Europeia, 2016), bem como com a atual Comissão von der Leyen, que tem os ODS no cerne das suas principais prioridades políticas.

Já relativamente à temática em análise, ao longo do tempo, a cultura tem visto crescer a sua projeção no âmbito do desenvolvimento sustentável. Tal pode ser constatado pelo longo trabalho feito pela UNESCO neste campo, ao promover uma maior visibilidade do potencial da cultura para o desenvolvimento sustentável, desde a década de 80 até aos dias de hoje, através de Conferências Internacionais e de estudos relativos a esta matéria. A título de exemplo, graças a este trabalho, a nível da ONU foram adotadas importantes resoluções neste âmbito, como as Resoluções 65/166 e 66/208 sobre “Cultura e Desenvolvimento”, as quais reconhecem o papel da cultura para alcançar o desenvolvimento sustentável, como também apelam para que os Estados-Membros assegurem uma integração eficaz e visível da cultura nas políticas e estratégias de desenvolvimento económicas, sociais e ambientais a todos os níveis.

Na UE, o reconhecimento da cultura como fator do desenvolvimento sustentável tem sido igualmente ampliado. Por exemplo, no Novo Consenso Europeu para o

Desenvolvimento, de 2017, com o objetivo de alinhar as suas políticas com os ODS após a adoção da Agenda 2030, reconhece que a cultura é tanto uma promotora, como uma componente importante do desenvolvimento, podendo facilitar, a inclusão social, a liberdade de expressão, a prevenção de conflitos e fortalecer o crescimento económico, entre outros domínios (Comissão Europeia, 2017, p. 14). Em 2019, foi também lançado um importante documento de reflexão que destacava a necessidade de se dever tirar partido de todo o potencial da educação, da formação e da cultura enquanto forças motrizes da criação de emprego, como também do crescimento económico e da justiça social, destacando o papel da cultura para alcançar os ODS (Comissão Europeia, 2019, p. 22). O Novo Bauhaus Europeu, apresentado em 2021 pela Comissão von der Leyen, é outro exemplo da promoção da união entre a cultura e a criatividade com a sustentabilidade. Esta iniciativa interdisciplinar tem por objetivo criar espaços sustentáveis e inclusivos aproximando setores como a cultura, do *design*, da arquitetura e das artes à transição verde, uma das prioridades da atual Comissão. Esta iniciativa denota igualmente um papel acrescido para a cultura no seio do desenvolvimento sustentável (Comissão Europeia, 2021). Por último, destaca-se o atual Plano de Trabalho do Conselho da UE para a Cultura (2019-2022) que, em 2020, acrescentou uma nova prioridade ao plano: “A cultura como motor do desenvolvimento sustentável”.

Já em relação aos Setores Culturais e Criativos, ao nível da UE, é também dada bastante relevância ao seu contributo social e económico para as sociedades europeias, que, por sua vez, entende-se promoverem vários aspetos do desenvolvimento sustentável. Por exemplo, os setores culturais e criativos são amplamente considerados como sendo importantes setores económicos europeus, ao gerar receitas, emprego, particularmente para os mais jovens, como promotores de uma identidade europeia e por fortalecerem a coesão social. Para mais, é reconhecido que estes promovem a inovação, soluções criativas para os vários desafios sociais atuais, potenciam a transição nas suas sociedades e promovem a inclusão. Estes efeitos positivos dos Setores Culturais e Criativos são amplamente aceites e abordados em vários documentos políticos da UE, como no Livro Verde da Comissão “Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas¹”, de 2010, na Comunicação “Promover os setores

¹ COM/2010/183 Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52010DC0183>.

culturais e criativos ao serviço do crescimento e do emprego na UE²”, de 2012, na Resolução do Parlamento Europeu “Promover os setores culturais e criativos europeus enquanto fontes de crescimento económico e emprego³” de 2013 ou na Comunicação da Comissão “Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu⁴” de 2014, sendo, assim, possível estabelecer correlações entre estes setores e o seu contributo para o Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, apesar da crescente visibilidade do potencial da cultura para o desenvolvimento sustentável, bem como para o desenvolvimento económico e social das sociedades, tanto no plano internacional como no plano europeu, é possível constatar que não existe nenhum objetivo de desenvolvimento sustentável específico para a cultura. Assim, várias organizações culturais, incluindo a UNESCO, e vários membros da comunidade académica continuam a defender que devido a tal, o papel da cultura para o desenvolvimento sustentável continua subvalorizado, como também que a sua ação na Agenda 2030 é bastante reduzida, apelando a um maior destaque na mesma.

Deste modo, tendo em conta o que foi referido, a pergunta de investigação do presente trabalho é a seguinte: “Podem os Setores Culturais e Criativos contribuir para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?”, de forma a analisar o potencial destes setores europeus para concretizar a Agenda. Procurar-se-á igualmente, validar a seguinte hipótese de trabalho “A cultura continua subvalorizada para alcançar o desenvolvimento sustentável”. Como tal, a resposta à questão de investigação será suportada em duas partes. Primeiramente, será analisado o potencial dos SCC para alcançar os ODS, através também da apresentação de casos práticos e iniciativas destes setores que demonstrem uma correlação entre as suas atividades e o alcance de certos ODS. De seguida, no contexto das atividades desenvolvidas ao longo do estágio, que decorreu no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), escolheu-se destacar as conclusões da “Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social”, evento dedicado a demonstrar as várias formas como a cultura e os Setores

² COM/2012/0537 Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/?uri=CELEX%3A52012DC0537>.

³ Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013IP0368&from=EN>.

⁴ COM/2014/477 Em: <https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014DC0477&from=EN>.

Culturais e Criativos podem ajudar a responder aos grandes desafios sociais dos nossos tempos, constituindo, assim, um contributo tangível para responder à questão.

Assim, primeiramente, através da informação levantada sobre esta temática e, de seguida, destacando as conclusões desta Conferência específica, desenvolvida durante o estágio no GEPAC, é pretendido interligar a dimensão teórica à componente prática deste trabalho para responder à pergunta de investigação.

Para cumprir os objetivos propostos, este trabalho utilizará uma abordagem histórica e servir-se-á de uma tipologia de pesquisa explicativa, de forma a obter um entendimento aprofundado do desenvolvimento da relação entre os conceitos de cultura e desenvolvimento sustentável, e entender como os SCC podem contribuir para alcançar os ODS. Será dado uso ao levantamento e análise de dados quantitativos e qualitativos de forma a responder à pergunta de investigação, privilegiando a consulta documental e bibliográfica de fontes primárias e secundárias, como Tratados da União Europeia, legislação e documentos oficiais da UE, relatórios, artigos e revistas científicas, obras de referência sobre o tema, documentos do GEPAC, como também de dados estatísticos, por exemplo, os Eurobarómetros.

A reflexão proposta torna-se ainda mais relevante no contexto pandémico em que decorreu o estágio, sendo possível constatar que os Setores Culturais e Criativos foram profundamente impactados pela crise da pandemia da COVID-19.

Assim, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, os temas e iniciativas ponderadas pela área governativa da cultura tiveram em consideração as dificuldades sentidas nos SCC e um pensamento estratégico dirigido à sua recuperação. Apesar das consequências negativas da pandemia, esta revelou ser igualmente uma oportunidade para repensar o lugar da cultura no mundo pós-pandémico e demonstrar como esta pode ser útil para fazer face aos efeitos nefastos na saúde pública e aos atuais desafios das sociedades europeias como a crise climática, a coesão social ou a igualdade de género, fatores importantes para se alcançar os ODS, os quais, devido à COVID-19, viram atrasar o seu progresso.

Este trabalho destina-se, assim, a demonstrar que estes setores não são apenas relevantes pelo seu impacto económico ou enquanto produtores de bens culturais, mas que têm um importante papel transformador nas sociedades e contribuem transversalmente para alcançar os ODS, algo que deve ser aproveitado para alcançar um futuro pós-pandémico verdadeiramente sustentável.

Este relatório seguirá uma estrutura de cinco capítulos, sendo que o primeiro deles corresponde à vertente teórica e os restantes ao contexto do estágio curricular. Assim:

O primeiro capítulo estará reservado à compreensão do tema em análise, através da abordagem da definição dos conceitos considerados pertinentes, tais como Cultura, Setores Culturais e Criativos e Desenvolvimento Sustentável, que terão relevância ao longo de todo o documento. De forma a aproximar o leitor a estes conceitos, proceder-se-á à sua contextualização histórica, em especial do desenvolvimento sustentável. Para mais, será dedicado espaço neste capítulo à análise do lugar da cultura na UE, bem como do desenvolvimento sustentável. Este capítulo conterá igualmente o Estado da Arte, que analisará a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável, através de uma contextualização histórica do trabalho feito na promoção desta ligação, e permitirá, posteriormente, uma análise sobre o potencial dos Setores Culturais e Criativos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Já no segundo capítulo, será abordada a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, de forma a contextualizar o leitor acerca do âmbito em que decorreu o estágio curricular. Primeiramente serão confrontadas as principais conquistas da PPUE com os objetivos delineados pelos documentos políticos que serviram de base para a sua agenda, de forma a constatar se houve progresso no alcance destes em contexto da crise pandémica do novo coronavírus. De seguida, será dado destaque à área governativa da cultura e do audiovisual da PPUE e demonstradas as suas principais conquistas e eventos, procedendo, em primeiro lugar, à descrição do impacto que a crise pandémica teve nos Setores Culturais e Criativos.

O terceiro capítulo estará reservado à Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social, uma das mais importantes iniciativas da área governativa da cultura e

do audiovisual da PPUE, tendo sido desenvolvida inteiramente pelo GEPAC e servido de inspiração para o presente trabalho. Este evento demonstrou, através do contributo de mais de 30 pensadores, académicos e agentes culturais, como pode a cultura e os SCC contribuir para colmatar os grandes desafios atuais das sociedades europeias e, conseqüentemente, para os ODS, constituindo, assim, um contributo tangível para responder à pergunta de investigação.

No quarto capítulo, proceder-se-á à caracterização da instituição de acolhimento. Será abordada a estrutura do GEPAC, bem como da Direção de Serviços de Relações Internacionais, unidade orgânica onde fui colocado, da sua missão e das suas competências.

Já no quinto capítulo serão abordadas as principais tarefas desenvolvidas durante o estágio, distinguidas entre tarefas diárias, de forma a entender como era o dia a dia do estagiário, e tarefas de longa duração, mais complexas e que exigiram mais tempo e dedicação.

O último capítulo estará reservado às conclusões do trabalho e onde serão feitas recomendações.

CAPÍTULO I - Cultura e Desenvolvimento Sustentável

Ao iniciar este primeiro capítulo, importa uma clara definição dos conceitos relevantes para o tema em questão, pelo que proceder-se-á a uma análise das noções de Cultura, Setores Culturais e Criativos e Desenvolvimento Sustentável para depois avançar com a sua correlação no Estado da Arte. De forma a aproximar a temática ao plano da UE, será também explorado o lugar da cultura e do desenvolvimento sustentável na sua legislação e, no Estado da Arte, analisado o potencial dos SCC para alcançar os ODS.

I.1 – Cultura

Ao longo dos séculos, o termo cultura tem estado em constante evolução e o seu significado alterado com o tempo. Etimologicamente, a palavra cultura tem as suas

raízes na palavra latina de *colere* e cujo significado original está ligado às atividades agrícolas (Santos, 1983). No entanto, o significado moderno que atribuímos à palavra provém do conceito introduzido pelo político romano Marco Túlio Cícero de *cultura animi*⁵, uma metáfora relacionada com a agricultura, que se refere ao cultivo do espírito através da filosofia, ou seja, do desenvolvimento pleno das faculdades e competências humanas através desta (Andrés-Gallego, 2006, pp. 4-5), aplicando assim o conceito ao domínio humano.

Ao verificar a literatura existente sobre o significado do termo “Cultura”, é possível constatar que existe uma multiplicidade de definições, pelo facto de esta ser objeto de estudo em várias áreas, como em história, sociologia, antropologia, economia, entre outras, o que torna uma definição única do termo algo complexo e extremamente difícil. Tal pode ser constatado pela compilação feita, em 1952, de mais de 164 definições diferentes por Alfred L. Kroeber e Clyde Kluckhohn⁶ (Spencer-Oatey, 2012). Porém, existem definições geralmente aceites sobre o seu significado. Assim, cultura pode ser definida como um conjunto de características de um povo ou de uma nação que inclui as suas maneiras, tradições, comportamentos, língua, costumes, crenças e rituais, podendo ser caracterizada como “o modo de vida” de uma sociedade inteira (Jary & Jary, 1991).

Uma das mais famosas definições de cultura parte do campo de estudo da antropologia, da autoria de Edward B. Tylor que, em 1871, descreveu cultura como sendo “*that complex whole which includes knowledge, belief, art, law, morals, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society*” (Tylor, 1871). A relevância desta definição viria a influenciar o desenvolvimento de outras ao longo do tempo, como pode ser constatado pelos seguintes exemplos:

Por exemplo, Kluckhohn & Kelly definem cultura como sendo “*culture in general as a descriptive concept means the accumulated treasury of human creation: books, paintings, buildings, and the like; the knowledge of ways of adjusting to our surroundings, both human and physical; language, customs, and systems of etiquette,*

⁵ Cícero, *Tusculanae Disputationes*, Livro II, 13.

⁶ Kroeber, A. L., Kluckhohn, C. (1952). *Culture; a critical review of concepts and definitions*. Cambridge, Harvard University.

ethics, religion, and morals that have been built up through the ages” (Kluckhohn & Kelly, 1945).

Já Kroeber, citado por Boroch, define o conceito, em 1948, como sendo “(...) *the mass of learned and transmitted motor reactions, habits, techniques, ideas, and values – and the behaviour they induce – is what constitutes as culture*” (Boroch, 2016).

Por sua vez, Parsons, define cultura como “*Culture (...) consists in those patterns relative to behaviour and the products of human action which may be inherited, that is, passed on from generation to generation independently of the biological genes*” (Parsons, 1949).

De acordo com Pfeilstetter, a influência da definição de Tylor, depois revitalizada por Clifford Geertz, um século mais tarde, que a definiu como sendo “*historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms by means of which men communicate, perpetuate, and develop their knowledge about and attitude toward life*”, faz com que estas sejam amplamente utilizadas em vários campos, especialmente no do património cultural, dando como exemplo o caso da UNESCO (Pfeilstetter, 2017).

Assim, de facto, é possível ver esta influência, sendo que a UNESCO considera cultura como sendo - “*the set of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features of society or a social group, that encompasses, not only art and literature, but lifestyles, ways of living together, value systems, traditions and beliefs*” (UNESCO, 2001). Para mais, esta definição passou a ser uma das mais utilizadas mundialmente.

Na UE, de acordo com Comissão, nenhum dos documentos fundadores propõe uma definição estrita ou restritiva do que significa cultura, deixando ao critério dos Estados-Membros as suas próprias definições sobre o termo (Comissão Europeia, 2020). No entanto, quando consultado o glossário do sítio oficial da Comissão, observa-se que esta utiliza a mesma definição dada pela UNESCO, tendo por base a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001 (Comissão Europeia, 2020). Assim sendo, apesar das múltiplas definições existentes sobre cultura, este trabalho, desenvolvido no contexto da União Europeia, também privilegiará a mesma definição.

I.1.1 – Setores Culturais e Criativos

Para os efeitos deste trabalho, a definição utilizada de Setores Culturais e Criativos será a presente na base jurídica do Programa Europa Criativa⁷. Assim, na secção das definições do programa, os SCC são definidos como sendo: *“Cultural and creative sectors’ means all sectors whose activities are based on cultural values and/or artistic and other creative expressions, whether those activities are market- or non-market-oriented, whatever the type of structure that carries them out, and irrespective of how that structure is financed. Those activities include the development, the creation, the production, the dissemination and the preservation of goods and services which embody cultural, artistic or other creative expressions, as well as related functions such as education or management. The cultural and creative sectors include inter alia architecture, archives, libraries and museums, artistic crafts, audiovisual (including film, television, video games and multimedia), tangible and intangible cultural heritage, design, festivals, music, literature, performing arts, publishing, radio, and visual arts”*.

I.1.2 - Cultura na União Europeia

Ao desenvolver esta temática, torna-se igualmente importante rever o lugar da cultura na legislação da UE, através dos seus tratados e documentos políticos.

Quando consultados o Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), é inegável a relevância da cultura para a UE. No TUE⁸, por exemplo, esta aparece destacada na sua introdução, servindo de inspiração para as bases do tratado. Assim é possível ler “INSPIRANDO-SE no património cultural (...) da Europa, de que emanaram os valores universais que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, bem como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de direito.” Para além disso, o Artigo 3.º do TUE estipula que uma das prioridades da União Europeia passa por respeitar a riqueza da sua diversidade cultural e linguística,

⁷ REGULATION (EU) No 1295/2013 OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL establishing the Creative Europe Programme (2014 to 2020) and repealing Decisions No 1718/2006/EC, No 1855/2006/EC and No 1041/2009/EC. Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32013R1295&from=EN#d1e527-221-1>.

⁸ Tratado de Maastricht, assinado a 7 de fevereiro de 1992 e entrou em vigor a 1 de novembro de 1993.

e velar pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu (Tratado de Maastricht, 1992, p. 4). Até à altura da adoção deste tratado, a cultura ainda não tinha sido reconhecida como uma área de competências da UE (Culture Action Europe, 2015, p. 1).

Já no TFUE⁹, o seu Artigo 6.º, afirma que a União Europeia tem competências para desenvolver ações destinadas a apoiar, coordenar ou complementar a ação dos Estados-Membros no campo da cultura (Tratado de Lisboa, 2007, p. 52). Para além disso, o Artigo 167.º do mesmo, estipula que:

1. A União contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.

2. Salvaguardando o princípio da subsidiariedade, a ação da União tem por objetivo incentivar a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiar e completar a sua ação nos seguintes domínios:

- melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus;
- conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia;
- intercâmbios culturais não comerciais;
- criação artística e literária, incluindo o setor audiovisual.

3. A União e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa.

4. Na sua ação ao abrigo de outras disposições dos Tratados, a União terá em conta os aspetos culturais, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas (Tratado de Lisboa, 2007, pp. 121-122).

Assim, apesar de cada Estado ser responsável pelas suas próprias políticas culturais, é possível entender que a UE pode apoiar ou complementar a ação dos seus

⁹ Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007 e entrou em vigor a 1 de dezembro de 2009.

Estados-Membros face a desafios comuns, como o impacto das tecnologias digitais até à inovação nos SCC. A UE ao ter como objetivo velar pelo desenvolvimento e salvaguarda do património cultural europeu, pode também auxiliar os SCC a recuperarem de crises e a promover a sua resiliência e sustentabilidade, como também apoiar ações que promovam a cooperação cultural e os intercâmbios transnacionais entre instituições culturais dos Estados-Membros (EUR-Lex, 2020).

De forma a apoiar, preservar e difundir o setor cultural europeu, a União Europeia dispõe de várias ferramentas e iniciativas para o efeito, a saber, entre outros:

1. O Programa Europa Criativa¹⁰ – tem como principais objetivos salvaguardar, desenvolver e promover a diversidade e o património culturais e linguísticos europeus, e ainda estimular a competitividade e o potencial económico dos SCC, incluído o setor audiovisual. O programa tem três vertentes: A vertente CULTURA¹¹, a vertente MEDIA¹² e a vertente TRANSETORIAL¹³ (Comissão Europeia, 2021).
2. Capitais Europeias da Cultura¹⁴ – Esta iniciativa é uma das ações mais conhecidas da União Europeia, tendo sido criada pela Comissão Europeia em 1985 com o objetivo central de dinamizar as cidades como centros de vida cultural, social e económica. As Capitais Europeias da Cultura reforçam a diversidade cultural europeia, bem como o sentimento de pertença a um espaço cultural comum, potenciando o desenvolvimento das cidades (GEPAC, 2020).
3. Prémios Europa Nostra – Estes galardões têm por objetivo premiar, anualmente, até 30 realizações no âmbito do património cultural da União Europeia, dando,

¹⁰ O único programa europeu destinado especificamente ao apoio dos SCC.

¹¹ Vertente destinada a apoiar os setores da arquitetura, do património cultural, do *design*, da literatura e edição, da música e das artes do espetáculo.

¹² Esta vertente visa apoiar as indústrias cinematográfica e audiovisual europeias no que toca ao seu desenvolvimento, distribuição e promoção de obras europeias.

¹³ Já a vertente transetorial, tem por objetivo fortalecer a colaboração entre os diferentes SCC de forma a ajudá-los a reagir aos desafios comuns com que se confronta. Além disso, procura encontrar soluções inovadoras para estes desafios. Em: <https://culture.ec.europa.eu/creative-europe/about-the-creative-europe-programme>.

¹⁴ Desde a criação desta iniciativa, já obtiveram este título 58 cidades. Portugal acolheu três cidades Capitais Europeias da Cultura: Lisboa, em 1994, Porto, em 2001 e Guimarães, em 2012. A iniciativa evoluiu de festival artístico das principais cidades europeias para um projeto que potencia a cultura como elemento regenerador e transformador das esferas económica e social das zonas urbanas. É, assim, uma oportunidade de reforço da cooperação local e da projeção nacional e internacional. Em: <https://www.ecoc2027.mc.gov.pt/a-iniciativa>.

assim, destaque a projetos, iniciativas e personalidades notáveis neste campo, promovendo e recompensando boas práticas, proporcionando mais visibilidade às questões que o setor enfrenta, incentivando igualmente uma maior valorização e proteção do património cultural europeu (Comissão Europeia, 2020).

4. Ano Europeu do Património Cultural e Marca do Património Europeu – O Ano Europeu do Património Cultural, em 2018, teve como objetivo dar visibilidade ao papel económico essencial deste setor e à diversidade histórica comum e riqueza cultural da UE. Neste ano, no total, foram organizados mais de 23 000 eventos na UE, tendo um alcance de 12,8 milhões de participantes (11,7 milhões em eventos organizados pelos Estados-Membros e 1,1 milhão de participantes em eventos organizados pelas instituições da UE) (Parlamento Europeu, 2018). Já a Marca do Património Europeu, é uma iniciativa com um objetivo semelhante que visa reforçar o sentimento de pertença dos cidadãos da UE e o diálogo intercultural. Esta passa por atribuir uma distinção a sítios que possuem um forte valor simbólico europeu (DR Cultura Norte, 2022).

Antes de avançar, cumpre escrever algumas linhas sobre o funcionamento institucional na área da Cultura, o qual implica três atores principais, o Conselho (Estados-Membros), a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.

No que respeita à Comissão Europeia, esta estabelece, em cada mandato, as suas próprias prioridades na área da Cultura, as quais se materializam em documentos estratégicos que constituem quadros de cooperação política entre os Estados-Membros – as chamadas Agendas Europeias para a Cultura. A atual Comissária para os setores culturais e criativos é Mariya Gabriel e o serviço responsável pela cultura da Comissão é a Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura (DG EAC¹⁵). Entre os principais objetivos do seu mandato, está o de assegurar a total implementação da Agenda Cultural atual – A Nova Agenda Europeia para a Cultura, adotada em 2018 (Comissão Europeia, 2019), no seguimento da Agenda Europeia para a Cultura de 2007.

¹⁵ A DG EAC é o ramo executivo da UE responsável pelas políticas em matéria de educação, cultura, juventude, línguas e desporto. Em: https://knowledge4policy.ec.europa.eu/organisation/dg-eac-dg-education-culture_en?etrans=pt.

Sucintamente, a Nova Agenda para a Cultura é composta por três objetivos estratégicos, correspondentes a três dimensões:

1 – Dimensão social - aproveitar todas as potencialidades da cultura e da diversidade cultural para promover a coesão social e o bem-estar;

2 – Dimensão económica - apoiar a criatividade baseada na cultura nos domínios da educação e inovação, o emprego e o crescimento;

3 - Dimensão externa - reforçar as relações culturais internacionais (Comissão Europeia, DG EAC, 2018, pp. 2-8).

O Conselho, juntamente com o Parlamento Europeu¹⁶, é o principal órgão de decisão da UE. Os Estados-Membros, representados no Conselho, definem os principais temas e métodos de trabalho para a colaboração política, através de planos de trabalho plurianuais. Considerando a orientação estratégica da atual Agenda para a Cultura, e garantindo a consonância com as suas diretrizes, os planos de trabalho para a cultura são concebidos como instrumentos estratégicos para a cooperação cultural que estabelecem prioridades culturais e são adotados sob a forma de conclusões do Conselho da UE. Estes documentos têm em conta os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade da UE (Comissão Europeia, 2019). O atual Plano de Trabalho do Conselho para a Cultura abrange o período de 2018-2022, tendo sido adotado em 2018, e tem como prioridades atuais:

1 - A sustentabilidade no domínio do património cultural;

2 - A coesão e o bem-estar;

3 - Um ecossistema que apoie os artistas, os profissionais da cultura e a criação de conteúdos europeus;

4 - A igualdade de género;

¹⁶ O processo de codecisão foi introduzido pelo Tratado de Maastricht e depois ampliado e adaptado para reforçar a sua eficácia pelo Tratado de Amesterdão. Com o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 1 de dezembro de 2009, passou a chamar-se processo legislativo ordinário e tornou-se o principal processo legislativo do sistema deliberativo. Em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/council-eu/decision-making/ordinary-legislative-procedure/>.

5 - As relações culturais internacionais.

(Conselho da União Europeia, 2018, p. 2)

Em 2020, é acrescentada uma nova prioridade ao Plano de Trabalho para a Cultura, relevante para o tema deste relatório - “A cultura como motor do desenvolvimento sustentável”, através da adoção das Conclusões do Conselho que alteram o Plano de Trabalho para a Cultura (2019-2022).

I.2 - Desenvolvimento Sustentável

O objetivo deste subcapítulo passará, em primeiro lugar, por explorar a evolução histórica do termo e abordar os grandes marcos que o ajudaram a ganhar relevância internacional, desde os anos 70 até à adoção da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De seguida, será analisado o conceito de desenvolvimento sustentável.

I.2.1 – Contextualização histórica

Ao longo das últimas décadas, a relação da humanidade com o meio ambiente tem revelado consequências profundas. O desenvolvimento do ser humano levou a um aumento da ocorrência de desastres naturais, a conflitos armados e a um crescimento da instabilidade política e socioeconómica, ameaçando assim as gerações futuras. A preocupação com a gestão responsável dos recursos naturais e a diminuição do impacto das atividades humanas no meio ambiente resultariam no desenvolvimento do conceito de desenvolvimento sustentável nos anos 70 e 80 do século XX (Klarin, 2018). Assim, Du Pisani afirma que, na década de 70, as noções existentes de progresso e desenvolvimento foram colocadas em causa. O otimismo dos anos 60 e a crença de que os problemas dos países subdesenvolvidos seriam resolvidos por um crescimento económico generalizado, a nível global, não se concretizou, demonstrando a necessidade de uma mudança de paradigma para um novo conceito de desenvolvimento. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como um mediador entre as noções de desenvolvimento e conservação, consideradas até então

como ideias conflituosas, passando a ser encaradas como questões interdependentes (Pisani, 2006, p. 91).

No entanto, no que toca ao desenvolvimento histórico do conceito, o autor afirma que a preocupação com a sustentabilidade e o limite da utilização dos recursos naturais remonta a um passado mais distante, sendo que questões como a desflorestação, a salinização e a perda da fertilidade dos solos eram já discutidas por civilizações antigas como as civilizações grega, romana, egípcia e mesopotâmica. Para mais, face aos desafios impostos pela degradação ambiental decorrente das atividades humanas como a agricultura, a exploração mineira e florestal, eram propostas soluções, que hoje consideraríamos “práticas sustentáveis”, por vários filósofos antigos como Platão, Estrabão e Columela, de forma a combater os seus efeitos negativos (2006, p. 85).

Segundo Grober, o conceito de desenvolvimento sustentável atual tem as suas origens no termo *Nachhaltigkeit*, do alemão, que significa sustentável, e que estava originalmente ligado à gestão florestal sustentável. O conceito foi utilizado pela primeira vez por Hans Carl von Carlowitz¹⁷ que em 1713 publica um livro intitulado “*Sylvicultura Oeconomica*”, o mais antigo manual sobre silvicultura. Nesta obra, o autor aborda a necessidade da preservação das florestas, visto que a madeira, no seu tempo, se tornava um recurso cada vez mais escasso (Grober, 2007, pp. 6-8).

Algumas décadas mais tarde, as preocupações com o impacto da evolução humana no meio ambiente e nos recursos do nosso planeta, levaria também ao nascimento do Malthusianismo, teoria elaborada por Thomas Robert Malthus¹⁸ que, em 1798, publica “*An Essay on the Principle of Population*”. Este previa que a produção de alimentos não conseguiria acompanhar o crescimento exponencial da população mundial, levando à fome ou a níveis de subsistência inferiores, sendo necessário o controlo da natalidade para que tal não acontecesse. Assim, Malthus afirmou que “*Population, when unchecked, increased in a geometrical ratio and subsistence for man in an arithmetical ratio*” (Paul, 2008, p. 581).

¹⁷ Responsável pelas finanças do ducado e administrador das minas da Saxónia (1645-1714).

¹⁸ Economista e demógrafo inglês (1766-1834).

De acordo com a informação levantada dos respetivos autores, é então possível constatar que no passado já haveria uma preocupação com o limite da utilização dos recursos naturais e uma ideia de que as atividades humanas teriam impacto no seu meio natural.

Mais tarde, já no século XX, o entendimento contemporâneo sobre o que é desenvolvimento sustentável começa a ganhar forma nos anos 70, à medida que as preocupações com o desenvolvimento e o limite dos recursos ganham visibilidade, impulsionadas através de literatura e conferências internacionais.

Assim, o que é considerado uma das primeiras definições de desenvolvimento sustentável é atribuída a Barbara Ward¹⁹, numa das primeiras obras acerca do tema *“Only One Earth: The Care and Maintenance of a Small Planet”* (Satterthwaite, 2006, pp. 6-10). Este relatório foi criado para uma das Conferências mais importantes sobre o meio ambiente - A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972²⁰ – e reconheceu a importância de responder às necessidades humanas, tendo em conta, no entanto, os limites do planeta no que toca aos seus recursos e à poluição. Assim, na introdução de *“Only One Earth”*, Barbara Ward afirma que é necessário definir claramente o que deve ser feito para manter a terra como um lugar adequado para a vida humana não só agora, como também para as gerações futuras (2006, p. 10).

Ainda no início da década, em 1972, é também lançado o *“Limits to Growth”*, uma das obras mais famosas relativamente à questão do limite da utilização dos recursos naturais, publicada pelo Clube de Roma²¹, que defendia que o crescimento económico contínuo sobre os padrões económicos predominantes, juntamente com o crescimento populacional, colidiria com os recursos limitados do planeta terra, levando ao colapso económico e social (Sachs, 2015, p. 4). No mesmo ano, a Conferência de Estocolmo²², referida anteriormente, foi igualmente basilar para a difusão da

¹⁹ Fundadora do *International Institute for Environment and Development* (IIED), economista e escritora (1914-1981).

²⁰ Também conhecida como a Conferência de Estocolmo.

²¹ O Clube de Roma, fundado em 1968, é formado por cientistas, economistas, empresários e antigos políticos, tendo como objetivo encontrar soluções para os desafios que a humanidade enfrenta. Em: <https://www.clubofrome.org/about-us/>.

²² A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, foi a primeira conferência a colocar o meio ambiente no topo das agendas políticas internacionais. Os participantes adotaram uma

importância do desenvolvimento sustentável²³. No entanto, de acordo com Sachs, enquanto esta Conferência colocou o desafio do desenvolvimento sustentável no plano internacional, no que toca à manutenção da sustentabilidade face ao crescimento económico e ao desenvolvimento, foi o “*World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*”²⁴, oito anos mais tarde, em 1980, que serviu de base para a definição atual de desenvolvimento sustentável, cunhada pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987. Assim, no preâmbulo deste importante documento é afirmado: “*human beings, in their quest for economic development and enjoyment of the riches of nature, must come to terms with the reality of resource limitation and the carrying capacity of ecosystems, and must take account of the needs of future generations*” (2015, p. 5).

Em 1983, é então formada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a pedido da ONU, com o objetivo de desenvolver “uma agenda global para a mudança”²⁵ que aumentasse a visibilidade do impacto negativo do desenvolvimento socioeconómico sobre o meio ambiente e sobre os recursos naturais, como também propor estratégias sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável. Após vários anos de trabalho, em 1987, esta Comissão, publica o conhecido relatório “*Our Common Future*”²⁶, um documento de grande importância a nível internacional, que fornece uma visão clara das condições atuais do mundo (de desenvolvimento, de pobreza, política, guerras, crescimento populacional, degradação ambiental), propõe

série de princípios que visavam a gestão do meio ambiente, incluídos na Declaração de Estocolmo, e várias resoluções. A Declaração de Estocolmo contém 26 princípios e marca o início de um diálogo entre países industrializados e países em desenvolvimento sobre as ligações entre o crescimento económico, a contaminação do ar, da água, dos oceanos e do bem-estar das pessoas por todo o mundo. Um dos principais resultados da conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) Em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>.

²³ É afirmado no sexto ponto da Declaração de Estocolmo: “*To defend and improve the human environment for present and future generations has become an imperative goal for mankind (...)*”.

²⁴ Este documento foi preparado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e contém contributos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e defende que para que o desenvolvimento seja sustentável, deve apoiar a conservação em vez de a prejudicar. Teve como objetivo estimular uma abordagem mais focada no que toca à conservação de recursos naturais e fornecer orientações políticas e estratégias sobre como melhorar a eficácia da conservação, e sobre como integrar a conservação e desenvolvimento. Em: <https://www.iucn.org/content/world-conservation-strategy-living-resource-conservation-sustainable-development>.

²⁵ WCDE. (1987). *Our common future*. Oxford, Oxford University Press.

²⁶ Também conhecido por Relatório Brundtland.

estratégias e medidas a aplicar para combater estas questões e, como referido anteriormente, lança um dos conceitos de desenvolvimento sustentável mais conhecidos e citados até aos dias de hoje: *“sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”* (Klarin, 2018, pp. 72-73).

Segundo Du Pisani, o Relatório salienta a importância em assegurar as necessidades das gerações futuras através da redistribuição de recursos para os países mais pobres. O relatório defende igualmente que a equidade social, o crescimento económico e a manutenção do meio ambiente são simultaneamente possíveis, destacando assim as três componentes fundamentais do desenvolvimento sustentável, propostas pela Comissão Brundtland, presentes até aos dias de hoje – o meio ambiente, a economia e a sociedade. O relatório destaca também a necessidade de fazer face aos problemas atuais relacionados com a segurança alimentar, a população, a biodiversidade, as escolhas energéticas, entre outros, através da integração de soluções sustentáveis, reconhecendo também a necessidade do crescimento económico no mundo em desenvolvimento (2006, pp. 92-93).

A relevância e impacto deste relatório no plano internacional são claros. Segundo Klarin, o Relatório Brundtland marcou o início de um novo tipo de política socioeconómica na qual o seu conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um elemento-chave (2018, pp. 72-73). Já Lütteken e Hagedorn afirmam que o conceito de desenvolvimento sustentável é tornado mais abrangente, incorporando outras dimensões, como a social e económica e não apenas a ecológica para se atingir o desenvolvimento sustentável - *“Starting from a 'pure' ecologically based concept in the 1970s and in the World Conservation Strategy, it transformed very quickly into a more comprehensive socio-economic approach”* (Lütteken & Hagedorn, 1999, p. 1).

O grande evento seguinte a nível internacional sobre desenvolvimento sustentável deu-se no vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro²⁷. Este evento histórico reuniu 114 chefes de estado, 10 000 representantes de

²⁷ Também conhecida como Eco-92, Cimeira da Terra ou Conferência do Rio.

178 nações e 1400 organizações não governamentais, demonstrando o empenho mundial em alcançar o desenvolvimento sustentável. Este compromisso foi materializado num dos documentos principais nascidos desta Conferência – A Agenda 21²⁸ (Prizzia, 2007, p. 21). De acordo com Prizzia, a Agenda 21 reconhece que a persistência da pobreza extrema em várias partes do mundo, juntamente com os padrões de consumo excessivos noutras partes do mundo, revelam um modelo insustentável, concluindo que a gestão ambiental deve ser praticada tanto nos países industrializados, como também nos países em desenvolvimento. O autor acrescenta que, apesar de todo o sucesso da Conferência, houve discordância acerca do significado e implicações do conceito de desenvolvimento sustentável - o princípio unificador da Conferência do Rio.

Porém, a Conferência do Rio permitiu entender como os diferentes fatores sociais, económicos e ambientais são interdependentes e que o sucesso em uma destas dimensões requer que as outras sejam também sustentadas. Para mais, reconheceu a importância de integrar as preocupações económicas, sociais e ambientais ao desenvolver soluções para as necessidades humanas. Foi considerado que para integrar e equilibrar estas três dimensões, era também necessária uma visão renovada sobre como os seres humanos produzem e consomem, vivem e trabalham e como tomam decisões (ONU, 2020).

A década de noventa culmina com outra importante cimeira - a Cimeira do Milénio, em 2000, em Nova Iorque, onde é adotada a Declaração do Milénio das Nações Unidas. Após a adoção desta declaração, foram estabelecidos oito objetivos de desenvolvimento do milénio²⁹ (ODM), adotados pelos 189 países membros da ONU,

²⁸ A Agenda 21 é um plano de ação, adotado por 178 governos, a ser aplicado a nível global, nacional e local em todas as áreas em que as atividades humanas impactam o meio ambiente. Juntamente com este documento, foi também adotada a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. Em: <https://sustainabledevelopment.un.org/outcomedocuments/agenda21#>. A Agenda apelava ao desenvolvimento de novas estratégias que permitissem alcançar, de forma generalizada, o desenvolvimento sustentável no século XXI e as suas recomendações vão desde novos métodos de educação, a novas formas de preservação dos recursos naturais e de participação numa economia sustentável. Em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>.

- ²⁹ Reduzir a pobreza extrema e a fome
- Alcançar o ensino primário universal
- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- Reduzir a mortalidade infantil
- Melhorar a saúde materna

para serem alcançados até 2015. Estes objetivos foram adaptados às necessidades específicas de cada país e para alcançar ao nível global e local, proporcionando um enquadramento para toda a comunidade internacional trabalhar em conjunto para cumprir estas metas (Lomazzi, 2014, pp. 1-2). Estes objetivos do milénio passam então a guiar a agenda de desenvolvimento da ONU durante 15 anos.

Dois anos mais tarde, dá-se a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável³⁰, em 2002, que entre os seus objetivos principais incluía uma revisão do progresso feito desde a Conferência do Rio, que ocorreu dez anos antes, e medidas sobre como reforçar a implementação da Agenda 21, como também reafirmar o compromisso da comunidade internacional em alcançar o desenvolvimento sustentável. Segundo Schirnding, os resultados da Conferência de Joanesburgo foram mais modestos comparados aos da Conferência do Rio. Porém, numa altura em que se registava uma diminuição do interesse e envolvimento político na questão do desenvolvimento sustentável, esta conseguiu colocá-lo de volta nas agendas internacionais, dando novo impulso à proteção ambiental, à luta contra a pobreza e reunindo apoio da comunidade internacional para as questões de desenvolvimento do continente africano (Schirnding, 2005, p. 2).

No vigésimo aniversário da Conferência do Rio, deu-se a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012, popularmente conhecida por Rio+20 – a maior Conferência das Nações Unidas até hoje. Os temas principais, acordados para esta Conferência, foram: uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza; e a elaboração de um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (CEPAL, 2014). Neste encontro, reuniram-se chefes de estado, membros da sociedade civil, académicos, jornalistas e o setor privado com o objetivo de renovar o empenho da comunidade internacional para com o desenvolvimento sustentável – reforçando a implementação das suas três dimensões (económica, social e ambiental), avaliar o progresso feito e as lacunas na implementação

-
- Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças
 - Garantir a sustentabilidade ambiental
 - Criar uma parceira mundial para o desenvolvimento

³⁰ Também conhecida como a Conferência de Joanesburgo.

dos acordos adotados nas conferências passadas (ONU, 2012). No final desta Conferência foi publicado um documento de alto-nível político intitulado “*The Future We Want* ³¹ ” e foi lançado um processo intergovernamental que visava o desenvolvimento de um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que sucederiam aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio após 2015. Este importante processo nasce da necessidade de elaborar uma agenda de desenvolvimento pós-2015 - sendo o ano da meta dos ODM, pois apesar de todo o sucesso dos ODM em reduzir a pobreza extrema e a desigualdade de gênero, era imperativo desenvolver um conjunto de objetivos, com maior alcance, face aos crescentes desafios ao desenvolvimento sustentável (SDSN, 2012, p. 2).

Por fim, chegamos a 2015 - o ano histórico da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Cimeira da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque. Como referido acima, a Conferência do Rio +20, desencadeou um processo intergovernamental para a elaboração de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável. Estes objetivos deviam contemplar, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável, e ser coerentes e integrados na agenda de desenvolvimento da ONU pós-2015 (UN DESA, 2020). No final da Conferência, não foram elaborados objetivos específicos, porém o documento resultante do Rio +20, “*The Future We Want*”, afirmou que os ODS devem estar orientados para a ação, ser concisos e fáceis de entender, em número limitado, ambiciosos, de natureza global, e universalmente aplicáveis a todos os países. Assim, de acordo com o documento, seria constituído um grupo de trabalho, composto por 30 membros, nomeados pelos Estados-Membros nos cinco grupos regionais da ONU, para identificar e formular ODS (ONU, 2012, p. 46). Em 2014, um ano após a sua criação, o grupo apresentou então uma

³¹ “*The Future We Want*” é o documento adotado no final da Conferência do Rio +20 sobre desenvolvimento sustentável e sobre economia verde. Este inclui um conjunto de objetivos gerais de sustentabilidade dentro de temas como: Erradicação da Pobreza, Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável, Energia, Mobilidade Sustentável, Cidades Sustentáveis, Saúde e População e Promoção do Emprego Pleno e Produtivo. Apela igualmente à negociação e adoção de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acordados internacionalmente, até o final de 2014. Em: <https://www.eea.europa.eu/policy-documents/the-future-we-want-2013declaration>.

proposta de ODS, num documento intitulado “*Open Working Group proposal for Sustainable Development*”³².

É de relembrar que desde o ano 2000, a agenda de desenvolvimento da ONU estava assente nos ODM, elencados anteriormente, que teriam de ser alcançados até 2015. Já em 2010, à medida que o ano da sua meta se ia aproximando, começa a haver mais apoio internacional à aceleração do alcance dos ODM e ao avanço de uma agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015 (ONU, 2010, p. 29). Assim, a criação e adoção dos ODS propostos serviriam para suceder aos ODM, que guiaram a agenda de desenvolvimento internacional da ONU durante 15 anos, inspirando-se nestes e servindo para colmatar as questões não resolvidas. Pois é referido que os ODM, apesar de terem alcançado progressos em várias áreas, o fizeram de forma desigual, particularmente no continente africano e nos países em desenvolvimento, sendo que vários dos seus objetivos permaneceram aquém das suas metas (ONU, 2015, p. 5).

Assim, na Cimeira da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2015, é adotada a Resolução “*Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*”, uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas para os atingir, que equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental. Estes objetivos são os seguintes:



FIGURA 1: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. FONTE: [HTTPS://WWW.ODS.PT/](https://www.ods.pt/)

³² Disponível em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1579SDGs%20Proposal.pdf>.

Esta resolução e os ODS entrariam em vigor a 1 de janeiro de 2016 e foram aprovados por unanimidade por 193 Estados-Membros da ONU em Assembleia Geral. Os ODS seriam adaptados a cada país e a avaliação do seu progresso seria feita regularmente, envolvendo os governos nacionais, a sociedade civil, o setor privado e representantes dos vários grupos de interesse. Foi decidido utilizar um conjunto de indicadores globais, cujos resultados seriam compilados num relatório anual (UNRIC, 2016).

1.2.2 – O conceito de Desenvolvimento Sustentável

Primeiramente, é necessário entender que desenvolvimento sustentável é uma perspectiva normativa sobre o mundo, sendo que recomenda um conjunto de objetivos a alcançar por parte de todas as sociedades (Sachs, 2015, pp. 1-12). Para Sachs, esta prevê quatro objetivos para uma boa sociedade: (i) Prosperidade económica; (ii) inclusão social e coesão; (iii) sustentabilidade ambiental e (iv) boa governação da parte dos principais atores sociais, incluindo governos e empresas. Segundo Sachs, além de ser um conceito normativo (ou ético), é também uma ciência de sistemas complexos – um grupo de componentes que interagem entre si, que juntamente com as regras para a sua interação, constituem um todo. Assim, o desenvolvimento sustentável é uma forma de ver o mundo como uma interação complexa de sistemas económicos, sociais, ambientais e políticos.

Passando ao entendimento do conceito em si, a literatura consultada sugere que, apesar da crescente popularização e difusão na nossa sociedade do conceito de “desenvolvimento sustentável”, da Comissão Brundtland^{33 34}, surgindo numa profusão de campos (económico, ecológico, social, político, entre outros), não existe uma definição única e uma compreensão exata do que este realmente é (Ciegis, et al., 2009, pp. 29-30; Pezzoli, 1997, p. 549; Beckerman, 1994, pp. 191-194; Pezzey, 1992, pp. 1-3).

³³ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983-1987).

³⁴ Conhecida por este nome por ser presidida pela antiga Primeira-Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

Face a esta constatação, Redclift refere que *“Since (...) the Brundtland Commission, the expression “sustainable development” has been used in a variety of ways (...) as a result we have been confronted with several different discourses of “sustainable development”, some of which are mutually exclusive. For example, campaigners for greater global equality between nations, huge international corporations, and local housing associations, have all had recourse to the term (...) to justify, or embellish, their actions”* (Redclift, 2005).

Relativamente a esta falta de clareza e sobre a utilização do termo, Lélé receia que este se torne num *“cliché” “SD has become the watchword for international aid agencies, the jargon of development planners (...) the slogan of development and environmental activists (...) a fashionable word phrase that everyone pays homage to but nobody cares to define”* (Lélé, 1991, p. 607).

Segundo Holdren, *et al.*, os debates acerca da definição deste conceito giram, principalmente, em torno das ambiguidades conceptuais e terminológicas, assim como do desacordo sobre os factos e implicações do termo. Para mais, é afirmado pelos autores que esta dificuldade na sua definição surge igualmente devido aos vários fatores necessários para alcançar a sustentabilidade, como fatores económicos, políticos, culturais e ambientais, como também dos pontos de vista contrastantes entre quem estuda este conceito e que, por vezes, utiliza as mesmas palavras para abordar assuntos diferentes (Holdren, *et al.*, 1995).

Um outro problema que surge frequentemente é o facto de as definições existentes acerca deste conceito não o distinguirem claramente da conceção de sustentabilidade, levando à crença de que estes dois conceitos são sinónimos, importando, neste trabalho, diferenciar um conceito do outro. Assim, Porritt define sustentabilidade como sendo: *“the capacity for continuance into the long-term future. Anything that can go on being done on an indefinite basis is sustainable. Anything that cannot go on being done indefinitely is unsustainable. In that respect, sustainability is the end goal, or desired destination, for the human species as much as for any other species.”* Podemos concluir que na visão do autor, a sustentabilidade é o objetivo final e desenvolvimento sustentável o processo para o alcançar: *“By contrast, sustainable*

development is the process by which we move towards sustainability” (Porritt, 2005, p. 33). Maude encontra este mesmo problema ao levantar algumas definições que utilizam desenvolvimento sustentável e sustentabilidade para se referir à mesma coisa. De acordo com este, a sustentabilidade é o estado ou condição de ser sustentável, enquanto desenvolvimento sustentável é um processo de mudança. Segundo Maude, *“Sustainability is the ability of something (...) to be sustained indefinitely into the future. Sustainable development (...) is a construct devised by the Brundtland Commission to reconcile economic and environmental objectives.”* (Maude, 2012, p. 50). Dresner³⁵, citado por Maude, afirma que poderá haver também uma diferença ideológica entre os termos, sendo que os ambientalistas encaram o desenvolvimento sustentável como colocando mais ênfase no desenvolvimento e no campo económico, e a sustentabilidade mais preocupada com o meio ambiente.

Face ao número de definições correntes e à falta de concordância sobre este conceito, é relevante proceder ao levantamento das visões dos vários autores que estudam esta matéria para a melhor entender.

Quando analisada a famosa definição de desenvolvimento sustentável cunhada pela Comissão Brundtland, em 1987 - *“Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”* - é possível entender que esta compreende dois conceitos importantes:

1. O conceito de “necessidades” - particularmente as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem ser a prioridade máxima;
2. A noção de que o estado da tecnologia e da organização social impõem limites na capacidade de o meio ambiente satisfazer as necessidades presentes e futuras (WCED, 1987).

Bermejo explica, relativamente ao conceito de necessidades, que este significa responder às carências essenciais não alcançadas pela maioria da população mundial (maioritariamente dos países em desenvolvimento). Porém, alcançar estas

³⁵ Dresner, S. (2008). *The Principles of Sustainability*. Earthscan. Londres.

necessidades, ou o crescimento, é apenas parte da solução, sendo necessário responder às questões do estado tecnológico e da organização social atuais, como a definição implica. O autor afirma que, de acordo com o relatório, será necessário ultrapassar os limites do desenvolvimento tecnológico insuficiente e aos problemas da organização social presentes que se traduzem numa distribuição desigual de rendimentos. Assim, estes limites devem ser ultrapassados para que o meio ambiente tenha a capacidade de responder às necessidades presentes e futuras (Bermejo, 2014, p. 72).

Para mais, a definição enfatiza a necessidade da justiça intergeracional, ou seja, defende que o desenvolvimento para ser sustentável, deverá ter em consideração as necessidades das gerações futuras (Sen, 2013).

Além disso, é considerado por vários autores que o Relatório Brundtland e a sua definição de desenvolvimento sustentável lançaram as bases para o paradigma atual dos três pilares (ou dimensões) do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental³⁶) presente na literatura académica (Purvis, et al., 2018, p. 685).

³⁶ Mensah faz um levantamento de informação acerca dos três pilares do desenvolvimento sustentável:

- Sustentabilidade social, de acordo com Daly, engloba as noções de equidade, empoderamento, acessibilidade, participação, identidade cultural e estabilidade institucional.
- Sustentabilidade económica, segundo Lobo, Pietriga & Appert, implica um sistema de produção que satisfaça os níveis de consumo do presente sem comprometer as necessidades do futuro.
- Sustentabilidade ambiental, tendo por base Brodhag & Taliere, diz respeito à produtividade e resiliência do meio ambiente para suportar a vida humana. A sustentabilidade ambiental está relacionada com a integridade e capacidade de sustento do ambiente natural. Em: Mensah, J., 2019. Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. *Cogent Social Sciences*, 5(1), pp. 1-29.

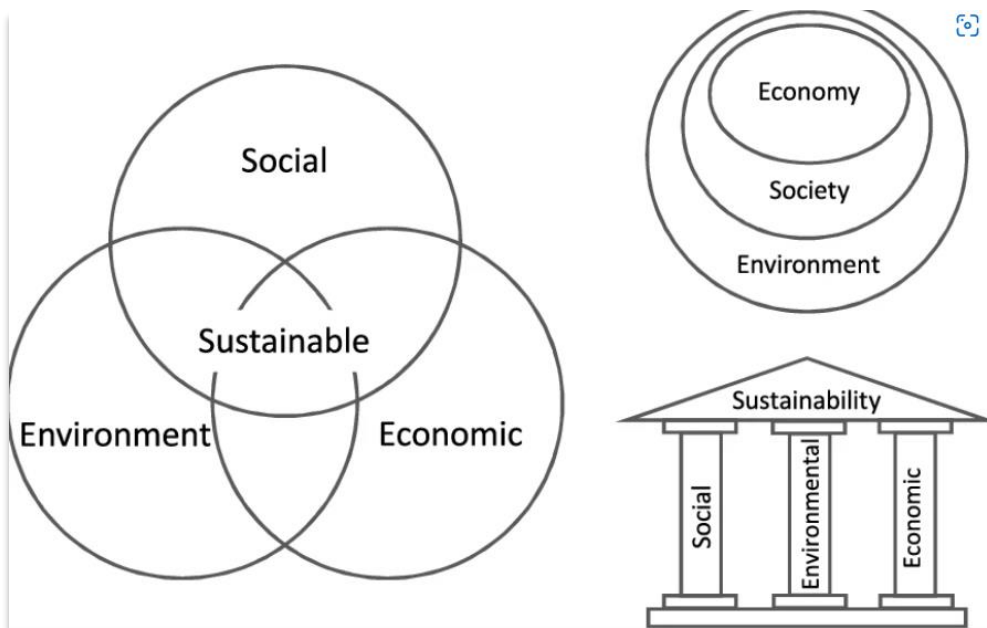


FIGURA 2: PILARES OU DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. FONTE: [HTTPS://LINK.SPRINGER.COM/ARTICLE/10.1007/S11625-018-0627-5#REF-CR84](https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-018-0627-5#ref-CR84)

Assim, de acordo com Purvis, *et al.* a necessidade de uma articulação entre os aspetos sociais, económicos e ambientais para se alcançar o desenvolvimento sustentável, está implícito no Relatório Brundtland. Mais tarde, a narrativa dos três pilares do desenvolvimento sustentável continua a estar presente na Agenda 21, em 1992, até mais recentemente à Conferência do Rio+20, em 2012, que, como referido anteriormente, lançou um processo intergovernamental para a adoção dos ODS que viriam a substituir os ODM, devendo contemplar, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (2018, pp. 686-687).

Por último, é necessário relevar como o conceito de desenvolvimento sustentável da Comissão Brundtland foi revolucionário em conciliar o desenvolvimento económico e as preocupações ambientais: *"The environment does not exist as a sphere separate from human actions, ambitions, and needs, and attempts to defend it in isolation from human concerns have given the very word "environment (...). The word "development" has also been narrowed by some into a very limited focus (...). But the "environment" is where we all live; and "development" is what we all do in attempting to improve our lot within that abode. The two are inseparable.*" (WCED, 1987). De acordo com Sachs, tal contribuiu para a sua rápida popularização e difusão. Segundo este, anteriormente à Comissão Brundtland, havia dois tipos de discurso político, um que promovia a proteção do ambiente e o outro de desenvolvimento. Assim, em 1987, a

Comissão Brundtland conseguiu construir uma ponte conceptual entre os dois movimentos (Sachs, 1999, p. 28).

Porém, a definição da Comissão Brundtland não ficou isenta de críticas, sendo uma das principais a falta de clareza da própria aceção. Sachs, por exemplo, afirma “(...) *the formula is designed to maximize consensus rather than clarity.*” (1999, p. 28). Jacobs partilha a mesma opinião “*What do these vague definitions mean anyway? What is ‘development’, what are ‘needs’, what is it that must be ‘sustained’, how is ‘quality of life’ measured?*” (Dobson, 1999, p. 23). Bermejo, por sua vez, afirma que a ambiguidade do conceito de Brundtland levou à proliferação de centenas de definições que tentam explicar o que significa desenvolvimento sustentável (Bermejo, 2014, p. 17). Apesar das suas críticas, a definição de Brundtland tornou-se na definição mais aceite mundialmente, sendo altamente utilizada e citada desde então.

Após analisada a definição de Brundtland, proceder-se-á, neste momento, ao levantamento de outras definições existentes de desenvolvimento sustentável. É de notar, primeiramente, o grande número de definições existentes sobre desenvolvimento sustentável. Segundo Dobson, já em 1996, haveria cerca de 300 definições sobre desenvolvimento sustentável (Dobson, 1996, p. 402), denotando o grande número de opiniões contrastantes relativamente ao conceito que, atualmente, será maior. Para além disso, o conceito é igualmente estudado em vários campos que o definem de formas diferentes:

- No campo da economia, pode ser considerado como desenvolvimento que assegura que o rendimento *per capita* das gerações futuras não seja inferior ao da geração atual;

- No campo da sociologia, pode ser considerado como desenvolvimento que preserva a comunidade, ou seja, que mantém próximas as relações sociais dentro de uma comunidade;

- Já no campo da ecologia, pode ser desenvolvimento que preserve a diversidade de espécies biológicas, dos ecossistemas essenciais, e dos processos ecológicos (Ciegis, et al., 2009, p. 31).

Rees, por exemplo, face à falta de clareza da definição da Comissão Brundtland, afirma que é necessária uma definição operacional do conceito para que se possam desenvolver políticas de desenvolvimento aceitáveis. Assim, este propõe uma definição alternativa: *“Sustainable development is positive socioeconomic change that does not undermine the ecological and social systems upon which communities and society are dependent. Its successful implementations require integrated policy, planning, and social learning processes; its political viability depends on the full support of the people it affects through their governments, their social institutions, and their private activities”*³⁷. (Rees, 1989, p. 3).

A definição de Brundtland leva Reid a explicar que, apesar da sua ambiguidade, esta passa uma mensagem importante. Citando Bert de Vries, que afirma que a definição de Brundtland tem mais o caráter de um princípio moral do que uma definição precisa - *“Sustainability is not something to be defined, but to be declared. It is an ethical guiding principle”* - o autor demonstra como a definição de Brundtland é similar ao conceito de democracia ou justiça, sendo que as pessoas são a favor destas, mantendo, no entanto, as suas definições individuais (Reid, 1995).

Goodland e Ledec propõem outra definição de desenvolvimento sustentável. Assim estes definem-no como: *“Sustainable Development is defined as a pattern of social and structural economic transformations (i.e., ‘development’) which optimizes the economic and other societal benefits available in the present, without jeopardizing the likely potential for similar benefits in the future”* (Goodland & Ledec, 1987, p. 36).

Duran, por sua vez, fez um levantamento das várias definições existentes relevantes sobre desenvolvimento sustentável e nota como quase todas mostram uma relação diretamente proporcional entre crescimento económico e a satisfação populacional. Por exemplo, Harwood³⁸, afirma que *“Sustainable development is a*

³⁷ Segundo Rees, nesta definição estão implícitas outras características de desenvolvimento sustentável: Esta definição está orientada para alcançar explicitamente objetivos ecológicos, sociais e económicos; pode impor limites ecológicos no consumo material, promovendo simultaneamente o desenvolvimento qualitativo a nível comunitário e individual; requer a intervenção do governo, mas também a liderança e cooperação do setor privado; exige a integração e a coordenação de políticas a todas as escalas espaciais e entre as jurisdições políticas relevantes; depende de processos educativos, de planeamento, e políticos que sejam informados, abertos e justos.

³⁸ Harwood, R.R., (1990). The history of sustainable agriculture. Em *“Sustainable Farming Systems”*.

system that can evolve indefinitely toward greater human utility, greater efficiency of resource use and a balance with the environment which is favourable to humans and most other species” (Duran, et al., 2015, p. 807).

Klarin, ao fazer o seu próprio levantamento de definições de desenvolvimento sustentável demonstra igualmente que todas estas seguem, em grande parte, o núcleo do conceito da Comissão Brundtland. Assim, o autor afirma que “(...) *sustainable development is mostly perceived as a socio-economic system that enables human needs, but also a long-term progress towards well-being and improvement of overall quality of life in accordance with environmental constraints*”. Para mais, o autor, na sua opinião, explica que o desenvolvimento sustentável está estreitamente ligado às questões ecológicas, dado que o meio ambiente proporciona oportunidades e constrangimentos fundamentais ao desenvolvimento. Assim, a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, em teoria, está relacionada, principalmente, com a sustentabilidade ecológica (2018, p. 77).

Já Pezzey, afirma que desenvolvimento sustentável é “*non-declining per capita utility - because of its self-evident appeal as a criterion for intergenerational equity*” (Pezzey, 1989, p. 15).

Já Redclift, demonstra como dentro do desenvolvimento sustentável, há quem dê primazia em atingir os objetivos ecológicos do desenvolvimento sustentável e quem a dê aos objetivos económicos. Relativamente aos objetivos ecológicos, o que precisa de ser sustentado, à medida que se alcança o desenvolvimento sustentável, são as bases dos recursos naturais. Esta visão preocupa-se com os recursos, particularmente com os recursos renováveis, como o foco do desenvolvimento sustentável (Redclift, 1992, pp. 395-396). No que toca aos defensores dos objetivos económicos, Redclift refere Barbier³⁹ que define desenvolvimento sustentável como sendo “*sustainable economic development is (...) directly concerned with increasing the material standard of living of the poor at the ‘grassroots’ level, which can be quantitatively measured in terms of increased food, real income, educational services, health-care, (...) cash (...) in general terms, the primary objective is reducing the absolute poverty of the world’s poor through*

³⁹ Em: Barbier. E. (1989) *Economics, Natural-resource Scarcity and Development*. Earthscan, Londres.

providing lasting and secure livelihoods”. Aqui a ênfase está em atingir objetivos sociais e económicos, e não ecológicos. Bartelmus⁴⁰ é também referido por Redclift que define desenvolvimento sustentável como sendo *“sustainable development maintains a particular level of income by conserving the sources of that income, the stock of produced and natural capital”*. Segundo Redclift, nesta definição, a conservação vai para além da preservação dos sistemas de suporte de vida do planeta, incluindo também as infraestruturas, os serviços e o capital produzido pelo homem que compõe grande parte do ambiente construído. Assim, nestas definições de desenvolvimento sustentável, não é o meio ambiente que precisa de ser sustentado acima de tudo, mas sim os níveis atuais e futuros de produção e consumo (1992, p. 397).

Tendo em conta o presente ponto e o anterior, foi assim possível constatar o longo percurso até à adoção da Agenda 2030, que guia, atualmente, os esforços internacionais para alcançar o desenvolvimento sustentável. Para além disso, estes pontos foram essenciais em explicar a construção da Agenda e dos ODS, um dos componentes da pergunta de investigação, e o entendimento da definição da Comissão Brundtland, demonstrando que, apesar de ser dos conceitos mais utilizados, não está isento de críticas, o que levou a uma multiplicidade de definições em vários campos. Para mais, permitiram perceber as dimensões que compõem o desenvolvimento sustentável, presentes atualmente na Agenda, e que o foco do conceito está assente na continuidade das necessidades presentes sem comprometer as das gerações futuras. Para além disso, e concordando com a afirmação de Klarin, as definições realçadas aparentam seguir o núcleo do conceito original da Comissão Brundtland, denotando a sua influência até aos dias de hoje.

I.2.3 – Desenvolvimento Sustentável na União Europeia

Alcançar o desenvolvimento sustentável é um objetivo da União Europeia desde a assinatura do Tratado de Amesterdão, em 1997.

Inicialmente, o objetivo da Comunidade, estipulado pelo artigo 2º do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, era *“to promote throughout the*

⁴⁰ Em: Bartelmus. P. (1987) *Environment and Development*. George Allen & Unwin. Londres.

Community a harmonious development of economic activities, a continuous and balanced expansion”, não havendo ainda referência ao meio ambiente ou ao desenvolvimento sustentável (Bär & Kraemer, 1998). De acordo com os autores, na década de 70, vários grupos ambientalistas começaram a apelar à alteração do artigo 2º, mais especificamente à remoção do termo “expansão contínua”, defendendo que a sua redação deveria ser transformada de forma a refletir um maior respeito pelo meio ambiente. Mais tarde, a entrada em vigor do Ato Único Europeu, em 1987, fornece as bases jurídicas para uma política ambiental europeia, mas só depois, com a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, cunhado pela Comissão Brundtland, se procede à alteração do art.º 2º, com a adoção do Tratado de Maastricht, em 1992. Assim, é inserida no artigo a expressão “*sustainable and non-inflationary growth*”, a qual acarreta alguma ambiguidade que será ultrapassada em 1997, com o Tratado de Amsterdão: a Comunidade irá agora promover “*a harmonious, balanced and sustainable development of economic activities, (and) sustainable and non-inflationary growth (...)*” (Bär & Kraemer, 1998, pp. 1-2). Com a assinatura deste Tratado, o desenvolvimento sustentável é assim tornado um objetivo explícito da Comunidade Europeia. Este Tratado veio a fortalecer igualmente a necessidade de integrar requisitos de proteção ambiental na definição e implementação de políticas públicas de outros setores políticos da UE (Farmer, 2012, pp. 3-4).

É também interessante destacar que, apesar de atualmente vários dos documentos legislativos da UE fazerem referência ao desenvolvimento sustentável, estes acabam por não o definir claramente (Hees, 2014). Relativamente a esta questão, o autor refere, a título de exemplo, os Tratados da UE, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ou legislação secundária como a Diretiva Aves⁴¹ ou a Diretiva *Ecodesign*⁴². De acordo com o Artigo 37º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, o desenvolvimento sustentável deve ser considerado no desenvolvimento de políticas públicas “*A high level of environmental protection and the improvement of the quality*

⁴¹ Diretiva 2009/147/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens. Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32009L0147>.

⁴² Diretiva 2009/125/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativa à criação de um quadro para definir os requisitos de conceção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia. Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32009L0125>.

of the environment must be integrated into the policies of the Union and ensured in accordance with the principle of sustainable development.” Já na Diretiva Ecodesign é afirmado que esta contribuirá para o desenvolvimento sustentável “[*This Directive*] *contributes to sustainable development by increasing energy efficiency and the level of protection of the environment, while at the same time increasing the security of the energy supply*”. Assim, estes exemplos demonstram o papel central e a importância que o desenvolvimento sustentável tem na legislação europeia. No entanto, estes não definem o conceito, nem demonstram como deve ser implementado. Esta falta de clareza leva o autor a crer que há um risco de que as decisões políticas da UE, as propostas legislativas, as políticas e a legislação dos Estados-Membros não serem concebidas em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável (Hees, 2014, pp. 60-63).

Como referido anteriormente, desde 1997 que o desenvolvimento sustentável é um objetivo global da União Europeia, mais uma vez comprovado com a adoção da primeira Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE em 2001⁴³, até mais recentemente, à adoção da Agenda 2030, a nível mundial por parte desta.

Já em 2016, e na sequência da adoção da Agenda, a Comissão Europeia apresentou a sua estratégia relativamente a esta, sob a forma de Comunicação⁴⁴, através da qual definiu as próximas etapas para um futuro sustentável na Europa. Nesta Comunicação é, primeiramente, destacado o papel decisivo da UE na definição da Agenda 2030 e é deixado claro que esta está plenamente empenhada em assumir uma posição de liderança na implementação da mesma.

No documento, a resposta da UE para concretizar estas metas incluiu duas vertentes de trabalho. A primeira, passou pela integração plena dos ODS no quadro

⁴³ Adotada pelo Conselho Europeu em Gotemburgo em 2001 e renovada em 2006. Em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10117-2006-INIT/en/pdf>. O objetivo geral da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE consistia em identificar e desenvolver ações que permitissem à UE alcançar uma melhoria contínua a longo prazo da qualidade de vida. A estratégia definiu objetivos globais e ações concretas para sete desafios prioritários até 2010. Em: https://ec.europa.eu/environment/sustainable-development/strategy/index_en.htm.

⁴⁴ COM/2016/0739 Next steps for a sustainable European future European action for sustainability. Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52016DC0739>.

político europeu e nas prioridades da Comissão, de forma a identificar as principais preocupações em matéria de sustentabilidade. A segunda vertente passou por lançar um trabalho de reflexão de forma a desenvolver uma visão estratégica e definir a tónica das políticas setoriais pós-2020, para assim executar os ODS a longo prazo.

No documento, o compromisso da Comissão na execução da Agenda 2030 é levada a cabo através de uma série de ações-chave, em que são destacadas:

- *“The Commission will mainstream the Sustainable Development Goals into EU policies and initiatives, with sustainable development as an essential guiding principle for all its policies. Existing and new policies should take into account the three pillars of sustainable development, i.e., social, environmental and economic concerns. The Commission will to this effect ensure that its policies are sustainability-assured through its better regulation tools.*
- *The Commission will provide as of 2017 regular reporting of the EU's progress towards the implementation of the 2030 Agenda.*
- *In order to promote sustainable development around the world, the EU will continue working with external partners, using all the tools that are available under its external policies and support in particular the efforts in developing countries.”* (Comissão Europeia, 2016, pp. 2-20).

Graças a este documento, desde 2017 que o progresso da União Europeia relativamente aos ODS é monitorizado sob a forma de relatórios, publicados anualmente (Eurostat, 2017). À parte do comunicado referido, durante o período de 2014-2019, foram lançados mais dois documentos políticos de grande relevância que definem a abordagem da UE à implementação dos ODS – o documento de reflexão “Para

uma Europa sustentável até 2030”⁴⁵ e “Um novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento”⁴⁶ (Comissão Europeia, 2020, pp. 1-3).

Mais recentemente, é possível observar que o compromisso para com os ODS continua a ser uma prioridade sob a Comissão von der Leyen. No início do seu mandato, tornou-se claro que os ODS seriam uma parte intrínseca das orientações políticas da presidente e que estes estariam no centro da formulação de políticas em matéria de ação interna e externa, em todos os setores, integrando os ODS em todas as propostas e estratégias da Comissão. Segundo a Comissão von der Leyen, os 17 ODS estão incluídos nas suas seis prioridades⁴⁷, como é possível observar na seguinte figura:

⁴⁵ COM/2019/22 Reflection Paper Towards a Sustainable Europe by 2030. Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=COM%3A2019%3A22%3AFIN>.

⁴⁶ COM/2016/0740 Proposal for a new European Consensus on Development Our World, our Dignity, our Future. Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52016DC0740>.

⁴⁷ As seis prioridades da Comissão para 2019-2024:

- Pacto Ecológico Europeu – ambição de ser o primeiro continente com impacto neutro no clima e de se tornar uma economia moderna em termos de utilização de recursos;
- Uma Europa preparada para a era digital – uma estratégia digital que permita empoderar os seus cidadãos através de uma nova geração de tecnologias;
- Uma economia ao serviço das pessoas – a criação de um ambiente de investimento mais atrativo e um crescimento que fomente empregos de qualidade, especialmente para jovens e pequenas empresas;
- Uma Europa mais forte no mundo – reforço da sua voz no mundo, defesa do multilateralismo e de uma ordem internacional assente em regras;
- Promoção do modo de vida europeu – proteção do Estado de direito;
- Um novo impulso para a democracia europeia – proteção da democracia contra interferências externas, como a desinformação e o discurso de ódio em linha. Em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024_pt.



FIGURA 3: PRIORIDADES DA COMISSÃO VON DER LEYEN E A SUA LIGAÇÃO COM OS ODS. FONTE: *SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE EU - MONITORING REPORT ON PROGRESS TOWARDS THE SDGs IN AN EU CONTEXT (2022)*

Para mais, cada Comissário ficou encarregue de garantir que as políticas sob sua supervisão reflitam os ODS (Eurostat, 2022, pp. 19-26).

Tendo em conta as linhas de ação da Comissão, destaca-se uma das principais prioridades e políticas revolucionárias - o Pacto Ecológico Europeu, apresentado a 11 de dezembro de 2019, que tem por objetivo ser a nova estratégia de crescimento da UE e formar parte integrante da estratégia da Comissão von der Leyen para executar a Agenda 2030 e, conseqüentemente, os ODS. De acordo com a Comunicação do Pacto Ecológico Europeu, este, face aos presentes desafios climáticos, visa transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos seus recursos e competitiva, conseguindo em 2050 alcançar as zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa, bem como um crescimento económico dissociado da utilização de recursos. Para além disso, o Pacto pretende proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE e proteger a saúde e bem-estar dos seus cidadãos contra os riscos e impactos relacionados com o ambiente. Assim, todas as ações e políticas da UE terão de contribuir para a execução dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu (Comissão Europeu, 2019, pp. 1-3).



FIGURA 4: OS ELEMENTOS DO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU. FONTE: COM/2019/640 O PACTO ECOLÓGICO EUROPEU

Assim, mais especificamente, como é possível ver nos objetivos do Pacto, esta estratégia permite contribuir para várias questões importantes como: a transição energética (fontes de energia limpa), a mudança na indústria (modelos de economia circular), a eficiência energética dos edifícios na Europa, os sistemas de alimentos orgânicos, entre outros.

Tendo em conta o que foi descrito até agora, é de salientar que a pandemia da COVID-19 apresentou obstáculos às prioridades da Comissão von der Leyen. No que concerne ao Pacto Ecológico Europeu, o processo da sua implementação foi desacelerado devido à pandemia e devido à reorientação de prioridades para assim combater a crise de saúde pública (Ciot, 2021, pp. 1-8). Para além disso, de forma a promover a recuperação e resiliência da UE, a Comissão teve de ajustar igualmente o seu programa de trabalho para 2020. Na sua Comunicação de maio de 2020, “Adaptação do Programa de Trabalho da Comissão para 2020”, é afirmado que, desde o início da crise, a Comissão adotou até à data da publicação do documento, 291 decisões, entre outro atos, sendo que nenhum destes estava previsto ou mencionado no programa de trabalho da Comissão para 2020, refletindo a natureza urgente e dramática da situação,

como também a rapidez com que a Comissão teve de readaptar a concretização dos seus objetivos a longo prazo para a gestão imediata da crise. Assim, foi revisto o calendário de algumas medidas propostas (Comissão Europeia, 2020).

É possível, assim, concluir com este ponto que o desenvolvimento sustentável é um objetivo no cerne do projeto europeu desde 1997, a partir da adoção do Tratado de Amsterdão. Demonstrou-se que desde essa altura são feitos esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, com a adoção da Agenda 2030, que os ODS são uma prioridade para toda a UE e, principalmente, para a atual Comissão von der Leyen, tornando-se parte intrínseca das suas políticas.

I.3 - Cultura e Desenvolvimento Sustentável – Estado da Arte

Na sequência do já referido, servirá este ponto para desenvolver o Estado da Arte acerca do tema escolhido para este relatório de estágio – “Cultura e Desenvolvimento Sustentável”. Este subcapítulo tem como objetivo responder à pergunta de investigação, “Podem os Setores Culturais e Criativos contribuir para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?”, bem como corroborar a hipótese de trabalho, ambas presentes na introdução do documento. A resposta a esta questão necessita, naturalmente, de uma análise e contextualização histórica dos esforços feitos no sentido em promover um lugar para a cultura no foro do desenvolvimento sustentável, e a progressiva ligação entre os dois conceitos.

Para tal, primeiramente será observado se a cultura, de facto, continua subvalorizada no âmbito do desenvolvimento sustentável. De seguida, levantar-se-ão algumas abordagens teóricas relativas à presente temática e, por fim, analisar-se-á como é que os Setores Culturais e Criativos podem contribuir para alcançar certos ODS.

De forma a analisar a evolução da ligação entre cultura e desenvolvimento sustentável, crê-se que a melhor abordagem para esta questão torna necessário destacar o papel basilar da UNESCO, desde a sua criação, em promover esta reflexão do papel da cultura no desenvolvimento sustentável, como também do seu potencial em alcançá-lo. É indubitável que esta organização tem liderado os esforços internacionais neste sentido, justificando este ponto de partida.

No pós-segunda guerra mundial, a preocupação principal da comunidade internacional era a manutenção da paz. Neste contexto, a visão dos fundadores da UNESCO englobava os princípios da justiça, solidariedade e igualdade como os componentes necessários para garantir uma coexistência pacífica entre países, como é possível ler no preâmbulo da constituição da organização cujo objetivo passava por: *“advancing, through the educational and scientific and cultural relations of the peoples of the world, the objectives of international peace and of the common welfare of mankind for which the United Nations Organization was established”* (Wiktor-Mach, 2018, p. 312). De acordo com a autora, no emergir da nova ordem mundial, foi dada à cultura, juntamente ao campo da educação e da ciência, um papel essencial pelo seu potencial transformador das sociedades. Inicialmente, nenhuma das convenções da UNESCO se focavam exclusivamente no desenvolvimento, sendo que estas tinham primeiramente como preocupação a salvaguarda e proteção do património cultural tangível e, mais tarde, também o património cultural intangível. Nesta altura, a ideia do desenvolvimento era ainda vista como prejudicial para o património cultural. Porém, é afirmado que a UNESCO foi pioneira nos debates mundiais sobre sustentabilidade, dando como exemplo o seu programa *“Man and the Biosphere”*, estabelecido na década de 70, que tem como objetivo estudar a relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Segundo Wiktor-Mach, é na década de 80 que a UNESCO passa a trabalhar direta e simultaneamente com os conceitos de cultura e desenvolvimento (2018, pp. 313-315). De acordo com a UNESCO, em 1982, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais na cidade do México foi importante neste sentido, reforçando a necessidade de uma abordagem cultural para o desenvolvimento, assente no reconhecimento das identidades locais e na afirmação da natureza multidimensional do desenvolvimento, definindo, assim, *“desenvolvimento”* como sendo *“a complex, holistic and multidimensional process that goes beyond economic growth and integrates all dimensions of life (...) the principle is therefore proposed that development must be founded on the will of each society and express its profound identity”* (UNESCO, 2015). O trabalho desenvolvido pela UNESCO no campo da cultura e desenvolvimento foi aprofundado com o lançamento da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997) que teve sucesso na consciencialização internacional do elo de ligação entre os dois campos. Foi neste contexto que foi estabelecida em 1992, a Comissão

Mundial de Cultura e Desenvolvimento, que nas palavras de Javier Pérez de Cuéllar, antigo Secretário-Geral da ONU, tinha como objetivo fazer pela cultura e desenvolvimento o que tinha sido alcançado no campo do meio ambiente e Desenvolvimento. Ou seja, da mesma forma que a Comissão Brundtland haveria promovido com sucesso um “casamento” entre o desenvolvimento e o meio ambiente, era necessário clarificar e aprofundar igualmente a relação entre a cultura e desenvolvimento de uma forma prática e construtiva. Esta Comissão iria publicar ainda um importante relatório, intitulado *Our Creative Diversity* em 1995. Segundo a UNESCO, este relatório constituiu um capítulo importantíssimo na reflexão sobre cultura e desenvolvimento, mantendo-se válido duas décadas após a sua publicação. As várias questões abordadas nesse relatório, incluindo o reconhecimento da criatividade como fonte de empoderamento e desenvolvimento, a necessidade do reforço das políticas do património cultural através de uma maior atenção ao património imaterial e a exploração da interação entre género e cultura inspirou os desenvolvimentos posteriores no seio da UNESCO e noutros locais (2015, pp. 5-6).

Mais tarde, a progressiva integração de aspetos culturais no entendimento de desenvolvimento sustentável é visível ainda em outros documentos no contexto da UNESCO. Assim, ao longo do tempo, podem ser encontradas referências relativas ao desenvolvimento sustentável, como na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), fulcral para reafirmar a ligação entre cultura e desenvolvimento, na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). Por exemplo, a Conferência para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial foi importante para reconhecer a importância do património cultural imaterial como impulsionador da diversidade cultural e como sendo essencial para garantir o desenvolvimento sustentável. Já a Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais demonstrou um fortalecimento do discurso da UNESCO sobre a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável. A ligação entre os dois foi uma das principais mensagens da convenção, demonstrando a resolução da UNESCO em promover esta relação (2015, pp. 19-34). Nesta Convenção é afirmado que a diversidade cultural é uma riqueza para todos os indivíduos e sociedades, sendo

essencial para um desenvolvimento sustentável, em benefício das gerações futuras. Para mais, estabeleceu a obrigatoriedade em integrar a cultura nas políticas de desenvolvimento sustentável ao nível local, nacional e internacional (UNESCO, 2005).

É necessário referir que durante 2010 e 2011, no contexto da ONU, foram também adotadas resoluções sobre cultura e desenvolvimento sustentável, como a Resolução 65/1⁴⁸, que reconhece a importância da cultura para o desenvolvimento e para os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e a Resolução 65/166⁴⁹ e 66/208⁵⁰ sobre Cultura e Desenvolvimento que apelam à integração da cultura nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Entre as grandes Conferências internacionais sobre desenvolvimento sustentável pode-se destacar o documento resultante da Conferência do Rio +20 “*The Future We Want*” já abordada anteriormente, que relevou que todas as civilizações e culturas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012, p. 10).

Alcançado o ano da meta para os ODM e, tendo em conta o trabalho a ser desenvolvido pela ONU até ao momento de chegada da agenda de desenvolvimento pós-2015, teve lugar o Congresso Internacional da UNESCO em Hangzhou, na China, em 2013 que teve como documento resultante a Declaração de Hangzhou “*Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies*”. Esta Declaração tinha como objetivo demonstrar como é que a cultura pode contribuir para os três pilares do desenvolvimento sustentável, como também em promover a paz e a segurança mundial. Para além disso, defendia que, face aos desafios crescentes à estabilidade mundial, eram necessárias novas abordagens para a sua solução, passando pelo reconhecimento da cultura como um recurso para verdadeiramente alcançar o desenvolvimento sustentável. A declaração foi especialmente importante por declarar a necessidade da inclusão de um objetivo específico para a cultura na futura Agenda 2030 (UNESCO, 2013, pp. 1-10).

⁴⁸ RES/65/1 “*Keeping the promise: united to achieve the Millennium Development Goals*”. Em: <https://digitallibrary.un.org/record/692292?ln=ru>.

⁴⁹ RES/65/166 “*Culture and development*”. Em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/522/50/PDF/N1052250.pdf?OpenElement>.

⁵⁰ RES/66/208 “*Culture and development*”. Em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/471/30/PDF/N1147130.pdf?OpenElement>.

No entanto, apesar de décadas de trabalho por parte da UNESCO no campo da cultura e do desenvolvimento sustentável, como demonstrado, e de esta conseguir alcançar uma maior visibilidade sobre o potencial da cultura neste campo, o documento final da ONU acabou por não conter nenhum ODS dedicado especificamente à cultura. De acordo com o relatório *“Culture in the Implementation of the 2030 Agenda”*, a falta de um ODS dedicado à cultura aparenta ter levado a política da UNESCO a focar-se nos resultados alcançados na Agenda, particularmente com o Objetivo 11.4 - “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo” - dando como exemplo a iniciativa *“Culture for Sustainable Urban Development”*, em 2015. Esta visava demonstrar a ligação entre a implementação das Convenções Culturais da UNESCO, a concretização da Agenda 2030 e os Resultados de Hangzhou, um documento que contém recomendações para contribuir para a Nova Agenda Urbana⁵¹, nascido da Conferência Internacional “Cultura para Cidades Sustentáveis” e que visava explorar o papel da cultura no contexto urbano (Culture2030Goal, 2019).

De facto, uma observação mais cuidada, demonstra a evidente ausência da cultura como ODS próprio, sendo que esta é referida, ao longo do documento, somente em algumas metas dos Objetivos. Esta presença residual tem levado a UNESCO, bem como outras organizações culturais, a continuar a apelar à inclusão da cultura como o seu próprio ODS ou em conferir maior visibilidade à sua presença na Agenda 2030, como catalisadora dos seus objetivos.

À parte da UNESCO, é também possível observar que previamente à adoção da Agenda, o apelo à inserção de um objetivo concernente à cultura tinha já amplo apoio internacional por parte de várias organizações e atores culturais.

Assim, em 2013 foi lançada uma campanha intitulada #culture2015goal com este objetivo em mente. Neste ano, foi publicado o Manifesto *“Culture as a Goal in the Post-*

⁵¹ A Nova Agenda Urbana, adotada em 2016 na Conferência Habitat III, que reafirma o compromisso para com o desenvolvimento sustentável e reconhece a cultura e diversidade cultural como contributo importante para o desenvolvimento sustentável. Reconhece que a cultura deve ser também considerada na promoção e implementação de novos padrões de consumo e produção sustentáveis, que contribuam para um uso responsável dos recursos e abordem os impactos adversos das alterações climáticas. Em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese.pdf>. O Habitat III é a terceira Conferência da ONU no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável.

2015 Development Agenda” que apelava aos decisores políticos a implementação de um objetivo exclusivo para a cultura no documento final da Agenda 2030, sugerindo o título - “*Ensure cultural sustainability for the wellbeing of all*” para este (IFACCA, et al., 2013). Depois, em 2014, foi assinada, por sete redes internacionais culturais⁵², a “*Declaration on the Inclusion of Culture in the Sustainable Development Goals*” que não só destacava o papel essencial da cultura para as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, como também afirmava que a dimensão cultural do desenvolvimento é muitas vezes ignorada, prejudicando a plena realização do desenvolvimento sustentável. Para mais, o documento apelava à inserção de metas e indicadores claros, referentes à cultura nos ODS (ICOMOS, et al., 2014). Em setembro de 2015, antes da adoção da Agenda 2030, foi lançado outro comunicado conjunto que, apesar de reconhecer o passo histórico em conceder um lugar para a cultura nesta agenda, expressou descontentamento pelo facto de o documento não ter em conta as provas recolhidas nas passadas décadas sobre o papel positivo da cultura no desenvolvimento, sendo que no documento final, como já referido, não fora criado um objetivo para a cultura. Assim, esta é apenas referida explicitamente em quatro das 169 metas que constituem os ODS (Agenda21forCulture, et al., 2015).

Como referido, atualmente, após a adoção da Agenda 2030, o apelo por um objetivo específico e uma maior integração da cultura nos ODS continua. Por exemplo, a *Culture Action Europe*, outra rede cultural europeia que prima pela promoção do potencial da cultura para o desenvolvimento sustentável, lança, em 2019, um relatório referente a esta questão, reafirmando o poder da cultura para contribuir transversalmente para os 17 ODS. No seu texto, é lembrado, mais uma vez, que apesar de esta estar presente na Agenda 2030, a sua capacidade para a realização dos ODS não é explícita e que o seu campo de ação está limitado a um reduzido número de metas (Culture Action Europe, 2019). A própria campanha #culture2015goal continua atualmente, tendo evoluído agora para o nome #culture2030goal. A iniciativa mantém o seu objetivo original, visando o reconhecimento da cultura como quarto pilar do

⁵² IFACCA – *International Federation of Arts Councils and Culture Agency*; Agenda 21 for Culture; IFCCD – *International Federation of Coalitions for Cultural Diversity*; Culture Action Europe; Arterial Network; IMC – *International Music Council* e ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*.

desenvolvimento sustentável e a inserção de um objetivo próprio para a cultura na agenda, agora do pós-2030 (culture2030goal, 2021).

Para referência, destacam-se as metas que mencionam aspetos culturais na Agenda 2030:

- **Meta 4.7** – tem como objetivo garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, através da educação para a cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;
- **Meta 8.3** – aborda a promoção de políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem atividades produtivas como a criatividade e a inovação;
- **Metas 8.9 e 12.b** – referentes à necessidade de conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, incluindo através da cultura e produtos locais, e à necessidade de desenvolver ferramentas de monitorização adequadas nesta área;
- **Meta 11.4** – destaca a necessidade de fortalecer os esforços para a proteção e salvaguarda do património cultural e natural mundial (UCLG; Culture21, 2018).

Já ao nível da UE, apesar do seu forte compromisso para alcançar o desenvolvimento sustentável, destacado no capítulo anterior, é afirmado que a cultura não está plenamente integrada na anteriormente referida estratégia europeia para concretizar a Agenda 2030 da ONU de 2016 (Culture Action Europe, 2019; IETM, 2019).

Efetivamente, quando analisada a estratégia europeia para concretizar a Agenda 2030, que engloba a COM/2016/0739 e o Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão⁵³ que a acompanha, comprova-se que a cultura é destacada maioritariamente de forma semelhante à Agenda 2030. No primeiro documento, a cultura não é mencionada, enquanto no segundo esta é referida apenas em alguns objetivos. Já no Novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento, de 2017⁵⁴, apesar de esta ser

⁵³ SWD(2016) 390 Em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?uri=CELEX:52016SC0390>.

⁵⁴ Em: https://www.consilium.europa.eu/media/24004/european-consensus-on-development-2-june-2017-clean_final.pdf.

mencionada como componente importante para o desenvolvimento, é apenas referida numa instância.

É assim demonstrado que, também ao nível da UE, apesar da relevância da cultura para o desenvolvimento ser reconhecida, o seu potencial para alcançar os ODS possa continuar a não ser explorado na totalidade. Porém, é necessário referir que continuam a ser feitos esforços neste sentido. Destaca-se a iniciativa do Novo Bauhaus Europeu, a Nova Agenda para a Cultura da Comissão, que tem por objetivo evidenciar também a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável e ajudar a implementar a Agenda 2030, e a nova prioridade para o Plano de Trabalho para a Cultura do Conselho (2019-2022): A cultura como motor do desenvolvimento sustentável. Este objetivo visa criar um plano de ação sobre a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável na UE, sendo posteriormente integrado na Estratégia da União para a execução da Agenda 2030.

No entanto, a ausência da cultura para o desenvolvimento sustentável, não se limita à Agenda 2030 ou às ações para a alcançar na UE. Vários autores defendem que a esfera cultural, em geral, tem tido pouco destaque e relevância, ao longo de tempo, no campo da investigação e na elaboração de políticas concernentes ao desenvolvimento sustentável, apontando algumas razões para tal.

A título de exemplo, no caso de Zheng *et al.*, os autores afirmam que o papel da cultura ainda é subestimado nos campos da investigação da sustentabilidade e da governança, dando três principais razões para este fenómeno (Zheng, et al., 2021). Em primeiro lugar, os autores apontam o facto de a investigação científica sobre a influência da cultura para a sustentabilidade ser bastante fragmentada. Ou seja, o conhecimento produzido neste âmbito é recolhido principalmente a partir de estudos isolados, dispersos por um grande número de áreas devido às amplas conceptualizações de cultura e sustentabilidade. De seguida, defendem que existem barreiras interdisciplinares no que toca à metodologia utilizada. A análise cultural, maioritariamente, envolve estudos de caso de abordagem qualitativa, enquanto as ciências da sustentabilidade baseiam-se geralmente em abordagens quantitativas. Embora o campo das ciências sociais tenha testemunhado uma evidente melhoria nos

métodos de medição cultural, o conceito de cultura permanece abstrato e, em grande parte, desconhecido para muitos cientistas das ciências da sustentabilidade. Por último, os autores afirmam que os cientistas e decisores políticos tendem a desvalorizar os fatores culturais devido à sua complexidade e fraca aplicabilidade das intervenções culturais.

Já Soini & Dessein, afirmam, primeiramente, que a adição da esfera cultural à sustentabilidade traz desafios adicionais a esta definição já ambígua, pois o conceito de cultura, por si mesmo, é demasiado amplo e complexo para ser incluído no âmbito da sustentabilidade, pois esta pode significar qualquer coisa desde “modos de vida”, às práticas artísticas. Em segundo lugar, os autores referem que, em comparação com a análise dos aspetos ambientais da sustentabilidade, por exemplo, a análise cultural requer frequentemente métodos especiais para ser feita. Para mais, estes acreditam que as várias formas de encarar a relação entre os conceitos de cultura e desenvolvimento sustentável torna difícil discernir e explorar a sua relação, ou seja, a cultura pode ser vista como fundamental para qualquer desenvolvimento ou como um resultado deste. Estes argumentam também que o facto de a cultura ser desvalorizada no debate sobre sustentabilidade é o resultado de resistência política em conceder um papel específico à cultura neste âmbito, sendo que tal alteraria o *status quo* no campo da investigação e legislação sobre sustentabilidade. Por último, os autores determinam que a sustentabilidade é vista como sendo composta pelas dimensões ecológica, económica e social e a necessidade do equilíbrio entre as três, sendo o objeto de estudo, principalmente, o estado do meio ambiente, as estruturas sociais, a viabilidade económica, disposições institucionais e governativas. Ao incluir a cultura, tal significaria também introduzir os valores, comportamentos e modos de vida dos seres humanos nesta análise, o que levantaria questões metodológicas e normativas (Soini & Dessein, 2016, pp. 1-4).

Por último, como exemplo concreto, o caso específico dos Relatórios Nacionais Voluntários pode espelhar a ainda aparente falta de consideração ou entendimento do potencial da cultura no âmbito do desenvolvimento sustentável. Estes relatórios, parte dos mecanismos de revisão e acompanhamento da implementação da Agenda 2030, têm como objetivo demonstrar a situação de cada país na implementação dos ODS,

visando a partilha de boas práticas, identificação de lacunas e de desafios, e a criação de parcerias, de forma a acelerar a implementação da Agenda. A UNESCO, em 2022, ao analisar os relatórios voluntários entregues no período entre 2016 e 2020, demonstrou que apenas 13% dos países reconheceram o poder transversal da cultura na Agenda 2030 e nos seus ODS. Esta afirmou que há uma tendência em reconhecer apenas os benefícios do papel da cultura para a dimensão social do desenvolvimento sustentável, como promotora da coesão social, do bem-estar e do fortalecimento de identidades ou o seu potencial económico. O relatório aponta para a falta de metas explícitas culturais na Agenda 2030 como causa deste fenómeno, que desencoraja os decisores políticos a destacar o papel transversal da cultura em alcançar os vários ODS nos seus relatórios. Por exemplo, Palau, no seu relatório, salienta que a ligação entre cultura e sustentabilidade não está totalmente explorada na Agenda 2030 à parte da meta 11.4 (UNESCO, 2022).

De forma a colmatar esta questão, em 2019, a UNESCO desenvolveu os Indicadores Temáticos para a Cultura na Agenda 2030, para facilitar a monitorização nacional e local dos contributos da cultura para os vários ODS, auxiliando, assim, a inclusão da cultura nos seus relatórios voluntários nacionais, bem como nos seus programas de desenvolvimento.

O levantamento bibliográfico, além de contextualizar historicamente os desenvolvimentos no campo da cultura e do desenvolvimento sustentável, que permitiram uma maior visibilidade da cultura neste âmbito, demonstra que ainda várias organizações e académicos defendem que, tanto na Agenda 2030, como no âmbito académico e no desenvolvimento de políticas, ainda é dado pouco destaque ao potencial da cultura para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ao nível institucional europeu, esta relação também aparenta estar ainda pouco explorada.

Para mais, considera-se que esta questão possa afetar igualmente a ação dos Setores Culturais e Criativos em alcançar os ODS, acabando estes por não ter o devido destaque como promotores do desenvolvimento sustentável.

Neste momento, torna-se igualmente importante descrever algumas abordagens teóricas sobre cultura e desenvolvimento sustentável.

De acordo com Duxbury *et al.*, a falta de consideração da cultura como essencial para o desenvolvimento sustentável levou a várias tentativas para conceptualizar e articular um lugar para esta no seu seio. Neste sentido, de acordo com os autores, as abordagens que evoluíram para situar a cultura no contexto da sustentabilidade demonstram uma flexibilidade substancial e uma pluralidade crescente das mesmas ao longo do tempo (Duxbury, et al., 2017, p. 220). Como demonstrado no início deste ponto, há várias causas para esta falta de consideração da cultura como componente do desenvolvimento sustentável, sendo que uma destas pode dever-se à complexidade do termo em si e à multiplicidade de definições existentes.

Primeiramente, uma das abordagens que liga a cultura ao desenvolvimento sustentável, passa por explorar o potencial da cultura como pilar ou dimensão própria. Como referido no ponto 1.2.2, o Relatório Brundtland lançou as bases para o paradigma atual das três dimensões ou pilares do desenvolvimento sustentável, que incluem o pilar económico, social e ambiental. Recentemente, de acordo com Srakar & Vecco, tem havido um interesse cada vez maior em conceder um pilar próprio à cultura, juntamente com os outros três, tanto de uma perspetiva institucional, como também de uma perspetiva académica (Srakar & Vecco, 2016), como será demonstrado de seguida. De acordo com os autores, entre as principais razões para a inclusão do papel da cultura no desenvolvimento sustentável destaca-se a necessidade de uma visão holística do desenvolvimento, sendo que, de acordo com estes, a cultura é o único conceito que permite entender as conexões entre as diferentes dimensões da sustentabilidade, posicionando-se como o elo entre as três já aceites no paradigma tradicional.

No caso da abordagem da cultura como quarto pilar, é imperativo destacar o trabalho feito por Jon Hawkes que, já em 2001, ao criticar a falta de destaque dado à dimensão cultural na sustentabilidade, defendeu que deveria ser concedido a esta um pilar próprio, juntamente com a dimensão social, económica e ambiental de forma a verdadeiramente alcançar a sustentabilidade. Assim, este afirma que *“a healthy society depends, first and foremost, on open and influential cultural activity amongst the communities within it; sustainability can only be achieved when it becomes an enthusiastically embraced part of our culture. Without a foundation that expressly includes culture, the new frameworks are bereft of the means of comprehending, let*

alone implementing, the changes they promote. Culture has to be a separate and 'distinct' reference point." (Hawkes, 2001, p. 25). Assim, os quatro pilares propostos pelo autor incluem:

- Vitalidade Cultural;
- Equidade Social;
- Responsabilidade Ambiental;
- Viabilidade Económica.

A dimensão da cultura como pilar não é a única proposta como dimensão em falta da sustentabilidade, como é possível constatar com o trabalho de Burford *et al.*⁵⁵, sendo que várias áreas de estudo têm proposto os seus próprios pilares como componente adicional ao paradigma tradicional da sustentabilidade. Os autores, referem que o pilar da Vitalidade Cultural proposto por Hawkes, e por vezes referido como "*the Cultural-aesthetic pillar*" englobando as componentes do bem-estar, da criatividade, da diversidade e da inovação, é um enquadramento já bem estabelecido, sendo possível ver a sua influência no trabalho desenvolvido pela UNESCO (Burford, et al., 2013, pp. 3036-3039). Wiktor-Mach refere, igualmente, a importância do trabalho de Hawkes para a UNESCO, afirmando que constituiu uma base ideológica para o trabalho da organização (Wiktor-Mach, 2018, p. 6).

Por exemplo, na prática, há tentativas de implementar este modelo, nomeadamente no Canadá, na Austrália e em certos países europeus (Sazonova, 2014, pp. 10-11). Segundo Sazonova, o Ministério da Cultura da Nova Zelândia desenvolveu um modelo denominado "*Four Well-beings of Sustainability*". De acordo com este paradigma, as autoridades locais são responsáveis por promover o bem-estar cultural, social, económico e ambiental das suas comunidades. À semelhança do modelo dos quatro pilares, este é composto por quatro esferas interligadas, sendo que uma delas é dedicada à cultura, área considerada crucial para alcançar o desenvolvimento sustentável.

⁵⁵ Os autores, à parte do "*Cultural-aesthetic pillar*" destacam outros dois pilares propostos como quarto pilar em falta da sustentabilidade: o "*Political-institutional pillar*" e o "*Religious-spiritual pillar*".

A influência e a narrativa da cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável pode ser encontrada em vários documentos institucionais relevantes, como a Agenda 21 para a Cultura, um documento de referência neste domínio, que tem por objetivo guiar as cidades e governos locais na implementação de políticas públicas culturais. Além de contribuírem para o desenvolvimento cultural da humanidade, o documento determina as políticas culturais como sendo essenciais para o desenvolvimento sustentável das cidades e territórios: *“The affirmation of cultures, and the policies which support their recognition and viability, are an essential factor in the sustainable development of cities and territories and its human, economic, political and social dimension.”* (UCLG, 2004, p. 8). Outro exemplo a destacar é o documento de 2010 da UCLG⁵⁶ *“Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development”* que no seu preâmbulo defende que o paradigma tradicional do desenvolvimento sustentável já não reflete a complexidade dos desafios das sociedades atuais, sendo necessário incluir a cultura como quarto pilar: *“these dimensions alone cannot possibly reflect the complexity of current society. Many voices, including UNESCO are calling for the inclusion of Culture in sustainable development model, since culture ultimately shapes what we mean by development and determines how people act in the world”*. Para mais, neste documento, é feito um apelo às cidades e governos regionais e locais para que desenvolvam uma política cultural sólida, incluam uma dimensão cultural em todas as suas políticas e promovam a ideia da cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável no plano internacional (UCLG, 2010, pp. 1-4).

Como último exemplo, no contexto da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, o British Council lançou também um relatório intitulado *“The Missing Pillar”* que explora as ligações da cultura ao desenvolvimento sustentável, particularmente na concretização dos ODS e o seu potencial como quarto pilar para a sustentabilidade (British Council, 2020).

À parte de Hawkes, no âmbito académico, esta abordagem foi também analisada por outros autores (Nurse, 2006; Astara, 2014; Soini & Birkeland, 2014). Por exemplo, Nurse, na sua publicação, defende que a cultura não só deveria ser o quarto pilar do

⁵⁶ A UCLG é uma rede global de cidades e governos locais, regionais e das suas associações. Em: <https://www.uclg.org/en/organisation/about>.

desenvolvimento sustentável, como deve ser considerado como o pilar central deste paradigma, totalmente integrado juntamente com os outros pilares. Astará, por sua vez, enfatiza a importância da cultura como pilar próprio, explorando exatamente de que forma pode a cultura, ou o património cultural, contribuir para o desenvolvimento sustentável. Já Soini & Birkeland, fazem um levantamento das diferentes narrativas ligadas à questão da cultura como quarto pilar.

Um segundo trabalho académico a relevar no campo do papel da cultura para o desenvolvimento sustentável foi elaborada por Dessein *et al.*, numa publicação intitulada “*Culture in, for and as Sustainable Development*”. Neste documento, os autores ao reverem e analisarem vários trabalhos científicos sobre “sustentabilidade cultural”, identificam três formas em que a cultura é predominantemente integrada no âmbito do desenvolvimento sustentável (Dessein, et al., 2015).

A primeira forma, caracterizada como “*culture in sustainable development*”, concede à cultura um papel de apoio ao desenvolvimento sustentável. Aqui, a cultura é dotada do seu próprio pilar, como já descrito anteriormente. Ou seja, esta torna-se o quarto pilar do desenvolvimento sustentável, ligado aos outros três, mantendo-se, porém, autónomo.

A segunda forma, caracterizada como “*culture for sustainable development*”, coloca a cultura no papel de conectora e mediadora, pois consegue equilibrar os três pilares e orientar o desenvolvimento sustentável por entre as pressões económicas, sociais e ecológicas que naturalmente nascem das ambições e ações culturais humanas. Nesta abordagem, a cultura pode conciliar as várias exigências concorrentes ou conflituosas dos três pilares e conceder um significado humano e social ao desenvolvimento.

O último papel “*culture as sustainable development*”, vê a cultura como uma fundação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Aqui, ao ser reconhecido que a cultura engloba todas as outras dimensões do desenvolvimento sustentável, as distinções entre as dimensões económicas, sociais e ambientais desvanecem-se, sendo que a cultura passa a ser a preocupação principal da sustentabilidade (2015, pp. 28-33).

De forma a melhor exemplificar estas três formas sobre como a cultura é predominantemente integrada no desenvolvimento sustentável, recorreu-se à figura do documento consultado:

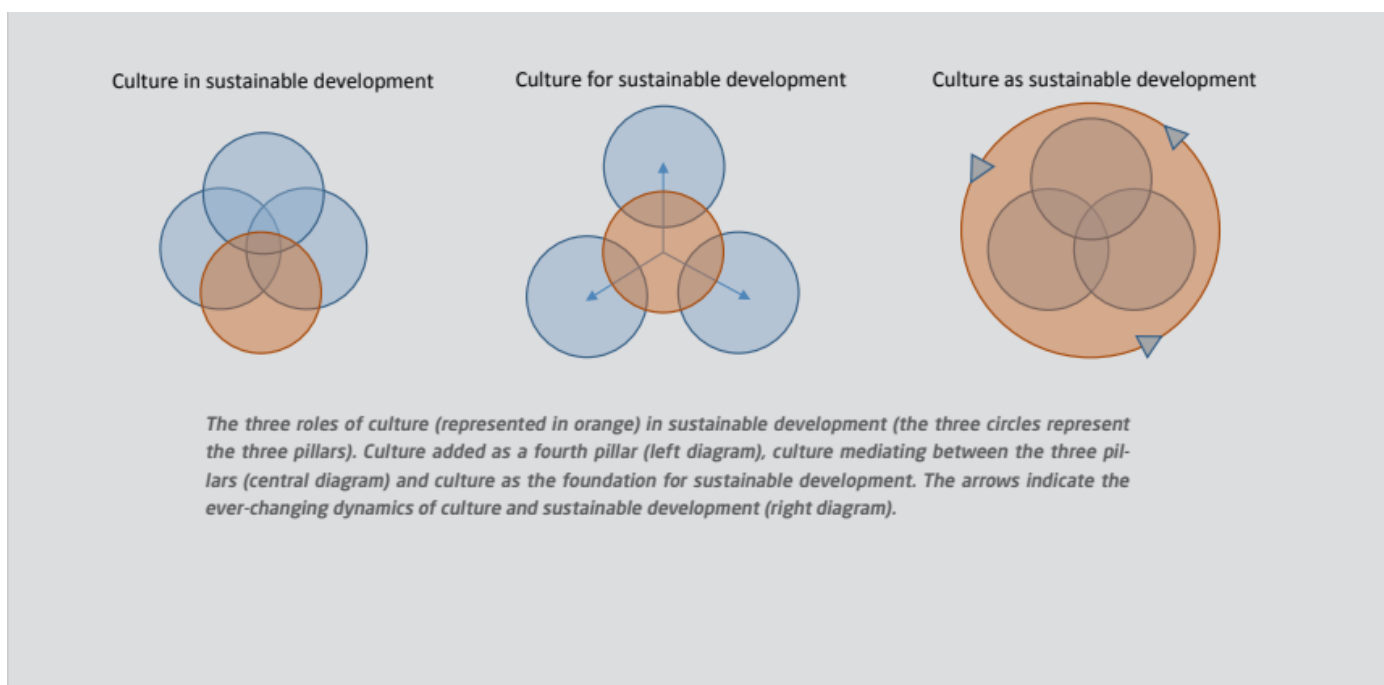


FIGURA 5: TRÊS PAPEIS DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. FONTE: CULTURE IN, FOR AND AS SUSTAINABLE DEVELOPMENT (2015)

Já a UNESCO, ao proceder igualmente a uma análise de abordagens existentes sobre a interação entre a cultura e o desenvolvimento sustentável, refere um estudo⁵⁷ da autoria de uma equipa de investigação, baseada na Universidad Tecnológica de Bolívar, na Colômbia, sob a liderança de Alberto Abelló Vives que, em 2010, distinguiu mais três abordagens que as ligam.

A primeira abordagem que a equipa identificou, encara a cultura como um meio, ou recurso, para alcançar o desenvolvimento. Ou seja, a utilização de práticas ou recursos culturais de forma a alcançar objetivos em outras áreas do desenvolvimento, como o crescimento económico, a regeneração urbana ou a coesão de uma comunidade. Segundo os autores do estudo, esta abordagem é característica das economias capitalistas e traduz-se no entendimento da cultura como mais um dos

⁵⁷ Abelló Vives, A.; Aleán Pico, A.; and Berman Arévalo, E. (2010), "Cultura y desarrollo: intersecciones vigentes desde una revisión conceptual reflexiva", em Martinell Sempere, A. (ed.) Cultura y desarrollo. Un compromiso para la libertad y el bienestar. Madrid and Tres Cantos: Fundación Carolina / Siglo XXI.

setores económicos de uma sociedade. Porém, esta pode ser igualmente um meio para atingir objetivos universais como a democracia ou a governança e participação.

A segunda abordagem identificada coloca o desenvolvimento dentro de um contexto cultural. Neste caso, há o entendimento de que os planos, os programas, os modelos e os objetivos para o desenvolvimento progridem em contextos culturais específicos. Segundo os autores, neste caso são distinguidas três perspetivas teóricas:

1. A primeira limita-se a tentar entender como é que as estratégias de desenvolvimento deveriam ser adaptadas a contextos culturais específicos e como certos países se mantêm subdesenvolvidos;
2. A segunda assume uma posição crítica em relação aos programas de desenvolvimento, demonstrando que certos modelos não são adequados a certos contextos culturais;
3. A última, neste âmbito, foca-se na própria definição de desenvolvimento, entendendo-o como uma construção cultural que pode ou não ser legitimada ou contestada. Nesta perspetiva, certos autores encaram o desenvolvimento como um “sonho” imposto pelos países da Europa ocidental e da América do Norte aos países do Sul Global, e aceite pelas suas elites, equivalendo a uma nova forma de colonialismo. Neste caso, o desenvolvimento deve ser “desconstruído”.

A última abordagem, distinguida pelos autores, encara a liberdade cultural como um objetivo que as estratégias de desenvolvimento se devem esforçar para alcançar (UNESCO, 2015, p. 14).

Já Duxbury *et al.*, confrontados com a multiplicidade de abordagens conceptuais e narrativas sobre cultura e desenvolvimento sustentável, como também de variações de conceitos e enquadramentos teóricos utilizados no meio académico e político sobre este tema, propõem quatro papéis que a política cultural pode desempenhar para contribuir para o desenvolvimento sustentável, tendo em conta as várias abordagens existentes de cultura e sustentabilidade.

1. Políticas culturais para salvaguardar e sustentar as práticas e direitos culturais – esta abordagem política coloca ênfase nos valores da continuidade e diversidade cultural, focando-se nas preocupações com a continuidade das culturas ao longo do tempo e o valor inerente na diversidade cultural global. Esta perspetiva centra-se nos conhecimentos embutidos em diversas práticas culturais, que devem ser protegidas e mantidas num futuro sustentável. Dentro desta vertente, a política cultural desempenha o papel de reguladora e protetora. Nestes papéis, esta defende também o direito das pessoas de se envolverem na vida cultural e de poderem viver da criação de cultura;

2. Políticas culturais para tornar as atividades e os impactos das organizações e indústrias culturais mais verdes – nesta vertente, a política cultural inclui uma dimensão ambiental e age como um veículo para explicar a regulamentação ambiental, o planeamento e restrições ao setor cultural e ajudar a implementá-las. Estas políticas examinam como é que os atores culturais devem integrar princípios de sustentabilidade no seu trabalho de forma a incluir mais responsabilidade ambiental;

3. Políticas culturais de apoio ao setor cultural para sensibilizar e catalisar a ações sobre a sustentabilidade e as alterações climáticas - esta vertente sublinha o papel da expressão artística no processo de uma ampla transformação cultural e dos "modos de vida", em formas de pensar e de agir mais compatíveis com a sustentabilidade. Esta vertente está principalmente assente no poder da cultura em transmitir mensagens e significados, especialmente criados pelos atores culturais (artistas, organizações artísticas ou instituições patrimoniais). Aqui, a sustentabilidade ambiental é a preocupação, estando interligada às questões sociais, culturais e económicas da sustentabilidade. Neste âmbito, a política cultural desempenha dois papéis: o de animadora e o de catalisadora. Assim, as políticas dentro nesta abordagem fomentam o desenvolvimento de programas de apoio dirigidos especificamente para apoiar projetos artísticos relacionados com a sustentabilidade;

4. Políticas culturais para promover uma “cidadania ecológica” global – neste contexto, as políticas culturais podem ser essenciais em promover uma cidadania global de forma a identificar e enfrentar a sustentabilidade como uma questão mundial,

fomentando a ação concertada por parte de toda a humanidade neste campo (Duxbury, et al., 2017).

As presentes abordagens relativas à cultura e ao desenvolvimento sustentável permitiram destacar algumas formas sobre como esta é situada no foro do desenvolvimento sustentável.

Assim, neste ponto, será agora analisado o potencial dos SCC para o desenvolvimento sustentável, mais especificamente para os ODS da Agenda 2030, através, igualmente, de exemplos concretos destes setores como promotores desta mesma ligação, de maneira a responder à pergunta de investigação. Esta reflexão torna-se ainda mais relevante no contexto pandémico em que decorreu o estágio curricular, sendo que os Setores Culturais e Criativos⁵⁸ se contam, precisamente, entre os domínios económicos mais afetados pela pandemia. Assim, além de serem um importante setor no que toca à geração de emprego e de terem um forte impacto económico, pretende-se demonstrar igualmente o seu potencial para colmatar os desafios atuais do desenvolvimento sustentável, materializados pelos ODS, pretendendo repensar o seu lugar no mundo pós-pandémico.

De entre os 17 ODS que estabelecem relações a aspetos culturais, destacados no início deste subcapítulo, foram escolhidos três para analisar nesta secção do relatório, de forma a responder à pergunta de investigação. Esta seleção deveu-se ao volume de informação que teria de ser recolhida para o efeito de determinar as ligações entre cada ODS e a cultura. No entanto, estes três objetivos foram escolhidos precisamente para corresponderem às três dimensões do desenvolvimento sustentável, abordadas no subcapítulo anterior, para demonstrar, assim, a influência dos SCC ao nível social, económico e ambiental.

Assim, os ODS selecionados são:

ODS n.º 1 – Erradicar a pobreza;

ODS n.º 8 – Emprego digno e crescimento económico;

⁵⁸ Esta questão merecerá uma análise mais aprofundada, nos capítulos seguintes do presente relatório.

ODS n.º 13 – Ação climática.

O British Council em 2020, no já referido relatório “*The Missing Pillar*”, procede à análise da relação entre a cultura e os vários ODS, tendo em conta as suas metas e indicadores. Através deste estudo, é relevado o potencial da cultura para alcançar cada um, bem como apresentados um conjunto de exemplos práticos do setor cultural que demonstram estas mesmas ligações (British Council, 2020).

Neste relatório⁵⁹ são destacados os principais vetores em que a cultura é especialmente importante para alcançar os ODS. Entre as principais conclusões e linhas de ação, retirados do documento, é possível entender que o envolvimento em atividades culturais e artísticas pode ter vários efeitos positivos.

Primeiramente, do ponto de vista social, o envolvimento em atividades culturais e artísticas através dos SCC, pode promover a resiliência, a inclusão, permitir o envolvimento dos cidadãos nas suas sociedades e empoderar as comunidades, destacando igualmente a influência que a cultura tem como veículo do diálogo intercultural.

Para mais, de um ponto de vista económico, sendo um dos setores que mais rapidamente crescem, tanto em países industrializados como em desenvolvimento, estes permitem gerar emprego e receitas, e contribuir para combater a pobreza, apoiando grupos e indivíduos marginalizados.

De seguida, numa perspetiva de desenvolvimento de capacidades, é afirmado que as atividades culturais e artísticas podem desempenhar um papel-chave neste sentido, promovendo a empregabilidade através do setor cultural.

Por último, é destacado o poder da cultura e das artes como sensibilizadoras das questões sociais para a esfera pública, levando a mudanças estruturais e à mobilização face a certas questões societais.

⁵⁹ A investigação e mapeamento do relatório foi feito pela *Nordicity* a pedido do *British Council*. Um dos objetivos deste relatório passa por demonstrar e tornar mais visível o papel implícito e explícito da cultura como vetor para o desenvolvimento, identificando áreas-chave temáticas em que o setor das artes e a cultura engloba e responde aos ODS.

Assim, o relatório destacou vários fatores importantes da relação entre os SCC e os ODS, sendo um bom ponto de partida para os aprofundar. Graças ao poder transversal da cultura na Agenda 2030, será demonstrado como o seu efeito num ODS particular contribuirá igualmente para outro.

I.3.1 - ODS n.º 1 – Erradicar a pobreza

Relativamente a este primeiro objetivo, existe um efeito claramente positivo da cultura para o alcançar, constatando que esta, de facto, contribui para uma redução da pobreza, agindo firmemente no campo de ação deste ODS, como será possível observar qualitativamente.

Sendo o ODS n.º1 um dos mais amplos e abrangentes, reafirma-se, porém que a cultura tem o potencial de responder tanto às dimensões económicas, como às sociais da pobreza e constitui uma ferramenta poderosa para lutar contra esta (2020, p. 17).

Segundo a ONU, acabar com a pobreza em todas as formas e dimensões é o maior desafio global atual e é um requerimento indispensável para alcançar o desenvolvimento sustentável. A erradicação da pobreza era já um dos oito objetivos dos ODM, adotados no ano 2000, sendo que, desde 1990, a pobreza extrema mundial foi reduzida em metade, retirando cerca de 700 milhões de pessoas desta condição. Este primeiro objetivo, estava já no cerne do processo de desenvolvimento da nova agenda, como é possível constatar pelo documento da ONU A/69/700⁶⁰. Ainda de acordo com as Nações Unidas, já antes da pandemia, o progresso para alcançar este objetivo tinha desacelerado. Prevê-se, agora, que o impacto da crise pandémica desfaça anos de trabalho neste campo, estimando-se que mais 71 milhões de pessoas passarão a viver em pobreza extrema. De acordo com o relatório, este é o primeiro aumento global de pobreza desde 1998 (ONU, 2020).

Primeiramente, será abordada a questão da exclusão social como fator da pobreza e destacado o potencial dos SCC para a colmatar. Não existe uma definição consensual e universal para exclusão social. Porém, a ONU afirma que grande parte das

⁶⁰ *The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming All Lives and Protecting the Planet.*

definições existentes colocam ênfase na falta de participação das pessoas nas suas sociedades. Assim, o conceito é descrito como sendo *“a state in which individuals are unable to participate fully in economic, social, political and cultural life, as well as the process leading to and sustaining such a state”*. Neste sentido, a falta de participação plena dos indivíduos nas suas sociedades, por um lado, pode dever-se à falta de acesso a recursos materiais, como um salário, emprego, habitação ou a serviços essenciais como à educação e saúde, aspetos fundamentais para o bem-estar, presentes na Agenda 2030. Porém, esta pode ser igualmente limitada quando indivíduos ou grupos não conseguem fazer ouvir a sua voz, interagir com outros ou quando a sua dignidade e direitos não são protegidos e respeitados da mesma maneira que o resto da sociedade. Assim, a exclusão social demonstra ser um fenómeno multidimensional, que implica não só a privação de bens materiais, como também a falta de capacidade ou de controlo sobre decisões, fomentando sentimentos de alineação e inferioridade (ONU, 2016, p. 18).

A exclusão social de certos grupos ou pessoas pode nascer das mais variadas formas de discriminação, tendo por base a sua etnia, religião, orientação sexual, género, idade, incapacidades físicas, estatuto de migrante ou o lugar onde vivem. Por vezes, esta exclusão pode ser deliberada, através de programas e políticas em certos países, ou de forma não intencional, como quando portadores de deficiências são excluídos dos mercados de trabalho, serviços e participação política por falta de consciencialização das suas necessidades, ou quando certos grupos étnicos são excluídos, socialmente, devido a barreiras linguísticas. A sensação resultante deste fenómeno faz com que as pessoas se sintam impotentes para desafiar a sua própria exclusão, perdendo também a sua autoconfiança (DFID, 2005, pp. 3-4). Assim, existe uma relação direta entre a exclusão social e a pobreza, sendo que estes indivíduos ou grupos afetados estão em maior risco desta condição por acabarem por não ter o mesmo acesso aos mercados de trabalho, a bens materiais, a serviços públicos e a oportunidades, afetando-os emocionalmente e isolando-os das suas comunidades (2005, p. 5).

Neste sentido, torna-se relevante abordar a questão da inclusão social, o termo antagónico de exclusão social. A União Europeia, por exemplo, define inclusão social como sendo *“a process which ensures that those at risk of poverty and social exclusion*

gain the opportunities and resources necessary to participate fully in the economic, social, and cultural life and to enjoy a standard of living and well-being that is considered normal in the society in which they live. Social inclusion also ensures that vulnerable groups and persons have greater participation in decision making which affects their lives and that they can access their fundamental rights.” (Comissão Europeia, 2010).

O combate à exclusão social e à pobreza é um dos objetivos específicos da política social da UE e dos seus Estados-Membros. De acordo com o artigo 153º do TFUE, este objetivo só pode ser alcançado através da cooperação não legislativa. O artigo 19º do TFUE estabelece que a UE tome medidas para combater a discriminação. O objetivo em lutar contra a discriminação só foi consagrado com a assinatura do Tratado de Amesterdão em 1997. Desde então têm sido feitos esforços para combater a pobreza e a exclusão social, destacando-se, recentemente, a Estratégia Europeia 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, adotada em 2010, que incluía um objetivo específico dedicado à pobreza e exclusão social – reduzir até 25% o número de europeus a viver abaixo do limiar nacional da pobreza e erguer mais de 20 milhões de pessoas da pobreza - e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, proclamado na Cimeira de Gotemburgo em 2017 (Parlamento Europeu, 2022, pp. 1-3). Neste âmbito, é reconhecido o papel essencial da participação cultural no combate à pobreza e à exclusão social, como é possível constatar pelas Conclusões do Conselho sobre o papel da cultura no combate à pobreza e à exclusão social. Neste documento é afirmado que a participação cultural promove a expressão e realização pessoal, uma consciência crítica e a participação ativa na vida social. Para mais, pode promover a integração de grupos isolados ou em condições de pobreza, dando mais visibilidade à sua situação, combatendo estereótipos e fomentando o respeito mútuo e pelas diferenças culturais (Conselho da União Europeia, 2010, p. 2).

Sendo que a exclusão social leva ao maior isolamento de pessoas e grupos, e contribui para que estes estejam em maior risco de pobreza, torna-se, assim, necessário analisar de que forma é que os SCC contribuem para uma maior inclusão destes grupos marginalizados ou em risco de exclusão, através da participação cultural nestes setores.

De acordo com a UNESCO, a participação cultural pode ser definida como *“participation in any activity that, for individuals, represents a way of increasing their own cultural and informational capacity and capital, which helps define their identity, and/or allows for personal expression”* (UNESCO, 2012, p. 51).

Esta questão já foi explorada por vários autores e organizações. Matarraso, por exemplo, num estudo feito em 1997, já tinha demonstrado alguns efeitos sociais positivos da participação cultural e artística, relevantes para este ponto. Através de estudos de caso e de uma metodologia que incluía entrevistas e questionários aos participantes de projetos artísticos de vários setores culturais, como o do teatro e dos museus, foi possível concluir que:

A participação cultural promove a inclusão de várias maneiras. Estas atividades promovem o conhecimento e o entendimento intercultural, proporcionam espaços neutros para o desenvolvimento de relações interpessoais, ajudando também a reconhecer o contributo de todas as partes de uma comunidade. Para mais, demonstrou-se que estas atividades ajudaram a promover a tolerância e a contribuir para a resolução de conflitos e para a cooperação intercultural. Nesta questão, 54% dos inquiridos sentiram que tinham adquirido conhecimentos sobre as culturas dos outros participantes (Matarasso, 1997). Além disso, permitem igualmente o desenvolvimento pessoal dos indivíduos, aumentando a sua confiança, e levando ao adquirir de novas capacidades sociais. Neste ponto, 84% dos participantes sentiram-se mais confiantes acerca das suas capacidades e 37% sentiram-se encorajados para tirar uma formação adicional ou um curso.

Já Barraket, através de uma revisão de literatura acerca dos benefícios da participação em atividades culturais e artísticas, afirma que a envolvimento nestas atividades fortalece e diversifica as redes pessoais. Além disso, este afirma que as atividades artísticas podem ajudar a construir capital social e reforçar a coesão social no seio das comunidades. Este ponto é de extrema relevância, pois de acordo com o autor, ao nível individual, os indivíduos com redes pessoais diversificadas costumam ter uma melhor saúde mental e física, níveis mais sólidos de educação e de empregabilidade, e maiores redes de apoio. Ao nível comunitário, as comunidades com redes fortes

demonstram maior resiliência e maior acesso a recursos, conseguindo responder aos efeitos estruturais e históricos da exclusão. Assim, as atividades culturais e artísticas revelam ser ferramentas poderosas para indivíduos ou grupos excluídos (Barraket, 2005, p. 10).

Num relatório de 2016 do Conselho da Europa, que analisou a relação entre a participação cultural e sociedades inclusivas, o potencial da cultura foi novamente exaltado como essencial para a inclusão social, ao aproximar pessoas e grupos diferentes e, através de experiências partilhadas, reduzir o preconceito, fomentando a tolerância e o respeito pelas diferenças culturais. Para mais, o relatório concluiu que a participação em atividades culturais tinha o potencial de desenvolver narrativas e valores partilhados dentro de comunidades, ajudando assim a construir sociedades inclusivas (Conselho da Europa, 2016, p. 12).

À medida que a UE se torna social e culturalmente mais diversa, surgem também crescentes desafios para a coesão social. Neste sentido, foi analisada já várias vezes a ligação entre os efeitos da participação cultural em populações vulneráveis ou em risco de exclusão.

Face a esta questão, num recente relatório, publicado em 2019 pela Comissão Europeia, intitulado *“From social inclusion to social cohesion: the role of culture policy”*, é destacado o papel das políticas culturais e das iniciativas culturais e artísticas em colmatar a exclusão social, e demonstrado como estas fomentam o sentimento de pertença e a inclusão das suas populações. Para mais, é concluído que a cultura e as artes podem contribuir para melhorar as condições de vida das pessoas em risco de exclusão social. Neste relatório são destacados projetos dos setores culturais e criativos provenientes de bibliotecas, museus, festivais e galerias de arte (Comissão Europeia, 2019).

Relativamente a grupos específicos, foi também explorada esta ligação entre a participação cultural e a inclusão de refugiados ou migrantes nas suas sociedades.

Por exemplo, em 2016, durante a crise dos refugiados, foi elaborado um relatório que identificou uma relação positiva entre atividades culturais e a integração

e inclusão social de refugiados e emigrantes. Entre as outras conclusões deste documento, foi possível entender que as atividades culturais destacadas demonstram como estas promovem o diálogo intercultural e o multiculturalismo. Para mais, concluiu-se que as artes e as atividades culturais, em contexto terapêutico, podem ter efeitos positivos no bem-estar dos emigrantes, que se pode revelar determinante para o sucesso da sua integração no país de acolhimento. Por último, que uma cena cultural diversificada também pode ter efeitos económicos positivos, aumentando, assim, as oportunidades económicas para os migrantes se integrarem (McGregor & Ragab, 2016, pp. 4-21). Este efeito positivo da cultura e das artes em contexto da crise de refugiados é novamente destacado em 2017, noutra relatório, publicado pela Comissão Europeia, intitulado *“How culture and the arts can promote intercultural dialogue in the context of the migratory and refugee crisis”*. Através deste, foi possível concluir que as atividades artísticas e culturais participativas são particularmente propícias à integração e inclusão social de refugiados e emigrantes. Para mais, a cultura e as artes oferecem oportunidades únicas para aproximar refugiados, emigrantes e populações de acolhimento, lutando contra estereótipos e fortalecendo o sentimento de pertença. Além disso, os projetos culturais e artísticos podem empoderar refugiados e emigrantes, dando-lhes espaço para o diálogo e uma maior voz (Comissão Europeia, DG EAC, 2017, pp. 31-59).

Parece assim demonstrado como as atividades culturais, promovidas pelos SCC, são um importante fator a ter em consideração no processo de inclusão de populações vulneráveis nas suas sociedades, revelando ser também um importante contributo para a tolerância e para o diálogo intercultural. Para mais, estas atividades aumentam a resiliência destes grupos, ajudando a criar redes pessoais e de apoio, permitindo que estas cresçam, se integrem e participem nas suas sociedades, fomentando um maior acesso a oportunidades económicas e contribuindo para que estas não sejam marginalizadas, afastando-as, diretamente ou indiretamente, de condições de pobreza extrema.

Neste campo, por exemplo, pode ser destacado o papel privilegiado de certos setores dos SCC, como o do teatro, pelo seu contacto direto com as populações, como promotores da inclusão social. A Alemanha, por exemplo, tem aproveitado este

potencial, especialmente no contexto da crise migratória de refugiados sírios. Seguem-se dois exemplos neste campo:

Karambolage – O Karambolage é uma produção de um teatro de dança que junta jovens de um campo de refugiados situado em Neukolln e jovens de Berlin visando proporcionar um espaço de partilha e produção cultural e criativa, de forma a fomentar a inclusão de refugiados e o diálogo intercultural através do trabalho artístico;

Coming of age oder was heist hier erwachsen warden 14+ - Projeto de teatro que junta jovens refugiados e jovens alemães para falar sobre as suas vidas, experiências e as suas aspirações, promovendo o contacto intercultural e a inclusão através do desenvolvimento de histórias para peças de teatro.

Para além disso, nesta vertente de inclusão social de grupos excluídos ou em risco de tal, a informação relevada demonstra como os SCC, através do seu efeito transversal, podem também contribuir para alcançar o ODS n.º10 – Reduzir as desigualdades, especialmente no que toca à meta 10.2 – até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição económica. Além disso, como demonstraram os relatórios sobre o impacto de atividades artísticas na inclusão de refugiados, estas podem promover o seu bem-estar, empoderá-los e dar-lhes uma maior voz, contribuindo assim para alcançar o ODS n.º3 – Saúde de qualidade. Especificamente a meta 3.4 – até 2030 (...) promover a saúde mental e o bem-estar.

I.3.2 - ODS n.º 8 – Trabalho digno e crescimento económico

Sendo os SCC um dos setores que mais tem crescido, tanto em países industrializados, como em países em desenvolvimento, num ponto de vista económico, é possível notar a sua relação com o ODS n.º 8 - Trabalho digno e crescimento económico⁶¹, com a respetiva interligação ao combate à pobreza, constatando-se que

⁶¹ No âmbito deste ODS, é necessário ressaltar que o foco estará numa perspetiva do potencial para a criação de emprego e de demonstração do peso económico dos SCC. As condições de trabalho nestes setores, por vezes problemáticas, e exacerbadas durante a pandemia, serão exploradas no ponto II.2 deste trabalho.

estes setores podem ajudar a colmatar esta condição através da criação de emprego local e de receitas em zonas desfavorecidas.

Ao nível institucional da UE, o valor económico dos SCC já é amplamente reconhecido. Na Nova Agenda para a Cultura da Comissão, por exemplo, é distinguido o valor social e económico da UE. Logo na sua introdução, é possível ler *“Europe's rich cultural heritage and dynamic cultural and creative sectors strengthen European identity, creating a sense of belonging. Culture promotes active citizenship, common values, inclusion and intercultural dialogue within Europe and across the globe. It brings people together, including newly arrived refugees and other migrants, and helps us feel part of communities. Culture and creative industries also have the power to improve lives, transform communities, generate jobs and growth, and create spill over effects in other economic sectors”* (Comissão Europeia, DG EAC, 2018, p. 1).

Já no Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022 do Conselho, nos princípios orientadores em que este assenta, é destacado por um lado, que a cultura tem um valor intrínseco e que, por outro, contribui para o desenvolvimento social e económico sustentável. Além disso, o Plano de Trabalho deixa claro que:

- O património cultural é um recurso que favorece o desenvolvimento sustentável a nível cultural, social, ambiental e económico na Europa;

(...)

- As relações culturais internacionais da UE deverão reforçar a sensibilização para o papel fundamental da cultura e para os seus efeitos socioeconómicos positivos, que dão resposta a problemas e desafios significativos a nível mundial (Conselho da União Europeia, 2018, pp. 2-3).

Numa perspetiva de cariz mais prático, vários estudos têm interligado os SCC à criação de emprego e ao combate à pobreza. Num estudo de 2005 da Comissão Europeia, foi analisado o papel da participação cultural na redução da pobreza, com a identificação de programas e políticas culturais, a nível da europa⁶²: os projetos

⁶² Neste estudo foram analisados programas e políticas culturais da Dinamarca, da Finlândia, de França, da Alemanha, de Itália, de Espanha, da Suécia e do Reino Unido.

analisados permitiram constatar que a participação em atividades culturais potenciava a confiança dos participantes e encorajava a procura de oportunidades de emprego precisamente dentro dos SCC. A participação ativa promovia também um maior envolvimento nas suas comunidades e a entender melhor o mercado laboral. Certos países, aliás, como França, o Reino Unido ou a Alemanha potenciam oportunidades de emprego nestes setores, através de ações de formação nos média digitais ou no setor da música. Itália, por exemplo, através das bibliotecas, fornece o acesso à internet a grupos desfavorecidos de forma a aumentar o acesso à informação e ao conhecimento dos serviços existentes (Comissão Europeia, 2005, pp. 1-3).

Em termos quantitativos, destacam-se alguns valores relativamente à empregabilidade do setor cultural na UE, antes da crise pandémica. De acordo com o Eurostat, em 2020, este setor empregava cerca de 7,2 milhões de pessoas. Comparado com 2015, foram empregues mais 330,000 pessoas, equivalendo a um crescimento generalizado de 5%. Em termos relativos, o emprego nestes setores representou 3,6% da taxa de emprego total ao nível da UE, tanto em 2015, como em 2020, podendo ser constatado pela seguinte tabela:

	Number (1 000 persons)		Share of total employment (%)	
	2015	2020	2015	2020
EU	6 835	7 168	3,6	3,6
Belgium (*)	181	214	4,0	4,5
Bulgaria (*)	85	92	2,8	2,9
Czechia	187	203	3,7	3,9
Denmark (*)	126	126	4,6	4,4
Germany (*)	1 644	1 599	4,1	3,8
Estonia	34	34	5,3	5,2
Ireland (*)	76	74	3,7	3,2
Greece	109	123	3,0	3,2
Spain	621	667	3,5	3,5
France	851	973	3,2	3,6
Croatia	54	64	3,4	3,9
Italy (*)	784	791	3,5	3,5
Cyprus	12	13	3,4	3,2
Latvia	37	33	4,1	3,7
Lithuania	53	54	4,0	4,0
Luxembourg	13	12	5,0	4,2
Hungary	156	175	3,7	3,9
Malta	9	13	4,5	4,8
Netherlands	383	421	4,6	4,7
Austria	164	163	4,0	3,8
Poland	531	538	3,3	3,3
Portugal	145	173	3,2	3,6
Romania	126	120	1,5	1,4
Slovenia	42	50	4,5	5,1
Slovakia	61	71	2,5	2,8
Finland	123	128	5,1	5,1
Sweden (*)	231	243	4,8	4,8
Iceland (*)	11	11	6,2	5,8
Norway	103	106	3,9	3,9
Switzerland	248	241	5,5	5,1
Montenegro	7	8	3,3	3,5
North Macedonia	21	26	3,0	3,3
Serbia	83	96	3,2	3,3
Turkey	597	644	2,2	2,4

FIGURA 6: EMPREGO NO SETOR CULTURAL AO NÍVEL DA UE (2015 E 2020). FONTE: [HTTPS://EC.EUROPA.EU/EUROSTAT/STATISTICS-EXPLAINED/INDEX.PHP?TITLE=CULTURE_STATISTICS_-_CULTURAL_EMPLOYMENT#CULTURAL_EMPLOYMENT_.E2.80.94_OVERALL_DEVELOPMENTS](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Culture_statistics_-_Cultural_employment#Cultural_employment_.E2.80.94_Overall_developments)

Ao nível dos Estados-Membros, a percentagem de trabalho no setor cultural, na taxa total de emprego de cada país, aumentou na maioria destes, sendo que o maior incremento foi testemunhado na Eslovénia que teve um aumento de 0,6 pontos percentuais – de 4,5% em 2015 para 5,1% em 2020 e na Bélgica e na Croácia em 0,5 pontos percentuais durante este mesmo período (Eurostat, 2021).

Relativamente ao seu contributo económico, já antes da pandemia era possível denotar o seu peso económico na UE. De acordo com o relatório publicado pela Ernst & Young (EY) em janeiro de 2021, estes representaram cerca de 4,4% do PIB da UE em termos de volume de negócios total, o que se traduziu numa faturação de 643 mil milhões de euros e um valor agregado total de 253 mil milhões de euros em 2019. É possível verificar que, desde 2013, as receitas globais destes setores vieram a aumentar cerca de 93 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento de 17% neste período (EY, 2021).

Ao nível setorial, durante um período de seis anos, os dez setores avaliados no estudo⁶³ cresceram de forma constante, embora a ritmos diferentes. Assim, os setores dos videojogos, da publicidade, da arquitetura e da música cresceram mais de 4% por ano, enquanto os setores do audiovisual, da rádio, artes visuais, artes cénicas e livros aumentou entre 0,5% e 3%. O único setor que apresentou uma quebra no seu crescimento foi o da imprensa (-1,7%) devido à transição entre as receitas dos produtos impressos e as receitas *online*.

Já relativamente à percentagem de emprego de grupos específicos de pessoas nos SCC, segundo outro relatório da EY, intitulado “*Cultural times: The first global map of cultural and creative industries*” é demonstrado como estes setores na Europa são propícios ao emprego das populações mais jovens.

O estudo indica que os SCC tipicamente empregam um maior número de pessoas entre os 15 e os 29 anos de idade do que em qualquer outro setor, representando 19,1% de jovens no emprego total destes setores, comparado a 18,6% do resto da economia europeia, em 2013. Na Europa Central e na Europa de Leste, por exemplo, os jovens são responsáveis por 1,3% pontos percentuais a mais de empregos na economia criativa do que na economia total (EY, 2015, p. 18).

Mais recentemente, o Eurostat demonstrou valores um pouco diferentes, mas que suportam a ideia de estes serem setores propícios a empregar jovens. Na UE em 2020, 1,2 milhões de jovens trabalhavam no campo da cultura (15-29), representando uma percentagem de 16,4%, um valor quase equivalente aos jovens a trabalhar na economia total - 16,8%. Ao nível dos Estados-Membros, os jovens representaram, em 2020, uma maior percentagem no setor cultural do que no total da economia em oito países, destacando a Bulgária onde a população jovem empregue no setor cultural era 4 pontos percentuais mais alta do que a média de jovens na economia total (Eurostat, 2021).

Já relativamente à percentagem de mulheres empregues no setor cultural, o Eurostat demonstra que, em 2020, estas representaram uma percentagem quase

⁶³ Artes visuais; Música; Audiovisual; Artes performativas; Publicidade; Livros; Arquitetura; Revistas e Jornais; Rádio; Indústria dos videojogos.

equivalente à dos homens, correspondendo a 48,1%. Porém, a percentagem de mulheres empregues no setor cultural foi mais elevada à média de mulheres a trabalhar na economia total (46%). Ao nível dos Estados-Membros, as mulheres representaram uma maioria no emprego cultural em 15 países, sendo que os países dos bálticos detiveram as maiores percentagens de mulheres empregues no setor. (Letónia – 62% e na Lituânia e Estónia – 60%). Já no Luxemburgo, na Polónia, na Finlândia, na Suécia, no Chipre, na Bulgária, na Roménia, em Portugal, na República Checa, na Croácia, na Eslováquia e na Grécia, as mulheres representavam igualmente uma percentagem maior no setor da cultura.

Outra vertente a destacar entre cultura e a criação de emprego é a sua influência positiva ao nível do desenvolvimento sustentável urbano. Face à crescente migração de pessoas para centros urbanos (atualmente a população que vive em cidades equivale a 54% da população mundial) e, conseqüentemente, ao aumento de populações pobres e excluídas, e áreas urbanas informais, a cultura é novamente destacada como componente essencial para colmatar estas questões, de acordo com a UNESCO. Segundo esta, os SCC são basilares em lidar com as dimensões sociais e económicas da pobreza nos centros urbanos, principalmente através da criação de trabalho no setor do património cultural e do turismo, ao reconhecer as identidades locais e as suas culturas, as suas tradições e as práticas artesanais tradicionais locais, proporcionando oportunidades de emprego, competitividade e receitas em zonas com falta de oportunidades para grupos vulneráveis (UNESCO, 2016). Na União Europeia, esta ligação entre o turismo, o património cultural⁶⁴ e a criação de emprego é igualmente nutrida. Segundo a Comissão, estes são importantes motores de atividade económica, sendo que as cidades que investem na cultura, atraem mais emprego e capital humano quando comparadas a outras cidades que não o fazem (Comissão Europeia, 2018).

Tendo como exemplo a iniciativa das Capitais Europeias da Cultura, referida no ponto I.1.2, especificamente da experiência da cidade de Plovdiv, na Bulgária, em 2019, como capital europeia da cultura, é possível entender a extrema relevância que o

⁶⁴ A Comissão Europeia define património cultural como sendo “*natural, built and archaeological sites, museums, monuments, artworks, historic cities, literary, musical and audiovisual works, and the knowledge, practices and traditions of European citizens.*” Em: <https://culture.ec.europa.eu/policies/selected-themes/cultural-heritage>.

património cultural tem para a transformação de uma cidade. Durante 2019, foram organizados cerca de 600 eventos culturais em torno do património cultural da cidade, sendo que esta teve cerca de 1 200 000 milhões de habitantes e um crescimento de 39% de turismo durante este período. A percentagem de habitantes a participar nos eventos culturais também subiu de 10% em 2013 para 60% em 2019. Para além disso, apesar do investimento de 20 milhões de euros na preparação da capital, as receitas geradas ascenderam os 200 milhões de euros. As dinâmicas criadas durante este ano levaram, igualmente, a um aumento na constituição de pequenas firmas ativas no setor cultural, bem como a um aumento de 16% de emprego nos SCC. Esta experiência demonstrou como um investimento bem planeado no património cultural transforma cidades, promove oportunidades de emprego local e tem o potencial de regenerar locais desprovidos de oportunidades económicas (GEPAC, 2021).

Por último, de forma a captar a relevância deste setor, tendo por base o Eurobarómetro especial sobre património cultural de 2017, lançado na véspera do Ano Europeu do Património Cultural 2018, é possível entender a importância que o património cultural tem para o cidadão europeu. 84% dos inquiridos acreditavam que o património cultural era importante para estes, como também para as comunidades locais e para a sua região, e 91%, para o seu país. 71% consideravam que viver perto de locais com património cultural melhorava a qualidade de vida das pessoas e 79% das pessoas concordaram que o património cultural ou atividades relacionadas a este setor criava empregos na UE (Comissão Europeia, 2017). Já em termos de empregabilidade no setor, estima-se que nele trabalhem cerca de 300,000 pessoas, sendo que 7,8 milhões de empregos estão indiretamente ligados a este (ex: Segurança, Interpretação) (Parlamento Europeu, 2021, p. 6).

No âmbito deste ODS, há vários exemplos de projetos dos SCC que têm no seu cerne a promoção de emprego no setor:

Multaka, por exemplo, é um projeto colaborativo entre vários museus de Berlim que proporciona formação especializada a refugiados sírios e iraquianos para se tornarem guias de museus nas suas línguas nativas. Os refugiados neste projeto passam também a ter entradas gratuitas em três museus de Berlim. O objetivo deste projeto

passa igualmente por facilitar a troca de experiências culturais e históricas e envolve a população local para fomentar a compreensão entre estes e os refugiados.

Mais uma vez, no âmbito do setor do teatro, vários destes promovem oportunidades de formação nesta área a pessoas desempregadas. O projeto italiano **Sipario**, treina gratuitamente os seus participantes no campo da música ao vivo e no setor do teatro. Oferece igualmente treino em gestão e comunicação, e em capacidades técnicas como iluminação, som e *design* de roupa. Após o período de formação, o teatro auxilia os seus participantes a serem empregues na área, sendo que na última versão do projeto, 67 dos 182 participantes conseguiram um emprego estável no setor cultural.

Já no setor do património cultural, na Eslováquia, destaca-se o projeto **Castle Builders** que oferece à população local desempregada a oportunidade de reentrar no mercado laboral, através da restauração de castelos antigos.

Para finalizar a perspetiva económica, há que destacar o contributo dos SCC para a empregabilidade em contexto do desenvolvimento pessoal e o adquirir de novas competências.

Esta ligação entre a educação e a cultura já foi abordada por instituições europeias como o Parlamento Europeu que, em 2016, afirmou que as sinergias entre o setor educativo e cultural devem ser aprofundadas *“the importance of building strong bridges between culture and education in order to develop competences and transferable skills, increase high-level and secure jobs”* (Parlamento Europeu, 2016, p. 5).

Da informação consultada, várias fontes apontam para o nutrir de competências importantes através da participação cultural. Entre estas, destacam-se o desenvolvimento do pensamento criativo e abstrato, a comunicação complexa, a resiliência e adaptabilidade em ambientes diversos, o trabalho em equipa e a sensibilidade cultural como capacidades requisitadas no mundo laboral do futuro e para o sucesso no local de trabalho (Culture Action Europe, 2018; Vecco & McNeilly, 2020; Matarasso, 1997). No âmbito do desenvolvimento de capacidades, este efeito foi particularmente estudado e notado no setor dos museus, sendo destacados como tendo

um papel importante neste sentido, algo extensamente analisado por vários autores (Scott, 2011; Wavell, et al., 2002; GLLAM, 2000; Dodd & Sandell, 2001; Toonen, 2020). Da literatura consultada, foi possível determinar vários resultados relevantes da participação neste setor:

- O fomento de competências importantes no mundo laboral, como a criatividade, uma mentalidade empreendedora, sensibilidade cultural, desenvolvimento da capacidade de comunicação, pensamento crítico e interdisciplinar;
- O desenvolvimento pessoal e a promoção da confiança para a procura de emprego;
- Demonstram ser um importante suporte para a educação formal e informal ao aprofundar o conhecimento dos participantes, de todas as idades, em determinadas matérias.

Matarasso atribui um papel semelhante ao setor das bibliotecas, sendo que estas também podem contribuir para o adquirir de novas competências, fornecer um espaço de pesquisa e informação para quem procura emprego e ajudar a desenvolver capacidades digitais (Matarasso, 1998).

Tendo o exemplo destes setores, através da participação cultural, é possível dotar os intervenientes de capacidades importantes para o mercado de trabalho, aumentando, assim, a sua empregabilidade e o seu sucesso laboral.

Ao finalizar este ponto, demonstrou-se como os SCC podem ajudar a alcançar o ODS n.º8. Assim, ao observar quantitativamente o peso económico dos SCC, demonstrou-se como estes podem contribuir, tanto para o crescimento económico, como também para a criação de emprego ao nível da UE. Ao analisar a presença de certos grupos da nossa sociedade nos SCC, entendeu-se como estes setores também são propícios à contratação de mulheres e jovens, contribuindo, assim, especificamente para a meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens (...), e para a meta 8.6 – reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação. Estes setores, ao serem um bom motor de criação de emprego local, através do património

cultural e do turismo, podem também ajudar a aliviar condições de pobreza de populações desfavorecidas, reconhecendo as suas identidades culturais, contribuindo, assim, para o ODS nº1. Para mais, através do envolvimento em atividades culturais de certos setores, os participantes podem igualmente desenvolver, direta ou indiretamente, capacidades importantes para o mundo laboral e aumentar a sua empregabilidade, promovendo o alcance do ODS n.º 4 – Educação de qualidade, principalmente a meta 4.4 – até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

I.3.3 – ODS n.º13 – Ação climática

As alterações climáticas são um dos maiores desafios que a espécie humana tem de enfrentar atualmente. De acordo com a ONU, em 2020, a concentração de gases com efeito de estufa atingiram novos recordes. 2021 marcou um dos anos mais quentes num período de sete anos, acreditando-se que, apesar de variações anuais de temperatura, a tendência será que esta continuará a subir. Este aumento de temperaturas globais traduz-se num vasto número de efeitos negativos que vão desde o incremento da ocorrência de desastres ambientais e clima extremo, ao aumento do nível dos oceanos, ao aceleração da perda de biodiversidade, à insegurança alimentar e a populações mais vulneráveis (ONU, 2022, pp. 52-53). Face a estas consequências, torna-se, assim, urgente combater as alterações climáticas, algo que necessitará do esforço concertado da comunidade internacional, em todos os setores das nossas sociedades. Esta preocupação pelas alterações climáticas está materializada na Agenda 2030, através do ODS n.º 13 – Ação climática - que entre as suas metas, por exemplo, estipula que se deva reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países ou integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais.

Na UE, como relevado no ponto I.2.3, a luta contra os efeitos das alterações climáticas é uma das principais prioridades europeias, como demonstrado através do Pacto Ecológico Europeu ou da Lei Europeia do Clima, que consagram na legislação

européia o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050, trabalhando precisamente para alcançar este ODS.

Assim, a cultura, mais precisamente os SCC, podem exercer uma importante influência a nível societal para o alcance deste objetivo, constituindo um veículo de sensibilização para as alterações climáticas, como será de seguida demonstrado. Através desta ação, poderá ser visto como esta influencia uma série de outros ODS de maneira similar.

Este papel desempenhado pela cultura foi já reconhecido pela ONU. Segundo esta, as alterações climáticas afetam diretamente a diversidade cultural, as interações socioculturais das pessoas, os seus direitos culturais e, especialmente, o património cultural e natural da humanidade. De acordo com a Organização, será necessária uma alteração profunda sobre como interagimos com o mundo, dos nossos valores sociais, culturais, da forma como produzimos e consumimos para combater a crise climática. Porém, apesar de a cultura ser uma das vítimas desta crise, pode igualmente constituir parte da solução neste sentido, oferecendo um conjunto de ferramentas cruciais para ajudar a colmatá-la, sendo, assim, um veículo de mobilização e transformação social (ONU, 2020).

De facto, os valores culturais influenciam a forma como as pessoas encaram o mundo à sua volta. De acordo com Zheng *et al.*, a cultura explica as causas antropogénicas e afeta as interpretações e perceções de risco, bem como as respostas humanas às questões ambientais. Estes valores podem afetar negativamente o alcance de vários ODS, nomeadamente aqueles relativos às questões ecológicas. Por exemplo, as culturas europeias são mais propícias a favorecer a compra de novos produtos ao invés de proceder à sua reparação e reutilização, constituindo um obstáculo à economia circular (Zheng, et al., 2021, p. 310). Adger *et al.*, afirmam igualmente que as diferentes perspetivas culturais estão incorporadas nos meios de produção, consumo e modos de vida das populações e ligadas ao aumento da poluição. Estas ajudam também a explicar as diferenças nas respostas populacionais aos mesmos riscos ambientais, a sua interpretação e a sua visão do meio ambiente (Adger, et al., 2012).

Assim, de acordo com Corner *et al.*, os valores e perspectivas culturais também influenciam a forma como as pessoas encaram a crise climática, sendo mais ou menos céticas relativamente à realidade do impacto das alterações climáticas “*disagreements about climate change are more likely to be about values than about the underlying science*” (Corner, et al., 2014).

Logo, ao compreender que a cultura de cada povo está intrinsecamente ligada à forma como este interage com o seu meio e à visão do mundo à sua volta, é possível entender que a solução não está apenas em tornar as sociedades mais ecológicas. O problema subjacente está também enraizado nos modos de vida dos seres humanos, sendo assim necessário fomentar valores, crenças e perspectivas individuais e coletivas positivas para o meio ambiente.

Outra questão que pode levar à falta de ação por parte das pessoas, deve-se à forma como a informação sobre as alterações climáticas é transmitida. Moser & Dilling, por exemplo, afirmam que apesar de a comunicação não ser o único obstáculo a esta questão, esta tem sido menos eficaz devido a quatro razões:

- À falta de informação e compreensão acerca do assunto, o que explica o pouco envolvimento do público;
- A utilização de táticas de motivação através do medo (com previsões de futuros catastróficos, que levariam as pessoas à ação);
- O mesmo tipo de discurso para todas as audiências, que não tem em consideração as suas visões ou a linguagem mais adequada a cada caso específico;
- O apelo à mobilização apenas através dos meios de comunicação social, suporte em que a informação é, por vezes, rapidamente “digerida” e ignorada (Moser & Dilling, 2012).

Assim, como demonstrado, a ação no âmbito do ODS N.º13 pode ser afetada por estes dois fatores, sendo que a solução passa por uma questão de alteração de valores culturais e na eficácia da transmissão da informação sobre as alterações climáticas para a transformação social. Neste sentido, como referido no início deste ponto, um dos papéis mais eficazes que a cultura pode desempenhar é como veículo de transformação

social e de visibilidade das alterações climáticas. Este efeito é suportado por uma série de publicações (REDS, 2021; Galafassi, et al., 2018; Duxbury, 2010; Gabrys & Yusoff, 2012; Giannachi, 2012).

Das várias fontes consultadas, este poder transformador das práticas culturais e artísticas, promovidas através dos SCC, permitem, primeiramente, o desenvolvimento de respostas criativas, melhor adaptadas e aceites pelas populações. Para mais, promovem a alteração de perspetivas, atitudes e comportamentos, através da criação de narrativas envolventes e cativantes, de tónica positiva, que contrabalançam as mensagens negativas, muitas vezes assentes no medo e na culpa, e que levam os humanos a sentirem-se impotentes perante uma realidade aparentemente inevitável. Estas narrativas podem transmitir informação com maior impacto do que através dos métodos tradicionais e explicar questões altamente complexas de prisms mais apelativos. Estas permitem também encarar problemas vistos, por vezes, como técnicos ou que requerem apenas soluções científicas, através de abordagens que envolvam respostas culturais e criativas ou processos transdisciplinares, cativantes, que permitam a troca de experiências, a cocriação e o envolvimento do público. Para mais, através destas atividades, os participantes podem ser inspirados para tomar a ação e para se envolverem na luta contra as alterações climáticas.

Assim, neste sentido, os SCC são mais uma vez destacados como tendo um valor imensurável no campo de ação do ODS n.º13, sendo que, através dos teatros, dos museus, das bibliotecas, das galerias de arte e do setor do audiovisual é transmitida informação de uma forma criativa e inovadora, que capta a atenção das pessoas, são proporcionadas às suas audiências experiências imersivas, propícias às mudanças comportamentais e à mudança de valores, como também de espaços seguros e fiáveis para que estas mudanças tomem lugar (Cameron, et al., 2013; Juárez-Bourke, 2018).

Há vários exemplos de iniciativas que potenciam precisamente estas mudanças comportamentais e promovem a informação, visibilidade das questões ambientais:

17 Museums X 17 SDGs – É um projeto austríaco que junta 17 museus e que visa, através de atividades como exposições e *workshops*, consciencializar e aumentar a visibilidade das questões ambientais, entre outras presentes nos ODS, internamente e

externamente. Esta iniciativa promove a ideia de que os museus estão comprometidos em alcançar os ODS e potenciam a alteração de comportamentos e a visibilidade desta crise climática, tanto aos seus trabalhadores, como ao público geral.

BiblioLab – É uma iniciativa espanhola que promove o envolvimento das bibliotecas com projetos científicos, de cidadãos, que interligam a criatividade e o desenvolvimento sustentável, abordando temas como as alterações climáticas.

Ao finalizar este ODS, a informação consultada e os exemplos práticos fornecidos, apontam para uma clara influência do envolvimento em atividades culturais e com os SCC, em alterar comportamentos e aumentar a visibilidade da crise climática, permitindo alcançar o ODS n.º13 – Ação climática e, mais especificamente, a meta 13.3 - Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.

Além do mais, este potencial de consciencialização, de visibilidade, de mudança de comportamentos e de incentivo à mobilização da sociedade, promovido através do envolvimento do público em atividades culturais e artísticas a partir dos SCC, pode ser aplicado perante outros desafios do desenvolvimento sustentável, demonstrando mais uma vez o poder transversal que a cultura exerce na Agenda 2030. Assim, pode-se fazer face a outras questões sociais, como a pobreza – ODS n.º1; a discriminação e desigualdade de género – ODS n.º 5; a gestão sustentável da água potável – ODS n.º6; as desigualdades dentro e entre países – ODS n.º 10; os padrões de consumo e de produção sustentáveis – ODS n.º 12; a conservação e sustentabilidade dos oceanos, mares e recursos marinhos – ODS n.º 14 e a proteção dos ecossistemas terrestres, florestas, combater a desertificação, reverter a degradação dos solos e a perda de biodiversidade – ODS n.º15.

O Estado da Arte visou analisar a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável, como também responder à pergunta de investigação, de forma a entender como é que os SCC podem contribuir para alcançar os ODS da Agenda 2030. Primeiramente, através de uma contextualização histórica do trabalho da UNESCO neste campo, pôde-se entender como a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável

tem sido construída. Porém, a informação levantada, aponta para uma ainda falta de aproveitamento do potencial da cultura para o desenvolvimento sustentável tanto na Agenda 2030, como ao nível institucional da UE para a alcançar, suportando a hipótese deste trabalho. Porém, na União Europeia há desenvolvimentos positivos neste sentido.

De forma a relevar este potencial ainda pouco aproveitado, procedeu-se ao levantamento tanto quantitativo como qualitativo do potencial dos SCC para alcançar os ODS. Demonstrou-se que estes, decisivamente, não são relevantes apenas pelo seu contributo económico, tendo um efeito positivo muito mais amplo ao nível societal para alcançar o desenvolvimento sustentável, respondendo, assim, à pergunta de investigação.

O próximo capítulo tratará de abordar o contexto do estágio curricular e as suas atividades, como também da Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social, evento desenvolvido durante o estágio, que servirá como contributo tangível para suportar a informação levantada na parte teórica deste trabalho.

CAPÍTULO II - Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE21)

Com o intuito de contextualizar o leitor acerca do âmbito em que o estágio curricular decorreu, o presente capítulo visa, numa primeira instância, abordar a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia⁶⁵, e num segundo momento, abordar o caso concreto da área governativa da Cultura da PPUE.

Para tal, este capítulo será subdividido em dois pontos, sendo que, no que concerne à PPUE, terá como objetivo expor as suas prioridades e principais conquistas, tendo em conta, primeiramente, os documentos que serviram de base para a sua agenda e o contexto da crise pandémica. O segundo subponto terá em consideração as prioridades na área governativa da Cultura, atendendo ao impacto da pandemia nos Setores Culturais e Criativos e as suas principais iniciativas.

⁶⁵ Será por vezes referida apenas como Presidência Portuguesa, PPUE ou Presidência do Conselho da UE.

II.1 – PPUE: Contextualização e antecedentes

Portugal assumiu a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021, com a duração de seis meses, no período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021.

Durante o semestre da Presidência, o país que exerce este cargo fica encarregue de garantir a continuidade programática do Conselho da União Europeia e de dirigir as suas reuniões a todos os níveis, mantendo o papel de mediador para assim promover a cooperação entre todos os Estados-Membros (Conselho da União Europeia, 2021). Neste contexto, 2021 marcou o ano em que Portugal assumiu a Presidência rotativa do Conselho pela quarta vez, tendo-a exercido anteriormente em 1992, 2000 e 2007.

A Presidência Portuguesa está inserida num trio de presidências, o que significa que o Estado-Membro que preside ao Conselho não age sozinho, existindo uma agenda e objetivos comuns, tratados ao longo de 18 meses, em cooperação com mais dois países. Tendo por base estes programas de 18 meses, cada Presidência elabora os seus próprios programas de seis meses mais detalhados (PPUE21, 2021).

Assim, Portugal teve a Alemanha e a Eslovénia como companheiros de Trio, tendo cada país desenhado as suas próprias prioridades, atendendo às prioridades dos restantes. A Presidência Alemã teve lugar no segundo semestre de 2020, precedendo a Presidência Portuguesa, e a Presidência Eslovena no segundo semestre de 2021, concluindo o Trio de Presidências.

Importa destacar que os objetivos do programa do Trio estão alinhados com os quatro eixos da Agenda Estratégica da UE para 2019-2024^{66 67} do Conselho Europeu: (i) proteger os cidadãos e as liberdades; (ii) desenvolver uma base económica forte e dinâmica; (iii) construir uma Europa com impacto neutro no clima, verde, justa e social; (iv) promover os interesses e valores europeus na cena mundial.

⁶⁶ Adotada em junho de 2019. A Presidência Finlandesa foi a primeira a incorporar as prioridades da Agenda Estratégica 2019-2024 nos trabalhos do Conselho da UE. Em <https://eu2019.fi/en/priorities-and-programme/strategic-agenda>.

⁶⁷ Visa guiar o trabalho das instituições europeias durante os próximos anos.

Considera-se, portanto, relevante abordar estas quatro prioridades de forma a notar como se encontram refletidas no programa da Presidência Portuguesa, e determinar se houve avanços na concretização das mesmas, no final deste capítulo.

Esta nova Agenda Estratégica foi elaborada e adotada em contexto de mudanças significativas num panorama internacional complexo que criou, conseqüentemente, novos desafios e oportunidades, pelo que urge reforçar o papel da UE neste ambiente instável e promover os interesses dos seus cidadãos, das suas empresas e das suas sociedades, visando, assim, a salvaguarda do modo de vida europeu e a promoção dos seus valores (Conselho Europeu, 2019, p. 1).

I - Proteção dos cidadãos e das liberdades fundamentais:

A Agenda toma como prioritária a defesa dos direitos e liberdades fundamentais dos seus cidadãos, bem como assegurar a defesa e respeito do Estado de Direito pelos seus Estados-Membros. Seguidamente que será necessário o controlo efetivo das suas fronteiras de forma a assegurar a segurança e ordem dentro da UE. É determinado como essencial o desenvolvimento e acordo de uma política compreensiva de migração e, no plano interno, de uma política de asilo eficaz. Acresce que será assegurado o funcionamento do Espaço Schengen, reforçada a luta contra o terrorismo e o crime transfronteiriço, e aumentada a resiliência da UE contra desastres humanos e naturais. Este ponto é encerrado com a importância da proteção das sociedades europeias de atividades cibernéticas maliciosas, ameaças híbridas e da desinformação (2019, p. 2).

II – Desenvolvimento de base económica da União:

É expressa a importância de renovar as bases para o crescimento sustentável e inclusivo, de forma a reforçar a coesão dentro da UE. Será também necessário aprofundar a União Económica e Monetária em todas as suas dimensões, consolidar o papel internacional do Euro, com o reforço do Mercado Único, desenhar uma política industrial voltada para o futuro e assegurar uma tributação justa e efetiva. De forma a garantir que a Europa é digitalmente soberana e beneficia do desenvolvimento digital, é afirmado que a UE deverá continuar a trabalhar em todos os aspetos da revolução digital. Tal esforço deverá ser acompanhado pelo desenvolvimento da economia de

serviços e *mainstreaming* de serviços digitais. Haverá investimento na capacitação e ensino dos cidadãos europeus, apoio à investigação e inovação, sendo também encorajados os investimentos público e privado, incluindo em infraestruturas, de forma a financiar o crescimento das economias europeias. Por último, no que toca ao desenvolver uma base económica forte e dinâmica, será vital promover condições equitativas, inclusive na área do comércio (2019, p. 3).

III – Construir uma Europa com impacto neutro no clima, verde, justa e social:

No que diz respeito ao terceiro objetivo, é referido como prioritário que a UE faça frente à emergência climática, tornando-se um líder neste campo ao transformar as suas sociedades e economias de forma a alcançar a neutralidade carbónica. A transição verde dependerá da mobilização significativa do investimento público e privado, de uma economia circular eficaz e de um mercado energético em pleno funcionamento. A UE irá acelerar a utilização de energias renováveis e aumentar a eficiência energética. Em paralelo, dever-se-á continuar a melhorar o ambiente nas cidades, a promover a agricultura sustentável, a lutar contra a perda de biodiversidade e a preservar os ecossistemas. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais será implementado ao nível europeu e do seus Estados-Membros e, no que toca às novas formas de exclusão, deverão ser asseguradas oportunidades para todos, garantindo ao mesmo tempo a igualdade entre homens e mulheres. É imperativo assegurar uma segurança social adequada, mercados de trabalho inclusivos e bom acesso a cuidados de saúde. Investir-se-á igualmente na cultura e no património cultural, centrais à identidade europeia (2019, p. 4).

IV - Promover os interesses e valores da Europa no mundo:

Por último, é constatado que a União Europeia precisa de seguir uma ação estratégica que aumente a sua capacidade de agir autonomamente para assim salvaguardar os seus interesses e influenciar o futuro do planeta, mantendo-se uma força impulsionadora do multilateralismo e da ordem internacional, apoiando as principais organizações multilaterais. Para mais, a UE usará a sua influência para responder aos principais desafios globais no que toca às alterações climáticas, à promoção do desenvolvimento sustentável, à implementação da Agenda 2030 e à

cooperação com países terceiros em matéria de migração. Desenvolverá ainda uma ambiciosa política europeia de vizinhança, uma parceria abrangente com África e promoverá a democracia, paz e direitos humanos. De forma a defender os seus interesses e valores, e alcançar uma maior assertividade externa, torna-se necessário, por um lado, apostar numa política comercial robusta, e por outro, numa Política Externa e de Segurança Comum e numa Política Comum de Segurança e Defesa mais ativas, tendo a UE que assumir uma maior responsabilidade pela sua própria defesa. Por fim, a União Europeia continuará a cooperar com a Organização do Tratado do Atlântico Norte e encara como componente-chave o desenvolvimento das relações com parceiros estratégicos, com as potências emergentes e os seus parceiros transatlânticos para uma política externa forte (2019, p. 4).

Tendo em conta as linhas orientadoras da agenda estratégica 2019-2024, o Trio de Presidências enfrentaria, porém, obstáculos à concretização do seu programa e dos objetivos macro da nova agenda estratégica.

Tal como consta na introdução do programa do Trio, a crise pandémica do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que se alastrou à escala mundial, afetou todos os setores de atividade europeus e teve um impacto profundamente negativo nas condições sociais e económicas dos vários Estados-Membros da União Europeia. A situação epidemiológica veio igualmente exacerbar as desigualdades já existentes, a curto e a longo prazo, lançando novos desafios que requereram uma resposta eficaz e concertada por parte de toda a União (Conselho da União Europeia, 2020).

A primeira Presidência do Conselho a ter que enfrentar este desafio foi a Presidência Croata, no início de 2020, país que exercia pela primeira vez este desígnio. Ao assumir a presidência rotativa do conselho, fê-lo já numa altura de grandes mudanças a nível europeu.

“Uneven economic development, climate change, increased migration, dissemination of disinformation and growing populism are some of the challenges of today’s world to which citizens are expecting answers, and with good reason. Those

*answers can be given only by a strong Europe.*⁶⁸ – Andrej Plenkovi, Primeiro-Ministro croata

Durante o seu mandato, e com uma pandemia a desenvolver-se a uma velocidade nunca antes conhecida, a presidência croata viria a encarar questões prementes como a saída do Reino Unido da União Europeia e as negociações das relações futuras, a continuação do processo de alargamento, a gestão da crise migratória e a negociação do Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027 (Bandov, 2020, pp. 189-192). De acordo com o autor, a chegada inesperada do vírus à Europa trouxe mais um problema à já complexa agenda, e tornou a gestão desta crise uma das principais prioridades da sua Presidência, dificultando significativamente os seus trabalhos e limitando, conseqüentemente, o seu campo de ação.

“Despite all our best original plans, related to promoting a whole set of issues most important for Europe's security and prosperity (...) our presidency has ended up being a genuine crisis-management presidency” – Pjer Simunovic, Embaixador da Croácia nos Estados Unidos (Liu, 2020)

Esta crise levaria a Presidência Croata a acionar o Mecanismo Integrado da UE de Resposta Política a Situações de Crise⁶⁹ no modo de partilha de informação, a 28 de janeiro de 2020, o qual, segundo Bandov foi de extrema utilidade na monitorização do desenvolvimento da situação pandémica. Mais tarde, em 2 de março do mesmo ano, a Presidência aumentaria o nível de ativação do IPCR para o modo de ativação plena⁷⁰, significando que se passou da partilha de informação para o desenvolvimento e preparação de medidas concretas que visam uma resposta coordenada da UE durante as mesas-redondas conduzidas pela Presidência⁷¹ (Goniewicz, et al., 2020, pp. 7-8). Face aos desafios inesperados e ao respetivo impacto na sua Presidência, Bandov acredita

⁶⁸ Em: Programa da Presidência Croata do Conselho da União Europeia https://vlada.gov.hr/UserDocsImages/Vijesti/2019/12%20prosinac/31%20prosinca/web_FINAL_PROGR_AMME_EN_FINAL.pdf.

⁶⁹ O IPCR apoia a tomada rápida e coordenada de decisões ao mais alto nível político da UE em situações de crise graves e complexas. Em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/ipcr-response-to-crises/>.

⁷⁰ O modo de ativação plena continua ativo desde a Presidência Croata.

⁷¹ Estas mesas-redondas contam com a participação dos Estados-Membros afetados, das agências competentes da UE, da Comissão Europeia, do gabinete do presidente do Conselho Europeu e do Serviço Europeu para a Ação Externa.

que a Presidência Croata se adaptou rapidamente às circunstâncias extraordinárias impostas pela crise, e alcançou progressos significativos em áreas relevantes como a do alargamento da UE (Bandov, 2020, p. 194).

No término da sua Presidência, a 30 de junho de 2020, a questão da crise pandémica não se resolveria, tornando-se numa das prioridades centrais do próximo trio (DE, PT e SL), levando à reavaliação do seu programa, como também do programa da Presidência Portuguesa, como poderá ser averiguado de seguida.

Assim, consta no programa do Trio de Presidências que “Embora durante a Presidência Croata já tenham sido tomadas muitas medidas para fazer face à crise, muito mais resta ainda por fazer, em especial, no que diz respeito ao controlo da pandemia e ao regresso ao pleno funcionamento das sociedades e economias da Europa mediante a promoção de um crescimento sustentável e inclusivo, integrando nomeadamente a transição ecológica e a transformação digital, e colhendo todos os ensinamentos da crise e lidando com as suas consequências económicas”. Para tal, é afirmado que, de forma a encarar este desafio, tornou-se prioridade global das três Presidências (DE, PT, SL) a aplicação de medidas adequadas visando a recuperação das economias europeias (Conselho da União Europeia, 2020, p. 3).

Este compromisso é reafirmado na Declaração Conjunta dos Secretários de Estado dos Assuntos Europeus do Trio de Presidências, adotada a 9 de novembro de 2020⁷². Após a reunião de balanço da primeira metade da Presidência Alemã, o Trio afirmou que “lidar com a pandemia e suas consequências sociais e económicas continuará a ser o objetivo central do nosso Trio de Presidências” (Portal Diplomático, 2020).

Todavia, e continuando o tema da defesa da saúde pública a ser uma preocupação central, o Trio considerou essencial que se mantivessem os objetivos da Agenda Estratégica para 2019-2024, pelo que a sua agenda de 18 meses, endossada por procedimento escrito em junho, sob o lema “Fazer avançar a Agenda Estratégica”,

⁷² Intitulada “Juntos pelo Futuro da Europa”.

desenvolveu-se em torno dos seus quatro pilares, como já referidos anteriormente, tendo como prioridades complementares:

- Garantir a transição digital, assegurar a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, fortalecer a soberania digital e lutar contra a desinformação e as atividades cibernéticas ilícitas;
- Promover os interesses e valores europeus no plano internacional;
- Combater a migração ilegal e o tráfico de seres humanos;
- Assegurar um ambiente estável de investimento para as pequenas e médias empresas;
- Atingir a neutralidade carbónica até 2050, construir uma Europa Verde, alcançando assim os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Aprovar o Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027, como também o Plano de Recuperação;
- Estabelecer uma parceria global com o Reino Unido, justa e equitativa para todos os Estados-Membros;
- Prosseguir com o processo de alargamento aos estados dos Balcãs ocidentais, reforçar a cooperação com o continente africano e promover o multilateralismo;
- Promover a criação de emprego, a soberania industrial europeia e um Mercado Único competitivo.

Face ao exposto, atendendo aos documentos que serviram de base para o programa da Presidência Portuguesa do Conselho da UE e ao contexto pandémico, o próximo ponto tratará de relevar as prioridades específicas da Presidência Portuguesa, como também elencar as suas principais conquistas.

II.1.1 – Prioridades da Presidência Portuguesa e principais conquistas

Após a Presidência Alemã do Conselho da UE, durante a segunda metade de 2020, foi dado início ao semestre da Presidência Portuguesa que decorreria numa altura especialmente difícil devido ao desafio singular imposto pela pandemia da COVID-19, na Europa e no mundo. Perante esta situação, o programa da Presidência nasceu sobre o

lema “Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital”, estruturado em torno de três grandes prioridades:

- I. Promover uma recuperação europeia alavancada pelas transições climática e digital;
- II. Concretizar o pilar social da União Europeia como elemento diferenciador e essencial para uma transição climática e digital justa e inclusiva;
- III. Reforçar a autonomia estratégica de uma Europa aberta ao mundo.

As três prioridades mencionadas desdobraram-se em cinco linhas de ação:

1. Europa Resiliente;
2. Europa Verde;
3. Europa Digital;
4. Europa Social;
5. Europa Global.

Relativamente à primeira linha de ação, a Presidência visou promover a coesão e os valores europeus. Também contribuiu ativamente para assegurar o início do novo QFP, do instrumento Próxima Geração UE⁷³ e do seu Mecanismo de Recuperação e Resiliência, de forma a recuperar da crise e fomentar emprego. A PPUE empenhou-se igualmente na diversificação da produção europeia e dos seus fornecedores para assim reduzir a dependência externa relativamente a bens e tecnologia, como também garantir a segurança alimentar. Para mais, deu particular atenção aos setores económicos mais afetados, como o turismo e as indústrias criativas, e ainda à proteção dos valores fundamentais da UE. Promoveu a defesa e consolidação do Estado de Direito e da democracia e intensificou o combate à desinformação, ao terrorismo e ao discurso de ódio. Defendeu igualmente a autonomia da Europa, reforçou o sistema de gestão de crises, incluindo o fortalecimento do Mecanismo de Proteção Civil da União e da capacidade de vigilância de doenças infecciosas. A Presidência Portuguesa pretendeu dar igualmente seguimento à negociação do novo pacto em matéria de Migração e Asilo (Presidência Portuguesa, 2021, p. 7). Por último, neste ponto, a Presidência conseguiu

⁷³ *NextGenerationEU*

lançar com sucesso a Conferência Sobre o Futuro da Europa, algo que as presidências alemã e croata se viram impossibilitadas de fazer devido aos obstáculos impostos pela pandemia.

Já relativamente ao segundo eixo, a Presidência visou a promoção da UE como líder na ação climática, dando prioridade à implementação do Pacto Ecológico Europeu, apoiando a transição para uma economia neutra em termos de carbono, impulsionando também o crescimento sustentável e a economia circular. Para mais, teve como objetivo uma maior adaptação das sociedades europeias aos efeitos das alterações climáticas, promovendo as vantagens competitivas de um modelo económico descarbonizado e resiliente. A Presidência Portuguesa primou pela aprovação da primeira lei Europeia do Clima, tendo o Conselho e o Parlamento Europeu alcançado um acordo provisório que consagra em lei o objetivo de transformar a UE no primeiro continente neutro em termos de carbono até 2050. Neste ponto, João Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente e Ação Climática, afirmou que a Lei Europeia do Clima “é certamente o ponto alto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia”⁷⁴. A Presidência valorizou igualmente a preservação e uso sustentável dos recursos dos oceanos e mares, dando destaque ao desenvolvimento da economia azul, à política marítima integrada e à implementação da política comum das pescas (2021, p. 8).

No que diz respeito ao terceiro eixo, a Presidência pretendeu acelerar a transição digital ao serviço dos cidadãos e empresas. Promoveu, assim, uma melhoria no acesso a informação de qualidade e na partilha de dados para facilitar a vida dos seus cidadãos através, nomeadamente, da criação da identidade digital europeia, tal como também incentivou a liderança europeia na inovação e na economia digital. Para mais, a Presidência deu especial atenção à necessidade de capacitação digital dos seus cidadãos para a adaptação aos novos processos produtivos e à modernização da Administração Pública, sem esquecer a promoção de um setor espacial competitivo e integrado na economia (2021, p. 9). Nesta matéria, uma das principais conquistas da Presidência foi o acordo do regulamento relativo a um Certificado Digital COVID da UE num período recorde de 62 dias. O Certificado da UE veio, assim, facilitar o direito à livre circulação

⁷⁴ Cerimónia de assinatura da Lei Europeia do Clima, Bruxelas, 30 junho 2021.

aos seus cidadãos, isentando os seus titulares de restrições, como as quarentenas, salvo se tais restrições fossem vistas pelos Estados-Membros como necessárias para salvaguardar a saúde pública (Comissão Europeia, 2021).

Para concretizar o objetivo de uma Europa Social, o semestre da Presidência Portuguesa pretendeu valorizar e reforçar o modelo social europeu de forma a transmitir confiança aos seus cidadãos para a recuperação da crise, garantindo que ninguém é deixado para trás perante as transformações climáticas e digitais. Houve também esforços para promover o debate sobre o trabalho digno e salários mínimos adequados, sobre a capacitação dos cidadãos para a transição digital, como foi também dada especial atenção à igualdade de género, às políticas de combate à discriminação, pobreza e à exclusão social, incluindo a proteção de grupos vulneráveis. Perante a crise pandémica, foi promovido o reforço da cooperação entre os Estados-Membros na área da saúde, de forma a aumentar a capacidade e resiliência dos seus serviços. Para mais, houve o objetivo concreto de conferir um maior significado ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais⁷⁵ na vida dos cidadãos europeus e organizou-se a Cimeira Social do Porto, em maio, visando impulsionar a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e do respetivo plano de Ação (2021, p. 10). No discurso de encerramento da Cimeira Social, o Primeiro-Ministro António Costa afirmou que se tinha alcançado um marco histórico e que a Cimeira permitiu alcançar o acordo mais abrangente e ambicioso de sempre em torno da execução do plano de ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais⁷⁶ (Diário de Notícias , 2021).

Por último, de forma a promover uma Europa aberta para o mundo, houve esforços no sentido de consolidar um sistema de comércio internacional aberto e de uma liderança europeia no mesmo, assente em regras e na promoção de uma agenda forte e equitativa. Visou-se dar um novo impulso às relações com a vizinhança a sul do

⁷⁵ O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão proclamaram o Pilar Europeu dos Direitos Sociais em 2017, na Cimeira de Gotemburgo. O Pilar estabelece 20 princípios fundamentais que constituem o quadro de orientação para uma Europa social forte, justa, inclusiva e plena de oportunidades no século XXI. Em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/economy-works-people/jobs-growth-and-investment/european-pillar-social-rights_pt.

⁷⁶ O plano de ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais transforma os princípios em ações concretas, em benefício dos cidadãos. Propõe ainda metas abrangentes da UE a alcançar até 2030. Em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/economy-works-people/jobs-growth-and-investment/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-action-plan_pt

Mediterrâneo, como também acompanhar os desafios que se colocam aos parceiros da América Latina. Visou-se a defesa de parcerias internacionais para o desenvolvimento, promovendo igualmente o debate sobre o desenvolvimento humano em áreas como a saúde e a educação, incluindo uma perspetiva de igualdade de género e empoderamento das mulheres. Apostou-se no multilateralismo e no posicionamento geopolítico da UE como ator global. Atribuiu-se especial atenção à intensificação do relacionamento UE-África, tendo a Presidência participado ativamente na preparação da VI Cimeira UE-União Africana que decorreu em Bruxelas nos dias 17 e 18 de fevereiro em 2022. Pretendeu-se fortalecer o diálogo com os Estados Unidos, tendo em vista a realização plena do potencial das relações transatlânticas, deu-se prioridade a uma parceria futura UE-Reino Unido que respeitasse os interesses da UE e dos seus Estados-Membros e intensificou-se o diálogo e cooperação com a Índia, tendo-se acolhido uma Reunião de Líderes europeus com o Primeiro-Ministro da Índia, no Porto, em maio. Por último neste ponto, baseado numa avaliação atualizada de ameaças em áreas marítimas de relevância, promoveu-se uma reflexão sobre segurança marítima (Presidência Portuguesa, 2021, p. 11).

Assim, quando confrontadas as prioridades e principais conquistas da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia com os objetivos da Agenda Estratégica da UE para 2019-2024, e tendo em conta o objetivo central do Trio em fazer frente às consequências da pandemia, é possível verificar que, de facto, se registaram progressos nessa agenda e que foi possível obter resultados em vários campos, apesar dos obstáculos impostos pela pandemia. Tendo em conta as conquistas alcançadas durante a Presidência, elencadas anteriormente, foi possível fazer avanços no que toca à transição verde e digital, na afirmação da União Europeia como líder na ação climática, na aposta no multilateralismo e no fomentar de parcerias internacionais, como também na promoção dos valores europeus, da ordem, do reforço do modelo social europeu e do Estado de Direito na União Europeia.

Finda a Presidência Portuguesa, é possível afirmar que, apesar da pandemia COVID-19 e da relevância dos vários assuntos prioritários na sua agenda, Portugal conseguiu alcançar os seus objetivos, como também o seu propósito em lançar uma recuperação europeia justa, alavancada pelas transições verde e digital.

O próximo ponto tratará de expor os objetivos e principais conquistas da área governativa da Cultura e do Audiovisual da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Para tal, será primeiramente tido em conta o impacto que a pandemia teve nos Setores Culturais e Criativos, questão que guiou o pensamento estratégico para as iniciativas neste campo.

II.2 – Área Governativa da Cultura e do Audiovisual da PPUE

Como referido anteriormente, a pandemia do vírus da COVID-19 levou a uma série de medidas e consequências, tanto sociais como económicas, inéditas no continente europeu. À medida que a situação pandémica se foi agravando, os vários Estados-Membros da UE foram obrigados a adotar medidas de contenção que, direta ou indiretamente, afetaram todas as esferas económicas das sociedades europeias. Como já referido, entre os setores mais afetados encontram-se os Setores Culturais e Criativos, os quais, em grande parte dependentes do contacto direto com o público, se viram impossibilitados de desenvolver as suas atividades e, assim, gerar receitas. A pandemia veio igualmente expor as dificuldades e práticas insustentáveis preexistentes nos SCC, agora exponenciadas pela crise.

II.2.1 – Fragilidades dos Setores Culturais e Criativos

Previamente à chegada da pandemia da COVID-19 à Europa, os Setores Culturais e Criativos revelavam algumas dificuldades preexistentes, pelo que importa relevar quais, antes de avaliar o impacto da crise pandémica nos mesmos.

Uma das principais características dos Setores Culturais e Criativos prende-se com o facto de estes serem considerados um ecossistema fragmentado. Em primeiro lugar, há que considerar o tamanho variável das organizações culturais europeias. De acordo com o estudo *“Cultural and creative sectors in post COVID-19 Europe”*, publicado em 2021, foi possível constatar que a grande maioria das atividades culturais na Europa dos 27 é dominada por pequenas e médias empresas, ou seja, empreendimentos com menos de 250 pessoas. Acresce que grande parte das organizações dos SCC são compostas por pequenas firmas (10-49 trabalhadores) ou até microempresas (com

menos de 10 trabalhadores). Tendo em conta o tamanho das organizações que compõem o mosaico diverso dos SCC e que produzem as atividades culturais europeias, junta-se o facto destas micro e pequenas empresas dependerem fortemente de *freelancers* ou de trabalhadores temporários para desenvolver o seu trabalho. Estas características dotam os SCC de cadeias de valor fragmentadas devido às dimensões e natureza variável das organizações, como também do estatuto irregular de quem trabalha para estas. Para mais, as organizações, para desenvolver o seu trabalho, dependem fortemente de este tipo de trabalhadores (IDEAConsult, et al., 2021, pp. 15-16). Além disso, esta fragmentação no setor é aprofundada pela alta diversidade e multiplicidade de expressões artísticas desenvolvidas, no que toca à prestação de bens e serviços, como também pela dificuldade do setor em falar a uma só voz no que respeita à defesa dos interesses dos artistas e profissionais da cultura independentes, e na melhoria das suas condições económicas. Estas dificuldades prejudicam igualmente a circulação e distribuição transfronteiriça dos trabalhos das organizações culturais (KEA & PPMI, 2019, pp. 23-24).

As condições de trabalho dos profissionais da cultura revelam ser outra questão problemática preexistente no setor que o leva a ser encarado como precário. Primeiramente, verifica-se que o emprego por conta própria é bastante comum, sendo que a percentagem dos profissionais neste regime, dentro dos SCC, equivale a 32% - mais do que o dobro quando comparado à percentagem de trabalhadores por conta própria na economia total europeia (14%), sendo que esta diferença se tem mantido estável ao longo do tempo (Montalto, et al., 2020, pp. 8-9).



FIGURA 7: FONTE: COMISSÃO EUROPEIA, CENTRO COMUM DE INVESTIGAÇÃO, COM BASE NOS DADOS DE 2018 DO EUROSTAT (CÓDIGO DE DADOS ONLINE CULT_EMP_WSTA). TABELA RETIRADA DO RELATÓRIO "EUROPEAN CULTURAL AND CREATIVE CITIES IN COVID-19 TIMES, (2020).

Porém, uma observação mais específica sobre certos subsetores dos SCC na Europa dos 27, como o dos artistas e escritores, revela que esta percentagem sobe para os 44%, ilustrando a forma como certos setores dependem em grande parte do trabalho por conta própria. Por exemplo, em certos Estados-Membros como nos Países Baixos, em Itália, na República Checa e na Alemanha, ao analisar a quantidade de pessoas que trabalham como escritores ou artistas por conta própria, este número supera os 50%. Só em seis países da UE – Dinamarca, Bélgica, Lituânia, Grécia, Luxemburgo e Croácia - é que este número está abaixo dos 30% (Montalto, et al., 2020, pp. 9-10).

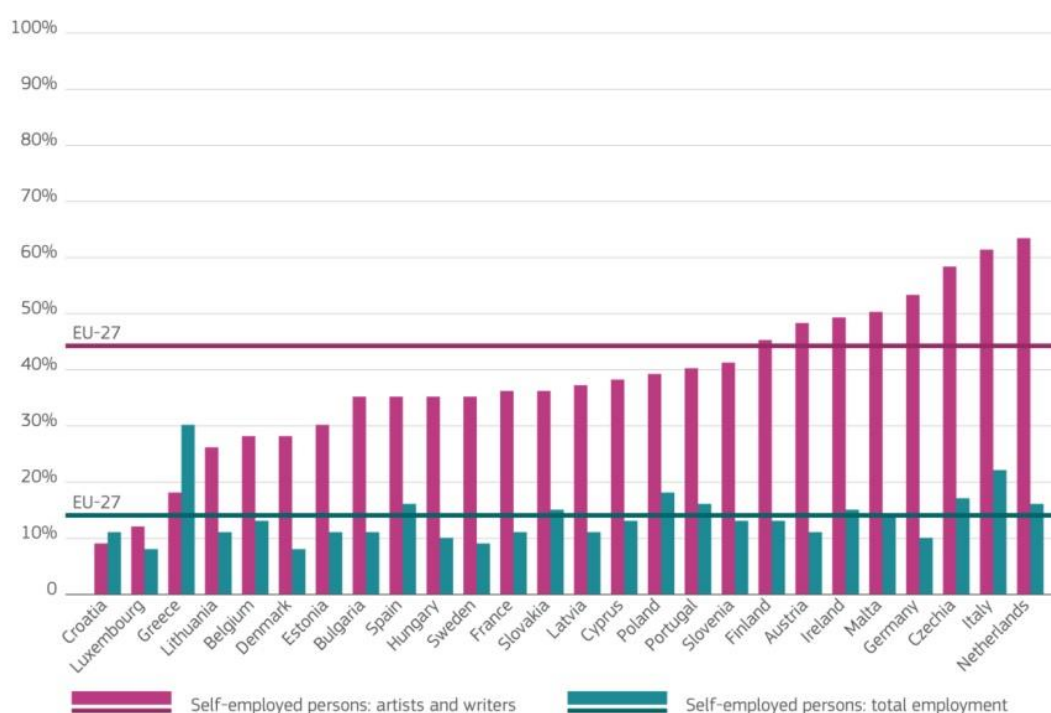


FIGURA 8: FONTE: COMISSÃO EUROPEIA, CENTRO COMUM DE INVESTIGAÇÃO, COM BASE NOS DADOS DE 2018 DO EUROSTAT (CÓDIGO DE DADOS ONLINE: CULT_EMP_ARTPC). TABELA RETIRADA DO RELATÓRIO "EUROPEAN CULTURAL AND CREATIVE CITIES IN COVID-19 TIMES, (2020).

Devido a este regime de trabalho, os profissionais da cultura acabam por ter um tratamento diferenciado relativamente à segurança social, quando comparados com os trabalhadores efetivos. O setor é também marcado por uma grande inconsistência nos padrões de trabalho. Por exemplo, durante um curto espaço de tempo, um profissional da cultura pode estar empregue de forma estável, a trabalhar em *part-time*, desempregado, ou a desempenhar trabalho não remunerado. Para além disso, devido à necessidade financeira, muitos artistas e profissionais acumulam mais do que um

trabalho ou possuem um *part-time* que pode, ou não, estar relacionado com o campo artístico, de forma a ter acesso a benefícios e prestações sociais. Assim, devido à referida imprevisibilidade laboral, os profissionais da cultura tendem a receber menos, sendo que esta natureza precária do setor chega a impedir que vivam da sua arte, ou sequer que consigam fazer poupanças (Panteia, 2020, pp. 18-22).

O acesso à proteção social varia igualmente entre Estados-Membros. Por exemplo, para os profissionais da cultura e artistas que trabalhem por conta própria, há Estados-Membros que aplicam as medidas gerais de segurança social para todos os trabalhadores independentes, enquanto outros países determinam regimes específicos. Assim, a capacidade destes profissionais de beneficiarem de medidas de apoio à situação de desemprego ou de outros auxílios, varia significativamente entre Estados-Membros. Para mais, os sistemas de segurança social não correspondem às necessidades dos profissionais do setor. Por exemplo, nem sempre os acidentes de trabalho são reconhecidos como tal; também há diferenças quanto à contagem dos períodos de formação ou investigação no cálculo de prestações. Para obter acesso a um subsídio de desemprego ou a fundos de pensões, é necessário cumprir alguns critérios específicos, pré-definidos, que diferem de país para país. Estes desafios são agravados pelo facto de os profissionais da cultura terem de pagar os seus impostos e contribuições para a segurança social, como também de os sistemas nacionais de segurança social europeus permanecerem descoordenados (CultureActionEurope & Dâmaso, 2021, pp. 15-16).

Dentro dos SCC, coloca-se ainda a questão do acesso ao financiamento, que muitas vezes é mais difícil do que noutros setores económicos. Os subsídios, apoios e o recurso ao financiamento próprio são basilares para a estrutura de muitas organizações culturais europeias. Devido à dificuldade em conseguir obter financiamento a longo-prazo, a prática do financiamento a curto-prazo é bastante utilizada nos SCC para cobrir os períodos de espera entre subsídios ou até outros apoios estarem disponíveis. Por um lado, este fenómeno acontece devido à maior facilidade burocrática relativamente aos procedimentos de candidatura e, por outro, devido à dificuldade em concretizar certos requisitos necessários para obter financiamento a longo-prazo - um plano de negócios estável e com sucesso, ou a falta de ativos para utilizar como garantia. Juntamente com

a incerteza da procura dos mercados e investimentos de risco, as organizações dos SCC são, muitas vezes, desencorajadas a candidatar-se a financiamento externo. Outra das razões que leva os SCC a ter problemas com o acesso a financiamento, provém da falta de informação, que leva as organizações culturais a não saber quais os fundos e apoios existentes, nem quais os mais adequados para a sua organização cultural. Por outro lado, as entidades financiadoras mostram-se relutantes a financiar estas organizações também por falta de conhecimento dos seus modelos de negócios e das características intrínsecas dos próprios Setores Culturais e Criativos, como a sua natureza ou dimensão (IDEAConsult, et al., 2021, pp. 17-19).

Por último, a transição digital apresentou igualmente desafios para as organizações e trabalhadores dos setores culturais e criativos. Por um lado, essa transição trouxe consigo diversas oportunidades (a título de exemplo, o acesso a públicos maiores e mais diversos a um menor custo, independentemente da localização geográfica, ou a novos mercados), mas por outro lado, veio alterar os modelos de produção e consumo tradicionais, e impor certos custos, o que é um desafio para vários setores criativos que querem investir na sua digitalização. Assim, por exemplo, muitas organizações culturais tiveram - e continuam a ter - de investir na digitalização do seu conteúdo, no desenvolvimento e atualização das competências dos seus trabalhadores ou lidar com questões complexas relativas à gestão adequada dos seus direitos digitais, enquanto testam novos modelos de negócios que só passado algum tempo podem vir a gerar receitas (Comissão Europeia, 2010, pp. 6-8). Logo, estes desafios podem atrasar a aquisição e a fruição de novas tecnologias por parte das organizações culturais que, como referido anteriormente, são maioritariamente compostas por pequenas ou microempresas e que podem ficar para trás perante a transição digital.

II.2.2 - Impacto da COVID-19 nos SCC

Como referido anteriormente, os SCC foram profundamente impactados pela crise da pandemia da COVID-19, particularmente os setores que dependiam do contacto direto com o público, como museus, teatros, cinemas e as artes performativas.

As consequências do fecho destes locais e a total paragem das suas atividades teve repercussões ao longo de toda a cadeia de valor dos SCC, como também de outras

cadeias de valor que se interligavam com estes. Ou seja, a pandemia não veio a afetar somente os artistas, músicos e criadores, como veio também a prejudicar o trabalho de inúmeros profissionais da cultura, dos quais os espetáculos, peças, exposições e festivais dependem, como técnicos de som, de iluminação, de vídeo, contrarregras⁷⁷, entre outros, considerados muitas vezes como “trabalhadores invisíveis” (Diário de Notícias, 2020). Para mais, a crise veio a exacerbar os desafios preexistentes no setor, abordados no subcapítulo anterior, levando também à queda exponencial na produção e rendimentos, traduzindo-se numa perda significativa de empregos nos SCC. De forma a colmatar esta situação, foram postas em prática várias medidas de apoio aos trabalhadores dos SCC, em vários Estados-Membros, como subsídios ou programas de apoio. No entanto, as medidas nem sempre foram bem adaptadas às necessidades e características do trabalho dos profissionais dos SCC, revelando um desconhecimento da natureza do setor cultural (OECD, 2021).

Por exemplo, no caso português, a 14 de janeiro de 2021, foram anunciados apoios específicos aos Setores Culturais e Criativos, nomeadamente um auxílio extraordinário destinado aos artistas, autores, técnicos e outros profissionais da cultura no valor de 438,18 euros. Inicialmente, este apoio seria dado de uma só vez, mas, posteriormente, foi prolongado para três meses. Porém, esta medida foi fortemente criticada por várias estruturas representativas dos trabalhadores da cultura, por afirmarem que, à semelhança de 2020, este apoio deixava de fora milhares de profissionais por estarem inscritos com os códigos de atividade económica que não estavam diretamente abrangidos pelas atividades culturais, e pelo atraso na implementação destes apoios. Assim, vários profissionais viram os seus pedidos recusados (Jornal Público, 2021).

Já respeitante ao impacto da crise no emprego e perdas económicas dos SCC, o Parlamento Europeu estima que, em 2020, estes setores registaram uma perda no volume de negócios de mais de 30%, o que equivale a quase 200 mil milhões de euros em prejuízos acumulados. Entre os setores mais afetados estão o das artes performativas e o da música, os quais registaram perdas, respetivamente, de 75% e 90%

⁷⁷ Trabalhadores essenciais para a montagem de palcos, cenários, luzes, efeitos especiais, como também encarregues do apoio nas cargas e descargas de material.

(Parlamento Europeu, 2021). De acordo com o Eurostat, devido à crise pandémica, em comparação com 2019, os SCC perderam 195 000 profissionais da cultura, representando um decréscimo de 2,6% em comparação com o registado no emprego total (1,3%). Estes valores evidenciam a severidade do impacto da pandemia na perda de trabalhadores destes setores (Eurostat, 2021).

Para além disso, destacam-se outros efeitos que a crise poderá ter no setor cultural. De acordo com a EY, o efeito da pandemia nos SCC poderá ser sentido até 2025. Esta situação poderá igualmente levar a uma perda irrecuperável de talento e criatividade (EY, 2021). Citando um inquérito da UK Music⁷⁸, 34% dos músicos em 2020 estavam a considerar desistir das suas carreiras devido à pandemia. Já nos Países Baixos, os sindicatos do setor dos espetáculos estimaram que cerca de 40% dos seus membros estivessem à procura de emprego fora dos SCC. Esta tendência, bem como o estado atual dos SCC podem fazer com que a procura por emprego nestes setores diminua drasticamente e afaste futuros criadores, artistas e profissionais do campo da cultura (EY, 2021, p. 40). Por último, a procura por bens culturais poderá diminuir devido à redução do rendimento disponível, o que por sua vez poderá aumentar o desinteresse nas práticas culturais durante os próximos anos (OECD, 2020).

De forma a proporcionar uma resposta aos efeitos da crise pandémica, como também aos problemas preexistentes dos SCC, destacados no ponto anterior, as fontes institucionais consultadas apresentam algumas respostas para esta conjuntura adversa (Parlamento Europeu, 2021; Conselho da União Europeia, 2021):

1. Assegurar a proteção social dos profissionais da cultura, ao nível da UE e dos Estados-Membros, independentemente do seu estatuto laboral, e o reconhecimento dos seus padrões de trabalho atípicos. Nesta primeira linha de ação, destacam-se os recentes desenvolvimentos sobre o Estatuto do Artista Europeu. Em outubro de 2021, o Parlamento Europeu convidou a Comissão a propor este estatuto com o objetivo de criar um quadro comum, a nível europeu, visando a melhoria das condições nos SCC, além de estabelecer normas mínimas de trabalho, incluindo a igualdade de acesso à segurança social, ao seguro de doença, aos regimes de pensões e a uma definição

⁷⁸ Organização britânica que representa os interesses coletivos da indústria musical do Reino Unido.

comum dos artistas na UE (Parlamento Europeu, 2021; 2021). Para mais, em Portugal, o Estatuto do Artista⁷⁹ foi aprovado em outubro do mesmo ano, algo que já era reivindicado pelo setor cultural há décadas. Este estatuto permite agora aos profissionais da cultura ter direito a um subsídio por suspensão da atividade profissional, e visa combater a precariedade e os falsos recibos verdes, melhorando as condições de vida neste setor;

2. Garantir o acesso a programas de financiamento, tanto ao nível dos Estados-Membros, como ao da UE, simplificando os processos de candidatura e a redução de burocracia. Para mais, devem ser fomentadas sinergias entre os vários programas de financiamento europeus. Neste sentido, o novo programa Europa Criativa (2021-2027) é um bom exemplo. O novo ciclo está assente no desenvolvimento destas sinergias com outros fundos, como o Horizonte Europa, o Erasmus+ e o Fundo de Coesão;

3. Promover a troca de boas práticas de relançamento dos setores a nível dos Estados-Membros, não apenas fazendo face à fragmentação e falta de informação sobre oportunidades de financiamento e cofinanciamento, como também à adequação destes programas para cada caso específico dos SCC, através de balcões, agências ou pontos de contacto, para garantir que o setor cultural recebe informação pertinente e atempada. De forma a atenuar este problema, a Comissão lançou em novembro de 2021 o CulturEU, uma ferramenta interativa digital, com o objetivo de ser “balcão único” e facilitar o acesso a oportunidades de financiamento e à informação para os SCC (Comissão Europeia, 2021);

4. Investir na capacitação dos profissionais dos SCC através de programas e iniciativas, ao nível dos Estados-Membros e da UE, de forma a desenvolver capacidades digitais, de empreendedorismo e de cooperação para se poderem adaptar às novas formas de trabalho do mundo pós-pandémico e à transição digital, para assim tirar total proveito da dimensão digital e permitir a colaboração, como também a partilha de informação com outros artistas e criadores.

⁷⁹ Decreto-Lei n.º 105/2021 de 29 de novembro. Em: <https://files.dre.pt/1s/2021/11/23100/0000500036.pdf>.

II.2.3 – Prioridades e conquistas da área governativa da Cultura da PPUE

A informação relevada nos pontos anteriores permitiu constatar a composição e características únicas dos setores, permitindo entender que, devido à sua natureza, estes eram já, de alguma forma, considerados vulneráveis. Algumas das principais fragilidades identificadas prendem-se com o facto de o setor cultural ser composto por um grande número de micro, pequenas e médias empresas, como também de trabalhadores independentes dos quais estas empresas dependem, com a significativa desproteção social e laboral e com as condições de trabalho precárias no setor. Logo, foi possível concluir que os setores profissionais da Cultura, dependentes quase em exclusivo de audiências, foram severamente impactados pela crise pandémica, exponenciando as fragilidades preexistentes.

Assim, durante o semestre da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, os temas e iniciativas ponderadas pela área governativa da Cultura tiveram em consideração as dificuldades sentidas no setor e um pensamento estratégico dirigido à sua recuperação. Além disso, tendo em conta o contexto pandémico, as prioridades específicas para esta área tiveram como foco:

- A recuperação, resiliência e sustentabilidade do setor cultural e criativo – de forma a responder às necessidades imediatas de quem trabalha nestes setores, melhorar as debilidades estruturais existentes e criar condições para que esta situação não se repita em crises futuras;
- A diversificação das fontes e mecanismos de financiamento, e a salvaguarda e proteção do património cultural europeu – para assim apresentar ideias, propostas e boas práticas, de forma a encontrar novas fontes e mecanismos de financiamento;
- A promoção de outros temas sociais concretos como a igualdade de género e a diversidade cultural.

Ao longo da Presidência Portuguesa, os eventos desenvolvidos permitiram igualmente debater largamente a questão da sustentabilidade ambiental e a transição verde no meio cultural, o conceito de democracia cultural, a relação entre a cultura,

saúde mental e bem-estar; o potencial da cultura para a coesão territorial; a importância da cultura para o meio ambiente, o papel das mulheres artistas, a responsabilidade social dos museus e as novidades de financiamento do novo programa Europa Criativa para os SCC.

Nesta secção, de forma sucinta, serão então elencadas as principais iniciativas e conquistas da área governativa da Cultura da Presidência Portuguesa.

Conclusões do Conselho sobre a recuperação, resiliência e sustentabilidade dos setores cultural e criativo

Na área da Cultura, uma das principais conquistas alcançadas foi a aprovação pelo Conselho de Ministros da UE das Conclusões sobre a recuperação, a resiliência e a sustentabilidade dos Setores Culturais e Criativos⁸⁰, em 18 de maio de 2021. Este documento constituiu uma resposta forte do Conselho à crise da pandemia de COVID-19, que se abateu sobre os SCC. Face às vulnerabilidades detetadas, foram identificadas as seguintes prioridades:

1. Melhorar o acesso ao financiamento disponível;
2. Aumentar a resiliência dos profissionais dos setores cultural e criativo;
3. Continuar a reforçar a mobilidade e a cooperação;
4. Acelerar as transições digital e ecológica;
5. Ter em conta as comunidades na definição de políticas e estratégias culturais.

Face às soluções apontadas, como referido, foi determinado como imperativo o desenvolvimento de mecanismos de proteção social para os profissionais dos SCC, proporcionar o acesso ao espaço digital para uma competição justa, simplificar os processos de candidatura e reduzir a burocracia de financiamento. Para mais, considerou-se importante o reforço das atuações ao vivo, não só na esfera digital, e ainda incluir as necessidades e opiniões das comunidades culturais e estruturas representativas do setor cultural como fonte de orientações para o estabelecimento de

⁸⁰ O texto das Conclusões do Conselho sobre a recuperação, a resiliência e a sustentabilidade dos setores culturais e criativos (com a referência 2021/C 209/03) pode ser consultado em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52021XG0602\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52021XG0602(01)).

prioridades na área cultural. É de notar que a elaboração destas conclusões contou com a intensa participação dos 27 Estados-Membros.

Conselho de Ministros de Educação, Juventude, Cultura e Desporto - Debate de orientação sobre a diversificação das fontes e de mecanismos de financiamento para salvaguarda e proteção do património cultural europeu

Uma das prioridades sinalizada no Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022 foi a diversificação das fontes e mecanismos de financiamento para a salvaguarda do património cultural europeu. Esta necessidade tornou-se ainda mais urgente em contexto pandémico, sendo, assim, objeto do debate de orientação no Conselho, Educação, Juventude, Cultura e Desporto (EJCD), de 18 de maio de 2021.

Assim, visou-se refletir sobre como e onde encontrar financiamento para a proteção e preservação do património cultural europeu face à pressão exercida pela pandemia sobre os orçamentos públicos dos Estados-Membros. Debateu-se igualmente a questão do financiamento sustentável do setor e as formas de como agilizar a cooperação estratégica entre os Estados-Membros. Além disso, a par desta reflexão, tornou-se evidente a necessidade de um trabalho de evidenciação das mais-valias do património cultural, para assim mudar a imagem pré-concebida de um setor subfinanciado, promovendo a sua visibilidade e respetiva oferta, nomeadamente empregos, projetos sociais, aquisição de novas competências, o bem-estar e práticas empresariais sustentáveis.

No decurso da Presidência Portuguesa, esta temática foi objeto de um seminário organizado pela Comissão Europeia, que promoveu a troca de boas práticas e de fontes alternativas ao financiamento público⁸¹.

Conferência “Cultura, Coesão e Impacto Social”

Durante os dias 5 e 6 de maio de 2021, teve lugar a Conferência de alto nível “Cultura, Coesão e Impacto Social⁸²”, na Fundação de Serralves, no Porto. Este evento

⁸¹ Foram identificados mais de 100 exemplos concretos que se encontram disponíveis em: <https://ec.europa.eu/culture/document/background-paper-and-selected-good-practices-march-2021>

⁸² O programa da conferência, moderadores e oradores pode ser consultado através da seguinte ligação: <https://ppue.gepac.gov.pt/ppue/conferencias/conferencia-cultural-coesao-e-impacto-social>

seguiu a linha da Cimeira Social de Chefes de Estado e de Governo, e contou com o contributo de mais de 30 pensadores, académicos, agentes culturais, decisores políticos e governamentais de todo o continente europeu para assim promover o debate sobre o futuro e o papel das políticas culturais face aos desafios sociais da Europa atual.

Esta reflexão, que veio a ser desenvolvida no âmbito do Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022, tornou-se ainda mais relevante num contexto pandémico, com os desafios relacionados com a saúde mental e com a sustentabilidade ambiental, como também pelas crescentes desigualdades socioeconómicas, intolerância e assimetrias territoriais. Assim, a conferência pretendeu sublinhar o potencial da cultura para fazer face a estes desafios e fornecer respostas para estas questões (GEPAC, 2021).

Durante os dois dias de evento híbrido, cerca de 50 pessoas marcaram presença física e ultrapassaram-se as 4500 visualizações na plataforma digital. Esta Conferência e os seus resultados serão aprofundados no capítulo seguinte.

Conferência do Porto Santo – “Da Democratização à Democracia Cultural” - reinventar instituições e processos

A Conferência do Porto Santo, intitulada “da democratização à democracia cultural – reinventar instituições e processos⁸³”, realizou-se nos dias 27 e 28 de abril na ilha do Porto Santo, no arquipélago da Madeira. Este evento, no âmbito da PPUE, foi organizado pelo Plano Nacional das Artes⁸⁴ em parceria com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais com o apoio do Governo Regional da Madeira e da autarquia local. Teve como objetivo refletir sobre o significado de “democracia cultural”, analisando não apenas a relação entre a cultura e democracia, como também os paradigmas entre as instituições culturais e os seus públicos. No fim da conferência foi apresentada a Carta do Porto Santo⁸⁵ que se dirige aos setores cultural e educativo,

⁸³ O programa da conferência, moderadores e oradores pode ser consultado através da seguinte ligação: <https://portosantocharter.eu/>.

⁸⁴ O Plano Nacional das Artes (PNA) tem por objetivo tornar as artes mais acessíveis aos cidadãos, especialmente às crianças e aos jovens, através da comunidade educativa, promovendo a fruição, participação e criação cultural. O PNA foi desenvolvido pelas áreas governativas da Cultura e da Educação e pretende igualmente fomentar redes de colaboração com entidades públicas e privadas e incentivar o compromisso cultural das comunidades e organizações. Em: <https://www.dge.mec.pt/plano-nacional-das-artes>. Página oficial: <https://www.pna.gov.pt/>.

⁸⁵ Disponível em: <https://portosantocharter.eu/wp-content/uploads/2021/05/CartaDoPortoSanto.pdf>.

alinhada com a visão programática da PPUE. Este documento propõe um mapa orientador de princípios e recomendações para aplicar e desenvolver um paradigma de democracia cultural na Europa e dirige-se a decisores políticos de todos os níveis, às organizações e instituições culturais e educativas e aos cidadãos europeus. A Carta tem o nome desta ilha, pois pretende ser um farol orientador de políticas e práticas culturais e educativas numa região ultraperiférica europeia, assumida como sendo um centro de promoção de propostas de política cultural e educativa (Brighenti, 2021).

A Conferência do Porto Santo foi organizada em formato híbrido e contou com 593 participantes registados de 24 Estados-Membros da UE, num total de 38 países.

Conferência “Museus e Responsabilidade Social”

Esta conferência⁸⁶, organizada pela Direção-Geral do Património Cultural, decorreu nos dias 23 e 24 de março de 2021, inteiramente em formato *online*. Esta iniciativa integrou uma série de três conferências do Trio de Presidências, em torno do tema comum da relação entre museus e responsabilidade social. A primeira conferência teve lugar durante a Presidência Alemã e a terceira durante a Presidência Eslovena. No início de 2019 foram aprovados os seguintes subtemas para os Estados-Membros referidos: Alemanha: Revisitação dos valores dos museus; Portugal: Participação, redes e parcerias; Eslovénia: Próximos passos.

A reflexão sobre a responsabilidade social dos museus está em linha com as prioridades da PPUE, assumindo particular relevância no atual contexto pandémico que forçou grande parte das instituições culturais a encerrar as suas portas. Através do cruzamento dos domínios da cultura, da arte, da sociedade, da educação, da economia e do território, foram abordadas questões relevantes que se colocam aos museus na perspetiva social e apontadas possíveis pistas para o futuro pós-pandémico: o significado de responsabilidade social para os museus, através da exploração de estratégias de promoção de participação, de construção de redes e de dinamização de parcerias, como também de metodologias inovadoras de avaliação do impacto social dos museus. Os objetivos delineados para esta conferência passaram por sensibilizar os

⁸⁶ O programa da conferência, moderadores e oradores pode ser consultado através da seguinte ligação: <http://conferencemuseumsandsocialresponsibility.dgpc.pt/>.

decisores políticos, os profissionais da área e a sociedade para a relevância da responsabilidade social, promover uma abordagem centrada na participação e na mobilização dos cidadãos, poder contribuir para o debate sobre metodologias diversificadas de avaliação do impacto social dos museus e, por fim, realçar os contributos dos museus para a transformação social e o trabalho em rede (DGPC, 2021).

Conclusões do Conselho sobre “Os Media Europeus na Década Digital: um Plano de Ação para apoiar a Recuperação e a Transformação”

Estas Conclusões⁸⁷ refletem uma resposta política face aos efeitos da pandemia, como a redução de postos de trabalho para os jornalistas, a quebra de receitas publicitárias, o encerramento forçado dos cinemas e a paralisação da indústria cinematográfica, acelerando as mudanças que o setor tem vindo a sofrer devido aos efeitos da globalização e da digitalização. Estas Conclusões do Conselho começaram a ser preparadas com uma ronda de reuniões bilaterais com os diferentes Estados-Membros. Ao longo destas reuniões, foi apresentada a temática mais relevante pela área governativa: “Os Media Europeus na Década Digital: um Plano de Ação para apoiar a Recuperação e a Transformação”. O texto inicial do projeto de conclusões foi debatido e aprovado, por unanimidade, no Conselho EJCD, de 18 de maio de 2021.

A urgência na resposta centra-se no desenvolvimento do Mercado Único Europeu de forma a fortalecer a competitividade do setor a nível europeu, na promoção da transformação digital do setor dos Media e do Audiovisual, como também no fomento dos conteúdos locais e da diversidade cultural, e no reconhecimento de que os direitos territoriais de licenciamento continuam a ser fatores essenciais no tocante à liberdade criativa, ao financiamento, à sustentabilidade e ao desenvolvimento de novos modelos de negócio.

Para mais, concluiu-se que será essencial garantir a sustentabilidade e o financiamento a longo prazo, como também a necessidade de garantir uma indústria

⁸⁷ O texto das Conclusões do Conselho está disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-8727-2021-INIT/en/pdf>.

inclusiva que promova os valores democráticos, a independência dos Media e que continue a representar um importante papel no Pacto Ecológico Europeu.

Conferência sobre “A Inteligência Artificial e o Futuro do Jornalismo”

Nos dias 11 e 12 de maio de 2021, a Presidência Portuguesa realizou uma conferência de alto nível sobre Inteligência Artificial (IA) e o Futuro do Jornalismo, tendo como questão central um cenário hipotético de a IA tomar posse do quarto poder⁸⁸. O evento teve a presença de mais de 30 oradores de referência a nível internacional, incluindo atores políticos.

Esta conferência teve como objetivo primordial promover a sensibilização sobre a adoção e o impacto da IA na produção, distribuição e consumo de notícias, como também dinamizar uma reflexão sobre o jornalismo na era digital. Os vários temas debatidos procuraram identificar as oportunidades e os riscos a médio e longo prazo, e ainda antecipar os desafios, ao nível da União Europeia e dos Estados-Membros, para as políticas públicas. Em paralelo, foram discutidas as repercussões deste tipo de tecnologias na natureza do jornalismo, no serviço público de media, no pluralismo, nos modelos de negócio e na democracia (Républica Portuguesa, 2021).

Apesar dos riscos que estas tecnologias apresentam para a imprensa e, consequentemente, para a democracia e pluralidade das nossas sociedades, devido ao potencial que têm para produzir mudanças estruturais no setor, foi evidenciada ao longo do encontro a utilidade destas tecnologias para o trabalho dos jornalistas. A IA pode auxiliar os jornalistas no que toca à sua produtividade, nomeadamente para gerir grandes quantidades de dados, conduzir pesquisas mais eficientes e ampliar a capacidade de resposta a eventos globais, como também permite aprofundar a sua relação com os cidadãos e melhorar a sua capacidade de escrutinar e combater a desinformação. Para mais, concluiu-se que é necessária a colaboração interdisciplinar neste meio para desenvolver algoritmos e ferramentas úteis para os jornalistas, que os meios de comunicação têm uma maior responsabilidade na utilização de tecnologia baseadas na IA, que é fundamental encontrar soluções e incentivar os meios de

⁸⁸ O programa da conferência, moderadores e oradores pode ser consultado através da seguinte ligação: <https://conferenceaijournalism.pt/?lang=pt>.

comunicação a respeitar a ética jornalística, como também quais os riscos principais que o desenvolvimento da IA apresenta neste meio.

Conferência de Lançamento do Programa Europa Criativa (2021-2027)

Esta conferência⁸⁹, que decorreu durante os dias 17 e 18 de junho, a partir do Mosteiro dos Jerónimos e do Centro Cultural de Belém, destinou-se a apresentar o ciclo de financiamento do programa Europa Criativa para 2021-2027, que conta com um reforço financeiro de 2,5 mil milhões de euros, o que representa um aumento orçamental de cerca de 50% em comparação com programa anterior (2014-2020).

Este acréscimo orçamental destina-se à recuperação e relançamento dos SCC com o propósito de aumentar a sua resiliência, digitalização e hábitos ecológicos, objetivos pertinentes no atual contexto pandémico. Esta conferência juntou Comissários Europeus, agentes culturais e especialistas, governantes das áreas da cultura e média para debaterem o futuro do programa, num encontro que juntou uma audiência física de cerca de 50 pessoas, que contou com 6065 visualizações na plataforma dedicada à transmissão do evento e 3600 pessoas nas redes sociais.

A conferência permitiu conhecer as novidades do novo ciclo do programa e explorar as sinergias com outros instrumentos de financiamento europeus como o programa Horizonte Europa⁹⁰ ou o programa Erasmus+⁹¹, e ainda discutir estratégias sobre como tornar a indústria audiovisual mais ecológica e a cooperação transfronteiriça compatível com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como aprender com os resultados dos ciclos anteriores para moldar a futura abordagem setorial à música (GEPAC, 2021).

⁸⁹ O programa da conferência, moderadores e oradores pode ser consultado em: <https://ppue.gepac.gov.pt/ppue/conferencias/conferencia-de-lancamento-do-programa-europa-criativa>.

⁹⁰ O Horizonte Europa é um programa da União Europeia para o financiamento da investigação e da inovação. Visa contribuir para o alcançar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, trata das alterações climáticas, promove a competitividade e estimula o crescimento económico europeu. Em: https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/horizon-europe_pt.

⁹¹ O Erasmus+ é o programa europeu que apoia a educação, a formação, a juventude e o desporto. Foca-se na inclusão social, nas transições ecológica e digital, e na promoção da participação dos jovens na vida democrática. Em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/about-erasmus/o-que-e-o-erasmus>.

Finda a Presidência Portuguesa, e tendo em conta as linhas de ação que nortearam as iniciativas da área governativa da Cultura e do Audiovisual, é possível concluir que as prioridades delineadas para esta área foram alcançadas na sua plenitude. Num contexto especialmente desafiante para os Setores Culturais e Criativos, tornou-se prioridade central dar uma resposta forte, do ponto de vista político, que permitisse mitigar os efeitos da pandemia nas atividades da cultura, dos média e do audiovisual, como também revitalizar os SCC e capacitar os seus profissionais para fazerem face a futuras crises. Este relançamento foi pensado como estando alavancado nas transições digital e ecológica, contribuindo, assim, para a concretização dos objetivos macro da Presidência.

Além disso, sublinha-se que, ao longo do semestre da Presidência Portuguesa, em linha com as iniciativas e conquistas na área relevada neste ponto, foi também possível promover uma ampla reflexão sobre vários assuntos relevantes para as sociedades contemporâneas, como o acesso e a participação na vida cultural, a relação entre a cultura e democracia, a responsabilidade social dos museus, o potencial da cultura para a gestão dos desafios atuais como o da crise climática, a necessidade da independência dos Media e o impacto da utilização da IA na produção de conteúdo noticioso.

CAPÍTULO III – Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social

Este capítulo pretenderá aprofundar o tópico da Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social, tratada no capítulo anterior, de forma a extrair as principais conclusões obtidas em linha com o tema selecionado para o relatório de estágio, sendo este “Cultura e Desenvolvimento Sustentável”.

O ponto II.2.3 permitiu evidenciar quais as principais iniciativas levadas a cabo pela área governativa da Cultura e do Audiovisual. Importa, neste momento, abordar a Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social, da inteira responsabilidade do GEPAC, local onde estagiei, (como também foi a Conferência de Lançamento do Programa Europa Criativa 2021-2027), com o intuito de destacar as principais

conclusões extraídas destes eventos como contributo tangível para o tema deste relatório e para a resposta da questão de investigação. A informação desenvolvida neste ponto terá por base as fichas temáticas, elaboradas em momento prévio ao do início da PPUE, de forma a entender as principais ideias que inspiraram a sinopse desta conferência, e o relatório de balanço das conferências⁹², da autoria do GEPAC, redigido no término da Presidência Portuguesa.

A construção temática da Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social teve por base um conjunto de ideias e documentos-chave que permitiram o seu desenvolvimento e execução.

Assim, como referido anteriormente, a realização deste evento estava prevista no Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022⁹³, tendo-se planeado inicialmente a sua ligação ao Grupo de Trabalho OMC⁹⁴ sobre Cultura e Coesão Social. Porém, o surgimento da pandemia da COVID-19, dificultou a obtenção de resultados deste grupo a tempo da PPUE. Em alternativa, a Comissão Europeia propôs a organização de um seminário, que teve lugar a 26 e 27 de novembro de 2020, cujos resultados alimentaram a conferência, permitindo desenvolver e aprofundar as temáticas selecionadas para este evento.

Relativamente às ideias que guiaram a sinopse deste evento, estas estão assentes, primeiramente, no reconhecimento da cultura como veículo de dinamização da transformação social e por esta ser o fórum simbólico de diálogo entre cidadãos. Para mais, a esfera cultural constitui uma interface privilegiada de expressão de ideias, crenças, identidades, valores, experiências e produção de significados, sendo, assim, um espaço de diálogo e encontro, celebração e confronto, partilha e negociação, elogio e crítica⁹⁵.

⁹² Relatório das Conferências de Alto-nível da Presidência Portuguesa do Conselho da UE nas áreas da Cultura e do Audiovisual, *Shaping Desirable Futures Through Culture*, disponível em: <https://ppue.gepac.gov.pt/ppue/ppue-noticias/detalhe-noticia?uri=133>.

⁹³ Para a prioridade B “Coesão e bem-estar”, Anexo A.

⁹⁴ Grupo de peritos da UE que segue o Método Aberto de Coordenação para Cultura e Coesão Social.

⁹⁵ Matarasso, F. (2019), *Uma Arte Irrequieta: Reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Acresce o entendimento da importância da implementação de políticas culturais contemporâneas que encarem o setor cultural desta maneira e que se centrem no empoderamento dos indivíduos para serem criadores ativos de cultura, ao invés das políticas que encaram os públicos como meras audiências ou consumidores culturais⁹⁶.

Este tipo de políticas culturais que passam o foco para o desenvolvimento das capacidades das pessoas para poderem participar diretamente na esfera cultural, podem ser um instrumento poderoso para fazer face a problemas sociais complexos enfrentados pelas sociedades contemporâneas pelo seu impacto transformador sobre os indivíduos.

Por exemplo, no campo da saúde, a prática e fruição culturais podem gerar benefícios psicológicos de saúde e bem-estar, podendo ser uma ferramenta útil no tratamento de algumas doenças, na promoção de um envelhecimento ativo e no desenvolvimento de relações em contextos de crescente isolamento social. No que toca à coesão territorial, a cultura pode auxiliar as comunidades rurais e remotas da Europa a tornarem-se mais dinâmicas, sustentáveis, resilientes e atrativas para viver e trabalhar. Esta pode igualmente oferecer oportunidades para abordar questões de igualdade de género e da invisibilidade de minorias por proporcionar uma melhor compreensão do outro e desconstruir estereótipos. Já relativamente ao meio ambiente e à presente crise climática, a cultura pode ser altamente útil para mediar a relação entre o ser humano e o seu meio ambiente, inspirando novas práticas sustentáveis, padrões de produção e consumo, como também fomentar o desenvolvimento que salvguarde tanto os centros históricos urbanos, como também as zonas rurais, através de soluções arquitetónicas inovadoras. O poder transformador da cultura e das artes é também fundamental para alterar comportamentos e consciencializar as populações das questões climáticas. Por último, a cultura pode também contribuir para assegurar que os ODS sejam atingidos, por poder constituir uma ponte entre diferentes preocupações ambientais, sociais e económicas.

⁹⁶ Wilson, N., Gross, J., Bull, A. (2017), *Towards cultural democracy: Promoting cultural capabilities for everyone*, King's College London, Londres.

Face ao exposto, esta Conferência foi estruturada em torno das questões sociais levantadas, e dos seguintes temas:

1. Cultura, Saúde-mental e Bem-estar;
2. Cultura, Coesão e Território;
3. Cultura e Sustentabilidade Ambiental;
4. Cultura e Igualdade de Género;
5. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, este evento focou-se na ligação-chave entre participação na vida cultural e coesão social, tendo como objetivos específicos:

- Mobilizar plenamente o setor cultural de forma a moldar um futuro melhor e superar as crises contemporâneas;
- Aproveitar o potencial da cultura para a saúde e o bem-estar no mundo pós-pandémico;
- Explorar as várias formas de como a cultura pode aumentar a atratividade e resiliência das comunidades, incluindo as dos territórios mais periféricos e remotos;
- Consolidar a cultura como uma ponte entre as sociedades e a sustentabilidade ambiental;
- Propor formas de a cultura abordar as desigualdades de género dentro e fora dos sectores culturais e criativos;
- Fomentar o diálogo entre peritos, os setores culturais e criativos e as instituições nacionais e europeias, aproximando os diferentes atores e promovendo parcerias.

Passarão, neste momento, a ser expostas as conclusões retiradas da Conferência, de forma a servirem como contributo tangível para a resposta à pergunta de investigação.

Quando analisado o potencial dos SCC para promoverem a saúde e o bem-estar, os contributos dos peritos deste painel⁹⁷ permitiram concluir que:

- A programação cultural teve um papel central no bem-estar das pessoas, quando desconectadas ou isoladas no início da pandemia da COVID-19, como também durante os sucessivos períodos de isolamento, ajudando no atenuar destas emoções negativas e na gestão da ansiedade;

- Uma vida cultural ativa em todas as idades, especialmente para pessoas reformadas ou numa idade avançada, permite não apenas uma maior longevidade, como também uma melhor capacidade em ultrapassar problemas resultantes de fatores psicossociais e uma maior resiliência. Para além disso, pode verificar-se uma ligação entre as práticas culturais e artísticas no que toca a reduzir a mortalidade e os riscos que contribuem para a mesma, reforçando a conexão entre a cultura e a sobrevivência humana, e a promoção da melhoria das condições de vida das pessoas. Considerou-se, durante as discussões deste painel, que esta relação positiva é ainda pouco reconhecida pelos decisores políticos de alguns Estados-Membros e pela opinião pública;

- A complexidade da saúde mental torna, atualmente, essencial uma abordagem multidisciplinar que complemente os tratamentos médicos convencionais. Assim, a prática cultural revela um grande potencial em reduzir os sintomas de indivíduos com quadros de ansiedade e depressão, sendo um importante complemento para o tratamento de doenças físicas ou mentais, por promoverem atividades em grupo que ajudam a gerir emoções e a reintegrar as pessoas no mercado de trabalho.

Assim, este painel demonstrou e reforçou que a conexão entre cultura, saúde e bem-estar contribui para alcançar o ODS n.º 3: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, tornando-se claro que a fruição cultural, através dos SCC, é essencial para promover o desenvolvimento harmónico nos

⁹⁷ **Pier Luigi Sacco**, Consultor Sénior na OCDE; **Ugne Grigaitė**, Investigadora no Instituto Internacional de Saúde Mental de Lisboa e Associada do Instituto de Monitorização dos Direitos Humanos da Lituânia e da ONG Perspetivas da Saúde Mental; **Isabel Loureiro**, Professora Catedrática da Escola Nacional de Saúde Pública e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Saúde; **Mikael Odder Nielsen**, Musicólogo e líder do projeto de Prescrição Cultural em Aalborg, Dinamarca; **Sandro Resende**, Artista Plástico e líder do projeto de arte "Manicómio".

seres humanos a vários níveis, revelando também ser uma ferramenta poderosa para tratar ou ser complemento do tratamento de doenças mentais ou físicas.

Já no painel sobre Cultura, Coesão e Território, as conclusões dos peritos⁹⁸ destacaram que:

- O investimento cultural e criativo nas comunidades mais isoladas, como também nas cidades, tem o potencial de transformar e fortalecer a identidade destes locais, fortalecendo os laços comunitários que são aspetos fundamentais para a coesão territorial e o sentimento de pertença;

- É necessário criar paisagens partilhadas entre os seres humanos e a natureza, tendo como ênfase a manutenção de processos ecológicos e na resiliência dos sistemas sócio ecológicos para a gestão adequada dos territórios. Neste contexto, reconhece-se aos locais mais remotos e de baixa densidade populacional um papel central na conservação das paisagens, do património cultural e na gestão do território permitindo que estas continuem a usufruir dos conhecimentos e práticas tradicionais, como também do domínio de sistemas de gestão tradicionais;

- O património cultural constitui um recurso capaz de promover a coesão territorial e social das comunidades que se encontram fragmentadas e individualizadas, atribuindo-lhes identidade cultural, e sendo peça central para a regeneração dos territórios e para a sua resiliência, potencializando os quatro pilares interdependentes da sustentabilidade das comunidades: prosperidade económica, equidade social, responsabilidade ambiental e vitalidade cultural;

- As estratégias de desenvolvimento que têm em conta os costumes culturais, identidade e características intrínsecas de cada território, permitem comunidades mais resilientes e funcionais;

⁹⁸ **Aida Carvalho**, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Côa Parque; **Stella Kyvelou-Chiotini**, Universidade de Ciências Sociais e Políticas de Panteion; Bacia do Mar Mediterrâneo Oriental, Ponto Focal MSP, Plataforma MSP Europeia (DG MARE / EASME); **Luís Costa**, Coordenador Binaural Nodar; Coordenador do Projeto Re-tramontana III; **Victor Yankov**, Diretor de Relações Internacionais da Fundação Plovdiv 2019; **Helena Roseta**, Coordenadora do Projeto “Bairros Saudáveis”.

- Os SCC têm o potencial para fomentar o emprego nestas zonas mais rurais e isoladas através da promoção das identidades locais, costumes e produtos, como também através do turismo cultural que precisa de ser mais sustentável;

- Os patrimónios cultural e natural não devem ser encarados como esferas independentes, devendo antes ser planeados e geridos em conjunto dentro das comunidades para um desenvolvimento sustentável;

Em linha com a temática desenvolvida neste relatório, este painel da conferência permitiu entender que o setor cultural potencia o desenvolvimento das comunidades mais remotas e torna-as mais resilientes, sustentáveis e coesas, reforçando os laços comunitários e identitários a estes locais, promovendo a sua atratividade e a criação de emprego sustentável. As conclusões neste ponto permitiram evidenciar, por exemplo, como o setor cultural contribui para o ODS n.º 11: Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, como também para o ODS n.º 8: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

Ao analisar o potencial da cultura na gestão da presente crise climática, o painel sobre Cultura e Sustentabilidade Ambiental⁹⁹ sublinhou que:

- A crise pandémica é uma oportunidade não só para relançar os SCC, como também para os reconstruir de uma forma mais sustentável e responsável, de forma a mitigar os efeitos das suas práticas insustentáveis, através do recurso a novas ferramentas e práticas que sejam verdadeiras alternativas sustentáveis;

- O *design* e a arquitetura são setores essenciais para construir uma sociedade mais verde. Neste sentido, o Novo Bauhaus Europeu visa ser um movimento colaborativo e uma ponte entre vários setores que junta artistas, cientistas, engenheiros, *designers* e arquitetos impulsionando o Pacto Ecológico Europeu e

⁹⁹ **Mafalda Dâmaso**, Investigadora Visitante, Departamento de Cultura, Média, e Indústrias Criativas, King's College London; **M^a Teresa Adell/Enric Girona**, Mancomunidad Taula del Sénia (GIAHS – FAO. O Sistema Agrícola do Território das Oliveiras Antigas- Sénia); **Mariana Pestana**, Arquiteta e investigadora na Universidade Lusófona, Center for Other Worlds Bauhaus do Mar (Portugal); **Sacha Kagan**, Investigador Independente; **Daan Roosegaarde**, Studio Roosegaarde, Países Baixos.

introduzindo neste uma dimensão cultural e criativa com o potencial de estimular um modelo de coexistência entre os seres humanos e os ecossistemas que os rodeiam;

- A fruição cultural e artística pode inspirar os seres humanos a adotar práticas e padrões de consumo mais sustentáveis através da consciencialização das questões climáticas, como também da estimulação da criatividade para encontrar novas soluções para esta questão. Assim, a cultura pode ser considerada como um catalisador para a mudança.

Neste sentido, os SCC promovem o desenvolvimento sustentável, sendo um veículo de mudança de paradigmas e de inspiração para modelos de consumo sustentáveis, mas também através da sua própria reinvenção, de forma a reduzir a sua pegada ecológica em todos os seus setores. Além disso, estes podem auxiliar em renovar a relação entre os seres humanos e os seus espaços naturais, contribuindo para a concretização do Pacto Ecológico Europeu, permitindo o estímulo da criatividade e da inovação para a construção de espaços que unam a arquitetura ao meio ambiente. Assim, por exemplo, a cultura contribui para alcançar o ODS n.º 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação; o ODS n.º 12: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis e o ODS n.º 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

Ao explorar o papel que a cultura tem para promover a igualdade de género, os oradores deste painel¹⁰⁰ concluíram que:

- Os SCC são basilares em moldar os valores das pessoas e a sua perceção da realidade;

- Que este papel permite não só trazer à luz, como também combater, as desigualdades de género existentes dentro dos SCC e das nossas sociedades;

¹⁰⁰ **Anna Kedziorek**, Comissão Europeia – Direção Geral Educação, Juventude, Desporto e Cultura; **Pauliana Pimentel**, Fotógrafa; **Isabél Zuaa**, Atriz; **Maxie Gedge**, Gestor de Projeto da Keychange na PRS Foundation, baterista e fundadora da Gravy Records; **Paul Vautrin-Grévisse**, Especialista do Grupo OMC para a Igualdade de Género nos Sectores Cultural e Criativo e responsável pela Missão Igualdade e Diversidade do Ministério da Cultura Francês.

- A cultura possibilita desconstruir estereótipos negativos e promover a diversidade e inclusão.

Estas conclusões, permitiram entender que os SCC podem levar a uma maior visibilidade dos desafios experienciados pelas mulheres nestes, como em outros setores laborais, passando pelas desigualdades salariais, questões de assédio moral e sexual, falta de acesso a posições de liderança e condições precárias dos seus trabalhos, que tornam difícil a constituição de uma família. Aproveitando o poder do setor cultural para trazer a público estas questões, é seguro afirmar que este contribui para alcançar o ODS nº 5: Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as Mulheres e Raparigas.

Por fim, no que toca ao último tema desta Conferência, Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁰¹, este visou sintetizar e apresentar os resultados de um seminário decorrido um dia antes da Conferência e que teve por objetivo analisar o potencial da cultura para alcançar os diferentes ODS. Assim, entendeu-se que:

- A cultura não está devidamente representada na Agenda 2030, algo reconhecido pela própria UNESCO;

- É necessário dotar a cultura de uma maior visibilidade e relevância na agenda, pois apesar de esta não representar por si só um objetivo sustentável, pode contribuir transversalmente para alcançar vários destes;

- A falta de dados e a fragmentação da informação produzida tendem a marginalizar a cultura nas estratégias de desenvolvimento, criando obstáculos ao reconhecimento pleno da importância da cultura, das artes e do património cultural no desenho de políticas nacionais e transnacionais.

Neste relatório reservou-se um capítulo à análise mais aprofundada da Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social, desenvolvida pelo GEPAC, que inspirou o desenvolvimento da temática do presente relatório, e em que as conclusões extraídas desta conferência constituem uma vertente tangível deste trabalho.

¹⁰¹ Apresentado por **Pedro Sobrado**, Presidente do Conselho de Administração do Teatro Nacional de S. João.

Assim sendo, este capítulo permitiu constatar, primeiramente, o papel fundamental desempenhado pelo GEPAC durante o semestre da Presidência Portuguesa para atingir os objetivos delineados pela área governativa da Cultura, destacando o seu contributo positivo para uma maior compreensão e consciencialização do potencial do setor cultural para a gestão das crises enfrentadas pelas sociedades contemporâneas e o destaque do seu papel em diversos temas sociais. Em segundo lugar, que o desenvolvimento destes temas relevou a importância do setor cultural na concretização dos ODS, promovendo a saúde e bem-estar, comunidades mais resilientes e coesas, sociedades mais verdes e combatendo as desigualdades de género. Para mais, estas temáticas contribuíram igualmente para concretizar os objetivos macro da Presidência Portuguesa, demonstrando como os SCC se podem relançar mais verdes e contribuir para uma Europa mais justa e sustentável. Por último, este evento veio demonstrar como estes podem ser basilares em enfrentar a pandemia e o seu papel importante no futuro pós-pandémico.

CAPÍTULO IV - Local de Estágio

Este capítulo destina-se à caracterização da instituição onde decorreu o estágio curricular – componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

O objetivo deste ponto será fazer uma descrição do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais do Ministério da Cultura no que toca à sua natureza, objetivos e estrutura, bem como da Direção de Serviços de Relações Internacionais onde o estagiário foi colocado.

III.1 – Razões pela escolha do GEPAC como local de estágio

Ainda no primeiro ano do mestrado, tomei a decisão de substituir a opção de dissertação por um estágio curricular, tendo iniciado, desde cedo, a busca por um local de estágio apropriado para a minha área de estudos. Ao pesquisar por potenciais locais

para estagiar, descobri uma oportunidade de estágio no Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais que se preparava para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Primeiramente, uma das principais razões que me levou a querer estagiar neste local deveu-se, desde logo, ao facto de considerar o exercício da Presidência como um acontecimento de extrema relevância para a minha área de estudos, tendo em conta o conhecimento que foi adquirindo e consolidando no primeiro ano do mestrado, nomeadamente nas disciplinas de Instituições Europeias e Políticas Públicas Europeias, bem como pela importância desta oportunidade para o meu futuro profissional.

Em segundo lugar, por considerar, desde sempre, a área da Cultura da maior relevância para as políticas públicas portuguesas e europeias, tanto mais por ser um domínio no qual, não existindo uma política comum, o princípio da subsidiariedade impera e os Estados-Membros têm uma maior margem de manobra, algo que tinha interesse em estudar e testemunhar em primeira mão.

Por último, por reconhecer ainda a importância que os Setores Culturais e Criativos têm vindo a adquirir ao longo dos anos, por um lado como área geradora de emprego e, por outro, pelo seu potencial e papel essencial em assegurar a diversidade cultural entre os povos, dentro de um espaço europeu que se deseja uno, mas diversificado e plural.

III.2 – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

O GEPAC é um serviço integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa. Na sequência do Decreto-Lei n.º 126-A/2011¹⁰², de 29 de dezembro, o GEPAC tem a sua atual estrutura definida por intermédio do Decreto-Lei n.º 47/2012¹⁰³, de 28 de fevereiro, e da Portaria n.º 136/2012¹⁰⁴, de 10 de maio.

III.2.1 – Missão e valores

¹⁰² Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/126-a-2011-642010>

¹⁰³ Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/289540/decreto-lei-47-2012-de-28-de-fevereiro>

¹⁰⁴ Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/300287/portaria-136-2012-de-10-de-maio>

No que toca aos seus objetivos, o GEPAC tem por missão garantir o apoio técnico à formulação de políticas culturais, ao planeamento estratégico e operacional e às relações internacionais, em articulação com a programação financeira, proceder ao acompanhamento e avaliação global de resultados obtidos, bem como assegurar o apoio jurídico e o contencioso dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da cultura (Presidência do Conselho de Ministros, 2021).

Assim, o GEPAC prossegue com as seguintes atribuições:

a) Prestar apoio técnico em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos da área da cultura e contribuir para a conceção e a execução da respetiva política legislativa;

b) Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;

c) Acompanhar e avaliar a execução das políticas e programas da área da cultura, bem como elaborar, difundir e apoiar a criação dos instrumentos adequados a esse fim;

d) Assegurar a gestão administrativa e financeira do Fundo de Fomento Cultural;

e) Propor a celebração de contratos-programa ou outros mecanismos de gestão de fundos comunitários, participar na definição das condições de acesso, elegibilidade, critérios de seleção e monitorização dos resultados das medidas ou ações de programas operacionais, de programas de iniciativa comunitária e outros programas, assegurar a gestão conjunta das referidas medidas ou ações e colaborar na divulgação e dinamização destes mecanismos de financiamento;

f) Apoiar e assegurar as relações internacionais na área da cultura, coordenando as ações desenvolvidas no âmbito das relações externas no respetivo setor e os projetos dos serviços e organismos relativos à internacionalização da cultura portuguesa, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

g) Propor a adoção ou prestar apoio técnico à adoção de medidas legislativas no domínio do direito de autor, assegurando a representação do membro do Governo responsável pela área da cultura nas organizações e nos fóruns internacionais.

Ao GEPAC são, ainda, atribuídas as seguintes competências:

a) Elaborar estudos de prospetiva de âmbito sectorial e regional na área da cultura;

b) Promover, organizar e acompanhar o processo da avaliação do desempenho dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da cultura;

c) Definir no plano técnico objetivos e indicadores estratégicos que indexem e objetivem os resultados pretendidos com as políticas definidas;

d) Acompanhar o desenvolvimento da concretização dos objetivos pelos diversos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da cultura, de modo a permitir uma permanente monitorização da sua atividade e desempenho, ponderando os recursos consumidos e os resultados alcançados;

e) Estimular e apoiar a definição de indicadores e de métricas de desempenho por parte dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da cultura, bem como promover a padronização de conceitos;

f) Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da cultura;

g) Prestar apoio jurídico e de contencioso, aos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da cultura;

h) Apoiar os órgãos, serviços e organismos da área da cultura na elaboração dos regulamentos internos e demais instrumentos legais, bem como emitir e realizar pareceres e estudos jurídicos por aqueles solicitados;

i) Instruir ou apoiar tecnicamente a instrução de processos disciplinares, sem prejuízo das competências próprias dos titulares dos cargos de direção superior de 1.º grau dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da cultura;

j) Promover e desenvolver ações e programas de cooperação internacional na área da cultura, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

k) Assegurar a implementação do plano estratégico do sistema de informação dos serviços e organismos da área da cultura em articulação com a Secretaria-Geral;

l) Gerir o acervo do centro de documentação da área da cultura, procedendo à sua recolha, tratamento e divulgação;

m) Promover a divulgação interna das atividades desenvolvidas pelos serviços e organismos da área da cultura, e assegurar, na área de intervenção daqueles serviços e organismos, as atividades de comunicação e relações públicas e de elaboração da agenda cultural;

n) Dinamizar, em articulação com os serviços e organismos da área da cultura, a política de mecenato cultural e assegurar a tramitação dos procedimentos necessários ao reconhecimento do respetivo estatuto, quando exigível;

o) Emitir parecer, quando solicitado pela Secretaria-Geral, e após recolha dos contributos dos serviços e organismos da área da cultura, sobre o interesse cultural de atividades e sobre a utilidade pública de entidades com intervenção no setor cultural.

De acordo com a sua página oficial, o GEPAC rege-se por princípios de dedicação exclusiva ao serviço do interesse público, numa perspetiva de melhoria contínua, promovendo a coesão, inovação e a criatividade, observando os valores fundamentais

da atividade administrativa: legalidade, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé (GEPAC, 2017).

III.2.2 – Estrutura do GEPAC

O artigo 3.º do Decreto-lei 47/2012, de 28 de fevereiro - que aprova a orgânica do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais – estabelece que o GEPAC seja dirigido por um diretor-geral, cargo de direção superior de 1.º grau e a sua organização interna, tendo por base o artigo 5.º, obedece ao modelo de estrutura hierarquizado.

No que concerne à sua estrutura interna, de acordo com o artigo 1.º da Portaria nº 136/2012 de 10 de maio – que determina a estrutura nuclear do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares – o GEPAC é constituído por quatro unidades orgânicas: a) a Direção de Serviços de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; b) a Direção de Serviços de Relações Internacionais; c) a Direção de Serviços de Assessoria Jurídica e Contencioso; e d) a Direção de Serviços de Gestão de Recursos e Informação. Estas unidades são dirigidas por diretores de serviços, cargos de direção intermédia do 1.º grau. Junto do GEPAC funcionam ainda a Comissão de Mediação e Arbitragem de Direitos de Autor e a Comissão Diretiva do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

Para além disso, o GEPAC assegura a gestão administrativa e financeira do Fundo de Fomento Cultural¹⁰⁵ (GEPAC, 2016, p. 2).



FIGURA 9: ORGANOGrama DO GEPAC – FIGURA RETIRADA DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2016, GEPAC

Torna-se relevante, neste momento, referir quais as competências da unidade orgânica da Direção de Serviços de Relações Internacionais (DSRI), para assim melhor compreender as suas funções, tendo sido este local onde o estágio decorreu durante seis meses.

Assim, à DSRI, compete:

- a) Apoiar a definição da política de internacionalização da cultura, bem como coordenar a planificação e concretização da estratégia definida pelo membro do Governo responsável pela área da cultura no domínio das relações internacionais;
- b) Apoiar o membro do Governo responsável pela área da cultura no enquadramento de quaisquer solicitações provenientes da União Europeia, bem como,

¹⁰⁵ Este fundo autónomo, criado em 1973, no âmbito da então Direção-Geral dos Assuntos Culturais, visa prestar apoio financeiro às atividades de promoção e difusão dos diversos ramos da cultura, subvencionar ações de defesa, conservação e valorização de bens culturais. Rege-se atualmente pelo Decreto-Lei n.º 102/80, de 9 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/87, de 13 de março. Em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/primeiro-ministro/pm/secretarios-de-estado/sec/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/fundo-de-fomento-cultural.aspx>.

em colaboração com a Direção de Serviços de Assessoria Jurídica e Contencioso, apoiar na preparação de eventuais atos no âmbito do contencioso comunitário;

c) Preparar a participação do membro do Governo responsável pela área da cultura em todos os atos relativos a tratados, acordos ou convénios bilaterais ou multilaterais na área da cultura, assegurando a execução nas respetivas áreas de competência;

d) Preparar a participação do membro do Governo responsável pela área da cultura nas sessões do Conselho da União Europeia ou em quaisquer outras reuniões de âmbito comunitário;

e) Assessorar o membro do Governo responsável pela área da cultura na preparação de missões ao estrangeiro, na receção de individualidades estrangeiras em território nacional e na negociação de acordos com entidades estrangeiras;

f) Preparar e acompanhar as atividades previstas no âmbito dos acordos culturais e dos organismos internacionais, no estrangeiro e no País;

g) Acompanhar o desenvolvimento das políticas da União Europeia diretamente relacionadas com a área da cultura e promover as orientações do membro do Governo responsável pela área da cultura nas instâncias internacionais, comunitárias e não comunitárias;

h) Promover, coordenar e desenvolver as ações e programas de cooperação no domínio da internacionalização da cultura, nos diversos setores de atuação do membro do Governo responsável pela área da cultura;

i) Assegurar a representação do membro do Governo responsável pela área da cultura nos grupos de trabalho ou comités setoriais que funcionam junto de organizações internacionais, em particular junto dos órgãos comunitários e da UNESCO;

j) Recolher, tratar e divulgar a documentação proveniente das instituições comunitárias cujo interesse releve para os diversos setores de atuação do membro do Governo responsável pela área da cultura, bem como dos serviços e organismos dele dependentes ou sob sua tutela e superintendência.

Terminado este capítulo, procedeu-se à caracterização do local de estágio, como também da Direção de Serviços de Relações Internacionais onde o autor exerceu funções, passando pela explanação da missão, dos objetivos e das suas funções para uma melhor compreensão da natureza do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais do Ministério da Cultura. No próximo capítulo proceder-se-á à descrição das atividades desenvolvidas ao longo dos seis meses de estágio.

CAPÍTULO V - Tarefas desenvolvidas durante o estágio

Esta secção do trabalho estará reservada à descrição das tarefas desenvolvidas ao longo de seis meses na Direção de Serviços de Relações Internacionais do GEPAC, desde o início do estágio a 15 de outubro de 2020, até ao seu final, a 15 de abril de 2021. Para tal, este capítulo estará dividido em duas partes.

O primeiro subponto, abordará as tarefas diárias e o segundo as tarefas de longa duração. Assim, ao fazer esta divisão em subpontos, visa-se o entendimento do leitor face às funções do dia-a-dia do estagiário e às tarefas de maior duração e que requereram mais trabalho e dedicação. No final deste capítulo, referir-se-á ainda algumas atividades ocasionais, ou seja, as diversas atividades que aconteceram ao longo deste período numa frequência irregular.

As atividades desenvolvidas, entre outras, estão previstas no plano de atividades¹⁰⁶ para o GEPAC, elaborado previamente ao estágio.

IV.1 – Tarefas diárias

Na sua grande maioria, as atividades desenvolvidas diariamente consistiram na elaboração de conteúdo noticioso para as plataformas em linha do GEPAC e respetivas redes sociais, na tradução de documentos, bem como na síntese e revisão textual, e

¹⁰⁶ Pode ser consultado no Anexo A.

pesquisa documental sobre os mais diversos assuntos relativos à área governativa da Cultura durante a Presidência.

Primeiramente, no que toca à produção de conteúdo noticioso, procedi à atualização diária das plataformas em linha do GEPAC. Previamente ao início do exercício da Presidência Portuguesa, foram desenvolvidos dois *websites*. O primeiro, reservado à iniciativa Capital Europeia da Cultura de 2027¹⁰⁷ (para as candidaturas portuguesas) e o segundo desenvolvido para a Presidência Portuguesa do Conselho da UE¹⁰⁸ que se iniciava no dia 1 de janeiro de 2021.

O *website* criado para as Capitais Europeias da Cultura tem como objetivo manter atualizada a informação relacionada com as atuais e futuras capitais da cultura, assim como veicular dados de referência para as cidades portuguesas candidatas a Capital Europeia da Cultura em 2027, permitindo a consulta de todos guias, regulamentação e documentação necessárias para proceder às candidaturas.

O segundo *website*, desenvolvido para a Presidência Portuguesa do Conselho, serviu para a disseminação de informação concernente à PPUE, mais especificamente na área governativa da Cultura, das suas iniciativas, designadamente sobre todas as Conferências organizadas pelos organismos do Ministério da Cultura, consideradas relevantes. Neste segundo *website*, pode ser consultado um exemplar de notícia no Anexo B.

Por último, e ainda dentro desta temática da comunicação, desenvolvi igualmente os conteúdos para o Facebook¹⁰⁹ e Instagram¹¹⁰ do GEPAC sobre vários assuntos relativos à atualidade do setor cultural e criativo português e europeu, bem como de notícias da Presidência, oportunidades de financiamento e formação, concursos, entre outros, direcionados, tanto para o público em geral, como também para profissionais dos SCC.

¹⁰⁷ Acessível em: <https://www.ecoc2027.mc.gov.pt/>.

¹⁰⁸ Acessível em: <https://ppue.gepac.gov.pt/ppue>

¹⁰⁹ Acessível em: [GEPAC - Página inicial | Facebook](#)

¹¹⁰ Acessível em: [GEPAC \(@gepacmc\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)

Tendo em consideração o meu percurso académico, na área da Tradução, foi decidido que prestaria auxílio na tradução e retroversão de documentos de fontes oficiais da UE, como também de matéria e informação relativa ao setor cultural, e material académico concernente às iniciativas que estavam a ser desenvolvidas no âmbito da Presidência. Para além disso, pude prestar auxílio na tradução da documentação e guias para as candidaturas portuguesas para Capital Europeia da Cultura de 2027.

IV.2 – Tarefas de longa duração

Ao longo dos seis meses de estágio, além das tarefas diárias, trabalhei em diversos assuntos prioritários na área governativa da Cultura que exigiram mais tempo e que passarão a ser explicadas neste ponto.

Quando iniciei o meu estágio no GEPAC, fui imediatamente colocado a par da agenda da cultura e dos seus grandes eventos para a PPUE. Assim, comecei desde logo a trabalhar com a equipa da DSRI em três grandes conferências, já abordadas no capítulo II.2.3, no que toca ao planeamento, programação, temáticas e oradores.

Conferência do Porto Santo – “Da Democratização à Democracia Cultural” - reinventar instituições e processos

Para esta primeira conferência, fui encarregue apenas de algumas tarefas de natureza mais simples para me ir habituando ao nível de exigência da função. Primeiramente, foi-me pedido que elaborasse uma lista de contactos institucionais, ao nível de Portugal e da União Europeia, para envio de convites. Depois deste levantamento de dados, trabalhei em conjunto com a minha orientadora no GEPAC no modelo das cartas-convite, enviando-as para os endereços previamente recolhidos, com a obrigatoriedade de me certificar da receção e respostas, assegurando assim a boa comunicação entre os vários organismos da cultura envolvidos nesta conferência.

Conferência “Cultura, Coesão e Impacto Social”

Nesta segunda Conferência, já com alguma experiência inicial, passei a exercer funções mais complexas, no que diz respeito à pesquisa e desenvolvimento temático dos assuntos abordados e na escolha de oradores.

Como referido no capítulo anterior, a conferência sobre “Cultura, Coesão e Impacto Social” esteve centrada em torno dos seguintes temas: Cultura, Saúde Mental e Bem-Estar; Cultura, Coesão e Território; Cultura e Sustentabilidade Ambiental; Cultura e Igualdade de Género. De forma a trabalhar no conteúdo destes temas, a DSRI foi dividida em equipas de duas pessoas, tendo assim ficado com outra colega encarregues das temáticas “Cultura, Coesão e Território” e “Cultura e Sustentabilidade Ambiental”.

Primeiramente, foi necessária a recolha e tratamento de informação relevante para a construção do conteúdo dos respetivos painéis. Este trabalho inicial foi o que exigiu mais tempo pelo facto de ser necessária, por vezes, a reestruturação dos painéis e do conteúdo conforme o *feedback* recebido pelo Gabinete da Ministra da Cultura. À medida que executávamos esta tarefa, procurávamos identificar, de igual modo, possíveis oradores para estas temáticas, académicos, pensadores ou agentes culturais.

Assim, à semelhança das minhas tarefas na Conferência anterior, foram elaboradas cartas-convite para os oradores escolhidos e agendadas reuniões, com a finalidade de apresentar a Conferência, os seus objetivos e a natureza de cada painel. Por fim, realizamos reuniões de grupo dos painéis, com moderadores e oradores, com o intuito de estruturar a ordem de apresentações, o tempo de cada intervenção, acertar detalhes técnicos importantes e desenvolver sinergias entre moderadores e oradores. Neste processo, foi necessário aprender a utilizar novas ferramentas de comunicação e colaboração digitais como o *Microsoft Teams* e o *Zoom*. Para além disso, fui encarregue da elaboração dos programas da Conferência no que toca ao seu *design* gráfico. O programa desta Conferência pode ser consultado no Anexo C.

À medida que executava estas tarefas, reunia, em simultâneo, uma lista de todas as entidades institucionais e não institucionais que pudessem ser convidadas para esta Conferência. Nesta lista constavam organizações internacionais e nacionais relevantes para cada uma das temáticas (social, coesão territorial, sustentabilidade, igualdade de

género), organizações culturais no campo da música, teatro, património cultural, arquitetura, cinema, entre outras.

Por último, finda a Conferência, procedemos à recolha das gravações de cada painel, observámos cada intervenção e resumimos a informação recolhida, com o objetivo de elaborar um documento que contivesse as principais conclusões de cada Conferência. A elaboração deste documento será igualmente abordada neste capítulo.

Conferência de lançamento do Programa Europa Criativa

No que toca a esta última Conferência na área governativa da Cultura da PPUE, foi seguido o *modus operandi*, estabelecido na Conferência anterior. Pelo facto de esta Conferência ter tido um teor mais técnico, por abordar o novo programa Europa Criativa, auxiliei a DSRI maioritariamente na elaboração de listas de contactos para convites, no agendamento de reuniões, na comunicação entre oradores, moderadores e equipas, na tradução e retroversão de documentos e conteúdo, e no design gráfico dos programas da Conferência para disseminação nacional e internacional.

Relatório Portugal na UE 2020

Ainda no início do estágio, pude ajudar na elaboração da secção que concerne à Educação, Cultura, Audiovisual, Juventude e Desporto do Relatório Portugal na UE 2020. O trabalho que durou cerca de duas semanas a completar, consistiu na recolha, análise e síntese de informação sobre os grandes acontecimentos nestes campos, levados a cabo pelos diversos organismos do Ministério da Cultura, ao nível da UE, durante o ano de 2020, e exigiu a comunicação constante entre os diversos organismos do Ministério da Cultura e o GEPAC.

Documento sobre “*NATIONAL MEASURES TO ALLEVIATE THE IMPACT OF COVID-19 IN THE CULTURAL SECTORS IN THE EU*”

Durante a Presidência Alemã, já com início na Presidência Croata, foi estabelecida uma prática de recolha das medidas tomadas por cada Estado-Membro da UE para o alívio do impacto do COVID-19 nos SCC. Durante a Presidência Portuguesa, foi pedido à DSRI que elaborasse um documento semelhante, para facilitar a partilha de

boas práticas adotadas para apoiar o Setor Cultural e Criativo a partir do início do semestre da Presidência.

Juntamente com um colega do departamento, ficámos ambos encarregues de proceder à recolha destas medidas e à construção de um documento final que as englobasse.

Para tal, preparámos um plano de ação que permitisse uma recolha eficaz e ágil de medidas. Em primeiro lugar, desenvolvemos um questionário em formato *Excel*, seguindo a estrutura do futuro documento, em que era esperado que os Estados-Membros preenchessem cada campo com o máximo de cinco medidas relevantes. Este questionário estava dividido em três grandes campos:

1. Medidas horizontais tomadas no Setor Cultural;
2. Medidas específicas tomadas nos Setores Culturais e Criativos;
3. Medidas de reabertura tomadas nos Setores Culturais e Criativos.

Foi decidido que este questionário seria enviado e recolhido três vezes, ao longo da Presidência, de forma a consolidar toda a informação num documento final, com todas as atualizações dos Estados-Membros e que, após concluído, seguiria para disseminação a nível europeu.

O documento final demonstrou a eficácia e relevância da iniciativa e foi partilhado entre os vários organismos da cultura e instituições culturais europeias: com um total de 127 páginas de medidas recolhidas, adotadas no ecossistema do SCC, este documento passou a servir como ferramenta de consulta para qualquer Estado durante a pandemia, podendo constituir igualmente objeto de estudos futuros sobre o impacto das medidas aplicadas aos Setores Culturais e Criativos durante a crise COVID-19, durante a primeira metade do ano de 2021, para uma melhor resiliência e recuperação do sector. O resultado pode ser consultado no Anexo D.

Conclusões do Conselho sobre a recuperação, a resiliência e a sustentabilidade dos setores culturais e criativos

Na área da Cultura, como referido no capítulo II.2.4, um dos principais resultados alcançados foi a aprovação das Conclusões do Conselho sobre a recuperação, a

resiliência e a sustentabilidade do setor cultural e criativo, pelo Conselho de Ministros da UE, em 18 de maio de 2021. Devido à importância deste documento, auxiliei somente na sua revisão linguística. No entanto, esta experiência permitiu-me ter o meu primeiro contacto com um documento de tal relevância a nível europeu e a oportunidade de acompanhar e compreender como tal processo é concebido, desenvolvido, negociado e adotado. Foi, assim, altamente relevante para a minha área de estudos.

Pasta Novo Bauhaus Europeu

Uma das primeiras pastas que pude acompanhar no GEPAC foi a do Novo Bauhaus Europeu. Ainda no início do estágio, fui informado pela minha diretora de serviços que começaria a seguir os desenvolvimentos neste campo, com o objetivo de recolher informação e disseminação interna.

Ao longo dos seis meses do meu estágio procedi à recolha de informação sobre o assunto de várias fontes oficiais da UE, nomeadamente da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, e ajudei a desenvolver documentos informativos sobre a iniciativa. Estive igualmente presente, em representação do GEPAC, em duas sessões informativas sobre o Novo Bauhaus Europeu de forma a retirar informação que fosse relevante para as nossas Conferências no âmbito da cultura.

Gestão das redes sociais do GEPAC

Ainda no início da Presidência Portuguesa, surgiu uma vaga no departamento de comunicação do GEPAC. Acreditando que esta oportunidade seria importante para desenvolver o meu conhecimento no que toca à gestão de redes sociais, voluntariei-me para pertencer ao grupo. Como já referido anteriormente, passei a criar conteúdo noticioso a um ritmo diário para publicar no *Facebook* e *Instagram* do GEPAC. Desenvolvi também outras atividades importantes que merecem ser destacadas neste ponto das tarefas de longa duração.

O grupo em questão reunia-se virtualmente de duas em duas semanas com a finalidade de discutir estratégias de comunicação, o desempenho virtual das atividades e publicações nas redes sociais, e analisar métricas.

Para tal, à parte do conteúdo noticioso, procedi ao levantamento das métricas, bem como à análise do desempenho da atividade das redes sociais do GEPAC para apresentar nas reuniões quinzenais. Ao mesmo tempo, em estreita colaboração com a DSRI, planeámos em conjunto as estratégias de comunicação das Conferências sobre “Cultura, Coesão e Impacto Social” e de lançamento do Programa Europa Criativa, garantindo a sua transmissão em vídeo nas redes sociais do GEPAC.

Relatório sobre Iniciativas no domínio da Proteção e Salvaguarda dos Direitos Humanos na área governativa da Cultura

Durante o semestre da Presidência Portuguesa tive ainda a oportunidade de contribuir para a produção do relatório sobre as Iniciativas no domínio da Proteção e Salvaguarda dos Direitos Humanos na área governativa da Cultura. Este relatório tinha como objetivo principal destacar as várias matérias que concernem ao respeito e promoção dos direitos humanos durante a PPUE.

Procedi assim à recolha de informação sobre as iniciativas da cultura que se enquadravam neste âmbito. Após a sua sintetização, foi construído o relatório, com uma colega da DSRI, e o produto final enviado para revisão por parte do Gabinete da Ministra da Cultura.

Relatório de Conclusões sobre as Conferências de Alto-nível da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

Ao terminar a Presidência Portuguesa, tinha sido decidida previamente a elaboração de um relatório que contivesse as principais conclusões das Conferências já referidas. Assim passa-se a explicar o que considero ser um dos trabalhos com mais sucesso do GEPAC e um dos que requereu mais empenho e dedicação da equipa na fase final da Presidência.

Para levar a cabo esta tarefa, dividiu-se o trabalho por etapas. Numa primeira fase, foi necessário acompanhar os vários painéis das conferências, e retirar notas de cada intervenção, bem como proceder ao levantamento das gravações efetuadas nos dias das conferências.

Numa segunda fase, procedeu-se à transcrição das intervenções de cada orador, com confronto de notas de maneira a criar textos objetivos e concisos.

Finalmente, e por forma a garantir coerência, os textos foram revistos pela equipa e foi estruturado o relatório final.

Posteriormente, e já numa última fase, juntamente com uma colega, ficámos responsáveis pelo *design* gráfico do relatório. O resultado final pode ser consultado no Anexo E.

Às tarefas diárias e de longa duração, somam-se as tarefas ocasionais que na sua maioria, envolveram a participação em reuniões importantes durante a Presidência Portuguesa e que se passam a explicar neste ponto.

Para o desenvolvimento das temáticas das Conferências, nomeadamente da Conferência sobre “Cultura, Coesão e Impacto Social” e de lançamento do Programa Europa Criativa, foi necessária a coordenação e comunicação com as entidades/organismos do Ministério da Cultura e intervenientes no processo de desenvolvimento destes eventos.

Para tal, foram organizadas várias reuniões bilaterais e multilaterais com organismos do Ministério da Cultura como a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), com o Plano Nacional das Artes (PNA), com a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), com o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), com a Direção-Geral das Artes (DGArtes) e com entidades institucionais europeias como a Direção-Geral da Educação e Cultura (DGEAC) da Comissão Europeia.

Ocasionalmente participei também em reuniões da Comissão Interministerial dos Assuntos Europeus (CIAE técnica, nas quais era feito o balanço global da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia por área governativa).

Durante todas estas sessões, como participante, estive responsável por registar todos os assuntos relevantes de cada reunião e de partilhar estas atas com a equipa da DSRI para posterior análise.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, que o desenvolvimento sustentável tem ganho crescente relevância nas agendas políticas internacionais. Desde esta década até à adoção da atual Agenda 2030, que as sucessivas Conferências da ONU neste âmbito têm ajudado a consolidar o desenvolvimento sustentável como uma prioridade global, imprescindível para alcançar um futuro sustentável. O papel da Comissão Brundtland foi também essencial neste sentido, ao cunhar e popularizar a sua definição mais conhecida, aprofundada no presente relatório, o que permitiu o seu entendimento e a compreensão das dimensões que a compõem, e em que estão atualmente assentes os ODS.

No plano da UE, o desenvolvimento sustentável foi consagrado como objetivo desde a assinatura do Tratado de Amesterdão, em 1997, tendo sido denotada igualmente a sua importância desde a altura até ao momento da adoção dos ODS, que passam a ser integrados nas políticas e iniciativas da União.

Em paralelo, foi possível observar como foi construída a relação entre o desenvolvimento sustentável e a cultura, através dos esforços feitos por parte da UNESCO. No entanto, através da informação reunida constatou-se que esta relação ainda não é suficientemente explorada, tanto internacionalmente, como no plano europeu, pela clara ausência de um ODS para a cultura e pela pouca presença desta tanto na Agenda, como na estratégia europeia para a concretizar – o que cria obstáculos para o reconhecimento da importância da cultura no desenho de políticas nacionais e europeias e nas estratégias de desenvolvimento. Este potencial ainda pouco relevado pode fazer com que também não seja dado o devido destaque aos Setores Culturais e Criativos como potenciadores dos ODS. Porém, há indícios positivos a nível europeu para o aprofundar da relação entre a cultura e o desenvolvimento sustentável.

Assim, este trabalho propôs-se a analisar esta relação e, selecionando três ODS (n.º1, n.º8 e n.º13) que espelham os três pilares do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental), demonstrou-se, não só teoricamente, como através de exemplo de iniciativas práticas, como os SCC podem, de facto, ser importantes

ferramentas para alcançar os ODS na União Europeia, respondendo à pergunta de investigação. Neste âmbito, foi concluído que a prática cultural está diretamente ligada ao progresso social, económico e ambiental, na medida em que: (i) fomentam a inclusão social de populações vulneráveis, algo que direta ou indiretamente as afasta de condições de pobreza extrema; (ii) promovem a criação de emprego, especialmente para jovens e mulheres, e o retorno financeiro; e (iii), estimulam, através da fruição cultural, a consciencialização, a alteração de comportamentos e inspiraram a mudança e a mobilização societal de forma a fazer face às alterações climáticas.

Relativamente ao período de estágio, o facto de este ter decorrido em contexto pandémico, permitiu também conhecer a natureza e o verdadeiro impacto negativo que a crise teve nestes setores, algo que terá repercussões no seu funcionamento durante os próximos anos. Para mais, este contacto direto, demonstrou como a crise veio a piorar os problemas já preexistentes, sendo que as iniciativas desenvolvidas pela área governativa da Cultura e do Audiovisual visaram promover a sua recuperação e resiliência no futuro pós-pandémico.

Assim, as atividades desenvolvidas ao longo do estágio, em linha com a temática deste relatório, nomeadamente a destacada Conferência sobre Cultura, Coesão e Impacto Social, do qual o presente documento retirou as principais conclusões, promoveu esta reflexão. A Conferência demonstrou os efeitos positivos do setor cultural na sociedade, o que suporta a conclusão deste trabalho, e fez um apelo para a melhoria das condições nestes setores.

Desta forma, ao interligar as conclusões da vertente teórica deste relatório ao contexto pandémico em que decorreu o estágio, entendeu-se como os Setores Culturais e Criativos, à parte de terem um importante contributo económico a nível europeu, podem ser igualmente aproveitados para responder às grandes questões do nosso tempo, contribuindo para combater a pobreza, para fazer face às alterações climáticas, para promover a saúde e o bem-estar e a construir sociedades resilientes e mais inclusivas. Porém, de forma a tirar proveito na totalidade do potencial transversal destes setores para o desenvolvimento sustentável, há que enfrentar os efeitos da crise pandémica nos SCC. No entanto, não é suficiente continuar a responder a estas

consequências adversas se não houver um esforço paralelo para os recuperar, enfrentando os seus problemas preexistentes. Para ser eficaz, o resgate dos SCC deverá ter em consideração que não basta regressar à realidade que se vivia antes da pandemia.

Tendo por base a informação levantada e o trabalho desenvolvido durante o estágio, este relatório propôs igualmente algumas respostas aos problemas destes setores. Demonstrou-se que é necessário: (a) melhorar as condições de trabalho dos profissionais culturais e assegurar a sua proteção social na eventualidade de futuras crises, através, por exemplo, da criação de um Estatuto do Artista Europeu; (b) simplificar a burocracia e os processos de financiamento; (c) aumentar a sinergia entre os vários programas existentes, algo no cerne do novo ciclo do Programa Europa Criativa; (d) melhorar o acesso à informação, altamente fragmentada, de forma a garantir informação pertinente e atempada aos SCC sobre oportunidades de financiamento, por exemplo, através de balcões e pontos de contacto nacionais; e (e) promover a troca de boas práticas entre Estados-Membros e investir em programas e iniciativas de capacitação dos profissionais dos SCC, a nível nacional e europeu, para permitir a aquisição de novas competências, por exemplo digitais, que possibilitem a plena utilização do espaço digital, de forma a que a cultura conquiste novas audiências nos palcos virtuais do futuro.

É necessário também destacar o sucesso da PPUE que, apesar das adversidades e obstáculos impostos ao bom funcionamento da sua Presidência, conseguiu alcançar os seus desígnios ao promover uma recuperação justa, alavancada pelas transições verde e digital. Para mais, é de relevar o trabalho exímio feito pelo GEPAC no âmbito da área governativa da Cultura e do Audiovisual, que permitiu alcançar os propósitos nesta área, em concordância com os objetivos macro da Presidência, e difundir o amplo papel da cultura para o desenvolvimento sustentável.

De seguida, procede-se a uma apreciação do contributo do estágio para o meu percurso académico-profissional. A oportunidade de ter trabalhado com um organismo de tal prestígio e o privilégio de ter podido auxiliar no cumprimento das suas funções durante a Presidência Portuguesa, permitiram-me adquirir valiosos conhecimentos e competências para o meu percurso profissional na área. Para mais, permitiu conciliar a

componente teórica do meu mestrado à experiência prática no campo das relações internacionais em contexto da UE e a solidificar o conhecimento adquirido nas disciplinas de Instituições Europeias e Políticas Públicas Europeias administradas pela Professora Catherine Moury. Para além disso, esta experiência altamente gratificante foi um processo de constante aprendizagem, como demonstrado pela riqueza de tarefas que pude desenvolver, através do contacto direto com os assuntos da Presidência, bem como graças aos ensinamentos e ao acompanhamento diário que tive por parte dos meus colegas e orientadora do local de estágio.

A crise pandémica, sem precedentes, afetou, naturalmente, o trabalho do GEPAC, apesar de este ter continuado a desenvolver as suas atividades da melhor maneira possível. Porém, as dificuldades impostas pelos confinamentos e pela passagem para o modo de trabalho à distância, permitiram observar alguns problemas, relacionadas diretamente ou não com a pandemia, demonstrando que há espaço para o melhoramento do funcionamento do GEPAC. Assim, seguem-se algumas recomendações:

1. Apostar na capacitação digital das suas equipas

Visto que parte da Presidência se realizou à distância, com recurso a reuniões *online* interministeriais, com a Comissão ou com outros Estados-Membros, foi necessário adquirir conhecimentos na utilização de programas de colaboração e comunicação, como o Zoom, o Teams ou o Google Drive. Constatou-se que havia espaço para expandir o conhecimento e a utilização destas ferramentas, para que se tire total partido do meio digital, numa perspetiva de trabalho futuro.

2. Investir em equipamentos eletrónicos e *software* atualizados

A passagem para o regime de teletrabalho demonstrou que havia necessidade de atualizar parte do *software* e dos equipamentos eletrónicos para melhorar a produção e fluxo de trabalho numa ótica de otimização de resultados. Propõe-se, assim, o investimento em novas ferramentas que permitam a melhoria da comunicação interna e externa, de maneira que a equipa possa gerir com maior eficácia as necessidades de partilha de informação, trabalho colaborativo, disseminação de iniciativas e notícias,

entre outros fatores. Sugere-se, ainda, proceder a uma análise do *software* de forma a entender qual ainda está apto para ser utilizado e qual deve ser renovado.

3. Melhorar os meios de armazenamento de informação

Os servidores internos do GEPAC já se encontravam com pouco espaço de armazenamento e, por vezes, apresentavam problemas de conectividade. Por esse motivo, a tendência era de dispersão de informação por vários computadores e *emails*, de modo a evitar ocupar o pouco espaço restante nos servidores. Recomenda-se a resolução dos problemas de conectividade, aumentar a capacidade de armazenamento e, talvez, proceder a uma limpeza da informação inutilizada de forma a ganhar espaço.

4. Dar uma maior utilização às redes sociais

Sugere-se que o GEPAC aproveite o potencial das suas redes sociais, como o *Instagram* e o *Facebook*, de forma a alcançar um maior público e garantir uma maior visibilidade, tanto das suas atividades e iniciativas, como as do Ministério da Cultura e da UE, garantindo, assim, um maior conhecimento por parte dos portugueses da esfera cultural portuguesa e europeia, incentivando a sua participação.

Ao concluir o presente relatório de estágio, afirma-se que a cultura é uma componente essencial para a vida de todos os europeus, podendo constituir um caminho válido e eficiente para enfrentar os grandes desafios contemporâneos. Os Setores Culturais e Criativos enriquecem a vida de inúmeras pessoas, promovem o bem-estar, geram um sentimento de pertença e são um importante veículo para o diálogo intercultural, fomentando a compreensão do “outro”, a tolerância e a inclusão. De forma a tirar total proveito deste potencial dos SCC, face ao contexto pandémico em que decorreu o estágio, é necessário continuar a sua recuperação e torná-los mais resilientes face a futuras crises. A pandemia, além do seu impacto profundamente negativo, veio a reforçar a necessidade do papel destes setores, da fruição cultural e do trabalho dos profissionais da cultura no futuro pós-pandémico, relevando a sua importância para atingir o desenvolvimento sustentável.

Em suma, a cultura não pode continuar a ser relegada para segundo plano, devendo ser integrada plenamente no âmbito do desenvolvimento sustentável para que

se possa alcançar um futuro verdadeiramente sustentável, tanto na Europa, como no resto do mundo.

Bibliografia

Adger, W. N. et al., 2012. Cultural dimensions of climate change impacts and adaptation. *Nature Climate Change*, 3(1), pp. 112-117.

Agenda21forCulture, et al., 2015. *Communique: Culture in the SDG Outcome Document: Progress made, but Important Steps Remain Ahead*. Bruxelas: Agenda 21 for Culture.

Andrés-Gallego, J., 2006. *De la "cultura animi" a la cultura como hábito: De cómo la cultura llegó a ser lo que es hoy*. Salerno, Italia: Istituto di studi latinoamericani.

Astara, O. H., 2014. Culture as the Fourth Pillar of Sustainable Development. *Sustainable Development, Culture, Traditions*, 1(2), pp. 93-102.

Bandov, G., 2020. Croatia's EU Presidency: A strong Europe in a world of challenges. *European View*, 19(2), pp. 188-196.

Barraket, J., 2005. Putting people in the picture? The role of the arts in social inclusion. *Social Policy Working Paper No. 4*, Fevereiro, pp. 1-19.

Bär, S. & Kraemer, R. A., 1998. European Environmental Policy after Amsterdam. *Journal of Environmental Law*, 10(2), pp. 315-330.

Beckerman, W., 1994. Sustainable Development: Is it a Useful Concept?. *Environmental Values*, 3(3), pp. 191-209.

Bermejo, R., 2014. Sustainable Development in the Brundtland Report and Its Distortion. *Handbook for a Sustainable Economy*, 1(1), pp. 69-82.

Boroch, R., 2016. *A Formal Concept of Culture in the Classification of Alfred L. Kroeber and Clyde Kluckhohn*. 1 ed. Varsóvia: Warsaw University.

Brighenti, S. B., 2021. *A cultura e a promoção da democracia: recomendações da Carta do Porto Santo para os museus*, Online: MIDAS.

British Council, 2020. *The Missing Pillar*, Manchester: British Council.

Burford, G. et al., 2013. Bringing the "Missing Pillar" into Sustainable Development Goals: Towards Intersubjective Values-Based Indicators. *Sustainability*, 5(7), pp. 3036-3054.

Cameron, F., Hodge, B. & Salazar, J. F., 2013. Representing climate change in museum space and places. *WIREs Climate Change*, 4(1), pp. 9-21.

CEPAL, 2014. *Rio +20*. [Online]

Available at: <https://www.cepal.org/rio20/en/background#>

[Acedido em 03 02 2022].

Ciegis, R., Ramanauskiene, J. & Martinkus, B., 2009. The Concept of Sustainable Development and its Use for Sustainability Scenarios. *Engineering Economics*, Issue 2.

Ciot, M.-G., 2021. On European Green Deal and Sustainable Development Policy (the case of Romania). *Sustainability*, 13(21), pp. 1-17.

Comissão Europeia, DG Comunicação, 2018. *Spotlight on the European Year of Cultural Heritage 2018*, Bruxelas: Publications Office.

Comissão Europeia, DG EAC, 2017. *How culture and the arts can promote intercultural dialogue in the context of the migratory and refugee crisis : report with case studies, by WG of EU MS' experts on intercultural dialogue in the context of the migratory and refugee crisis under the OMC*, Bruxelas: Publications Office.

Comissão Europeia, DG EAC, 2018. *A New European Agenda for Culture*, Bruxelas: DG EAC.

Comissão Europeia, DG EAC, 2019. *From social inclusion to social cohesion : the role of culture policy*, Bruxelas: Publications Office.

Comissão Europeia, 2005. *The role of culture in preventing and reducing poverty and social exclusion*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2010. *Green Paper - Unlocking the potential of cultural and creative industries*, Bruxelas: Publications Office of the European Union.

Comissão Europeia, 2010. *The European Social Fund and Social Inclusion*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2016. *COM/2016/0739 Next steps for a sustainable European future European action for sustainability*. Estrasburgo: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2016. *Next steps for a sustainable European future European action for sustainability*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2017. *Special Eurobarometer 466 Cultural Heritage*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2017. *The new European consensus on development 'our World, our Dignity, our Future'*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2018. *Uma Nova Agenda para a Cultura*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2019. *From social inclusion to social cohesion*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2019. *Mariya Gabriel*. [Online]

Available at: https://ec.europa.eu/commission/commissioners/2019-2024/gabriel_en

[Acedido em 14 04 2022].

Comissão Europeia, 2019. *Para uma Europa sustentável até 2030*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2019. *Quadro estratégico para a política cultural da UE*. [Online]
Available at: <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/policies/strategic-framework-for-the-eus-cultural-policy>
[Acedido em 11 04 2022].

Comissão Europeia, 2020. *COM/2020/440 Adjusted Commission Work Programme 2020*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2020. *Cultura e Criatividade*. [Online]
Available at: <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/node/63>

Comissão Europeia, 2020. *Delivering on the UN's Sustainable Development Goals – A comprehensive approach*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia, 2020. *Glossary*. [Online]
Available at: https://home-affairs.ec.europa.eu/pages/glossary/culture_en
[Acedido em 17 02 2022].

Comissão Europeia, 2020. *Prémios Europeus do Património*. [Online]
Available at: <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/cultural-heritage/initiatives-and-success-stories/european-heritage-awards>
[Acedido em 14 04 2022].

Comissão Europeia, 2021. *Acerca do Programa Europa Criativa*. [Online]
Available at: <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/creative-europe/about-the-creative-europe-programme>
[Acedido em 11 04 2022].

Comissão Europeia, 2021. *Comissão Europeia*. [Online]
Available at: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/statement_21_2965
[Acedido em 2 10 2021].

Comissão Europeia, 2021. *Cultural heritage*. [Online]
Available at: <https://culture.ec.europa.eu/policies/selected-themes/cultural-heritage>
[Acedido em 13 04 2022].

Comissão Europeia, 2021. *CulturEU Funding Guide*. [Online]
Available at: <https://culture.ec.europa.eu/funding/cultureu-funding-guide>
[Acedido em 21 05 2022].

Comissão Europeia, 2021. *New European Bauhaus Beautiful, Sustainable, Together*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeu, 2019. *COM/2019/640 The European Green Deal*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Conselho da Europa, 2016. *Cultural Participation and Inclusive Societies*, Estrasburgo: Conselho da Europa.

Conselho da União Europeia, 2010. *Council conclusions on the role of culture in combating poverty and social exclusion*. Bruxelas: Conselho da UE.

Conselho da União Europeia, 2018. *Conclusões do Conselho sobre o Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022*, Bruxelas: Conselho da UE.

Conselho da União Europeia, 2020. *Programa do Conselho para 18 meses (1 de julho de 2020 - 31 de dezembro de 2021)*. Bruxelas: Conselho da União Europeia.

Conselho da União Europeia, 2021. *Conclusões do Conselho sobre a recuperação, a resiliência e a sustentabilidade dos setores culturais e criativos*. Bruxelas: Conselho da UE.

Conselho da União Europeia, 2021. *Consilium - European Union*. [Online]
Available at: <https://www.consilium.europa.eu/pt/council-eu/presidency-council-eu/>
[Acedido em 2021].

Conselho Europeu, 2019. *Uma Nova Agenda Estratégica para 2019-2024*. Bruxelas : Conselho Europeu.

Corner, A., Markowitz, E. & Pidgeon, N., 2014. Public engagement with climate change: the role of human values. *WIREs Climate Change*, 5(3), pp. 411-422.

Culture Action Europe, 2015. *Glossary: Article 151*, Bruxelas: CAE.

Culture Action Europe, 2018. *The Value and Values of Culture*, Barcelona: Culture Action Europe.

Culture Action Europe, 2019. *Implementing Culture Within the Sustainable Development Goals: The role of culture in Agenda 2030*. Bruxelas: Culture Action Europe.

Culture2030Goal, 2019. *Culture in the Implementation of the 2030 Agenda*, Barcelona: Culture2030Goal.

culture2030goal, 2021. *culture2030goal*. [Online]
Available at: <https://culture2030goal.net/>
[Acedido em 16 05 2022].

CultureActionEurope & Dâmaso, M., 2021. *Research for CULT Committee – The situation of artists and cultural workers and the post-COVID-19 Cultural Recovery in the European Union*, Bruxelas: Policy Department for Structural and Cohesion Policies.

Dessein, J., Soini, K., Fairclough, G. & Horlings, L., 2015. *Culture in, for and as Sustainable Development*, Finlândia: Universidade de Jyväskylä.

DFID, 2005. *Reducing Poverty by Tackling Social Exclusion: A DFID Policy Paper*, Londres: Department for International Development.

DGPC, 2021. *Conferência Digital "Museus e Responsabilidade Social"*. [Online]
Available at: <http://conferencemuseumsandsocialresponsibility.dgpc.pt/>
[Acedido em 05 11 2021].

- Diário de Notícias , 2021. *Costa: O mais abrangente e ambicioso compromisso alguma vez alcançado na UE*. [Online]
Available at: <https://www.dn.pt/politica/costa-o-mais-abrangente-e-ambicioso-compromisso-alguma-vez-alcancado-na-ue-13697561.html>
[Acedido em 3 11 2021].
- Diário de Notícias, 2020. São invisíveis, mas sem eles não haveria espetáculos: os técnicos querem mais apoios. *Diário de Notícias*.
- Dobson, A., 1996. Environment sustainabilities: An analysis and a typology. *Environmental Politics*, 5(3), pp. 401-428.
- Dobson, A., 1999. *Fairness and Futurity*. 1 ed. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Dodd, J. & Sandell, R., 2001. *Including Museums*, Leicester: University of Leicester.
- DR Cultura Norte, 2022. <https://culturanorte.gov.pt/noticias/marca-do-patrimonio-europeu-processo-de-selecao/>. [Online]
Available at: <https://culturanorte.gov.pt/noticias/marca-do-patrimonio-europeu-processo-de-selecao/>
[Acedido em 18 05 2022].
- Duran, D. C., Gogan, L. M., Artene, A. & Duran, V., 2015. The components of sustainable development - a possible approach. *Procedia Economics and Finance*, 26(1), pp. 806-811.
- Duxbury, L., 2010. A Change in the Climate: New Interpretations and Perceptions of Climate Change through Artistic Interventions and Representations. *Weather, Climate, and Society*, 2(4), pp. 294-299.
- Duxbury, N., Kangas, A. & Beukelaer, C. D., 2017. Cultural policies for sustainable development: four strategic paths. *International Journal of Cultural Policy*, 23(2), pp. 214-230.
- EUR-Lex, 2020. *Cultura*. [Online]
Available at: https://eur-lex.europa.eu/summary/chapter/10.html?expand=1001&locale=pt#arrow_1001
- Eurostat, 2017. *Sustainable development in the European Union: Monitoring Report on Progress Towards the SDGs in an EU Context*, Luxemburgo: Serviço das Publicações da UE.
- Eurostat, 2021. *Culture statistics - cultural employment*. [Online]
Available at: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Culture_statistics_-_cultural_employment#Cultural_employment_.E2.80.94_overall_developments
- Eurostat, 2022. *Sustainable development in the European Union*, Luxemburgo: Serviço das publicações da UE.
- EY, 2015. *Cultural Times: The first global map of cultural and creative industries*, Nova Iorque: EY.

- EY, 2021. *Rebuilding Europe: The cultural and creative economy before and after the COVID-19 crisis*, Paris: EY.
- Farmer, A., 2012. *Manual of European Environmental Policy*. Londres: Routledge.
- Gabrys, J. & Yusoff, K., 2012. Arts, Sciences and Climate Change: Practices and Politics at the Threshold. *Science as Culture*, 21(1), pp. 1-24.
- Galafassi, D. et al., 2018. Raising the temperature': the arts in a warming planet. *Environmental Sustainability*, 31(2), pp. 71-79.
- GEPAC, 2016. *Relatório de Atividades de 2016*, Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.
- GEPAC, 2017. *GEPAC - Quem somos?*. [Online]
Available at: <http://www.gepac.gov.pt/gepac/quem-somos.aspx>
- GEPAC, 2020. *A Iniciativa ECOC*. [Online]
Available at: <https://www.ecoc2027.mc.gov.pt/a-iniciativa>
[Acedido em 11 04 2022].
- GEPAC, 2021. *Conferência de Lançamento do Programa Europa Criativa*. [Online]
Available at: <https://ppue.gepac.gov.pt/ppue/conferencias/conferencia-de-lancamento-do-programa-europa-criativa>
- GEPAC, 2021. *PPUE GEPAC*. [Online]
Available at: <https://ppue.gepac.gov.pt/ppue>
[Acedido em 03 10 2021].
- GEPAC, 2021. *Shaping Desirable Futures Through Culture*, Lisboa: GEPAC.
- Giannachi, G., 2012. Representing, Performing and Mitigating Climate Change in Contemporary Art Practice. *Leonardo*, 45(2), pp. 124-131.
- GLLAM, 2000. *Museums and Social Inclusion*, Leicester: Research Centre for Museums and Galleries.
- Goniewicz, K. et al., 2020. Current Response and Management Decisions of the European Union to the COVID-19 Outbreak: A Review. *Sustainability*, 12(9), pp. 7-8.
- Goodland, R. & Ledec, G., 1987. Neoclassic economics and principles of sustainable development. *Ecological Modelling*, 38(1-2), pp. 19-46.
- Grober, U., 2007. *Deep roots - a conceptual history of 'sustainable development' (Nachhaltigkeit)*. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung.
- Hawkes, J., 2001. *The fourth pillar of sustainability: Culture's essential role in public planning*. 1 ed. Melbourne: Common Ground Publishing.
- Hees, S. R. W. v., 2014. Sustainable Development in the EU: Redefining and Operationalizing the Concept. *Utrecht Law Review*, 10(2), pp. 60-76.

- Holdren, J. P., Daily, G. C. & Ehrlich, P. R., 1995. *The Meaning of Sustainability: Biogeophysical Aspects*. Washington, D.C: The International Bank for Reconstruction.
- ICOMOS, et al., 2014. *Declaration on the Inclusion of Culture in the Sustainable Development Goals*. Bruxelas: Sustainable Development UN.
- IDEAConsult, Goethe-Institute, Amann, S. & Joost, H., 2021. *Research for CULT Committee – Cultural and creative sectors in post-Covid-19 Europe: crisis effects and policy recommendations*, Brussels: Policy Department for Structural and Cohesion Policies.
- IETM, 2019. *EU 2030 Agenda: what role for culture?*. [Online]
Available at: <https://www.ietm.org/en/news/eu-2030-agenda-what-role-for-culture>
[Acedido em 13 04 2022].
- IFACCA, Culture21, IFCCD & CultureActionEurope, 2013. *Culture as a goal in the post-2015 Development Agenda*. Bruxelas: Agenda 21 for Culture.
- Jary, D. & Jary, J., 1991. *Collins Dictionary of Sociology*. Glasgow: Harper Collins.
- Jornal Público, 2021. Apoio social da Cultura continua a excluir trabalhadores, alertam associações. *Jornal Público*.
- Juárez-Bourke, S., 2018. Performative Methods for Climate Change Communication in Academic Settings: Case Study of the Freiburg Scientific Theatre. *Handbook of Climate Change Communication*, 3(1), pp. 145-159.
- KEA & PPMI, 2019. *Research for CULT Committee – Culture and creative sectors in the European Union - key future developments, challenges and opportunities*, Brussels: Policy Department for Structural and Cohesion Policies.
- Klarin, T., 2018. The Concept of Sustainable Development: From its Beginning to the Contemporary Issues. *Zagreb International Review of Economics & Business*, 21(1), pp. 67-68.
- Kluckhohn, C. & Kelly, W., 1945. The concept of culture. *The Science of Man in the World Crisis*, 1(1), pp. 78-105.
- Lélé, S., 1991. Sustainable Development: A Critical Review. *World Development*, 19(6), pp. 607-621.
- Liu, N., 2020. How the Pandemic Upended Croatia's Bold EU Presidency Plans. *Voice of America*.
- Lomazzi, M., 2014. The Millennium Development Goals: experiences, achievements and what's next. *Global Health Action*, 7(1), pp. 1-2.
- Lütteken, A. & Hagedorn, K., 1999. *Concepts and issues of sustainability in countries in transition: an institutional concept of sustainability as a basis for the network*. Budapeste, FAO.
- Matarasso, F., 1997. *Use or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts*. 1ª ed. Gloucestershire: Comedia.
- Matarasso, F., 1998. *Learning development: an introduction to the social impact of public libraries*, Londres: Comedia.

- Maude, A., 2012. Defining and Explaining Sustainable Development and Sustainability: A Review of Curriculum Guides and School Texts. *Schooling for Sustainable Development*, Volume 3, pp. 49-61.
- McGregor, E. & Ragab, N., 2016. *The Role of Culture and the Arts in the Integration of Refugees and Migrants*, Bruxelas: European Expert Network on Culture and Audiovisual.
- Mensah, J., 2019. Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. *Cogent Social Sciences*, 5(1), pp. 1-29.
- Montalto, V. et al., 2020. *European Cultural and Creative Cities in Covid-19 times - Jobs at risk and the policy response*, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Moser, S. C. & Dilling, L., 2012. Communicating Climate Change: Closing the Science-Action Gap. Em: R. B. N. D. S. John S. Dryzek, ed. *The Oxford Handbook of Climate Change and Society*. Oxford: Oxford University Press, pp. 161-174.
- Mulcahy, K. V., 2016. *Public Culture, Cultural Identity, Cultural Policy: Comparative Perspectives*. 1ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Nurse, K., 2006. *Culture as the fourth pillar of sustainable development*. 1 ed. Londres: Commonwealth Secretariat.
- OECD, 2020. *OECD Economic Outlook*. Paris: OECD.
- OECD, 2021. *Economic and social impact of cultural and creative sectors*, Paris: OECD.
- ONU, 2010. *A/RES/65/1 - Keeping the promise: united to achieve the Millennium Development Goals*, Nova Iorque: ONU.
- ONU, 2012. *66/288. The Future We Want, Outcome Document of the United Nations Conference on Sustainable Development*, Nova Iorque: ONU.
- ONU, 2015. *A/70/L.1 Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, Nova Iorque: ONU.
- ONU, 2016. *Leaving no one behind: the imperative of inclusive development*, Nova Iorque: ONU.
- ONU, 2020. *A/75/298 Report on climate change, culture and cultural rights*, Nova Iorque: ONU.
- ONU, 2020. *The Sustainable Development Goals Report 2020*, Nova Iorque: Nações Unidas.
- ONU, 2020. *United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992*. [Online]
Available at: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>
[Acedido em 03 02 2022].
- ONU, 2022. *The Sustainable Development Goals Report*, Nova Iorque: ONU.
- Panteia, 2020. *The status and working conditions of artists and cultural and creative professionals*. [Online]
Available at:

<https://eenca.com/eenca/assets/File/EENCA%20publications/Study%20on%20the%20status%20and%20working%20conditions%20of%20artists%20and%20creative%20professionals%20-%20Final%20report.pdf>
[Acedido em 10 11 2021].

Parlamento Europeu, 2016. *European Parliament resolution of 19 January 2016 on the role of intercultural dialogue, cultural diversity and education in promoting EU fundamental values*. Estrasburgo: Parlamento Europeu.

Parlamento Europeu, 2018. *Ano Europeu do Património Cultural, um impulso para o emprego e o crescimento*. [Online]
Available at: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/eu-affairs/20180109STO91388/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-um-impulso-para-o-emprego-e-o-crescimento>
[Acedido em 18 05 2022].

Parlamento Europeu, 2021. *Achieving an effective policy legacy for the European Year of Cultural*, Estrasburgo: Parlamento Europeu.

Parlamento Europeu, 2021. *Eurodeputados propõem criação de um “estatuto europeu do artista”*. [Online]
Available at: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20211014IPR14924/eurodeputados-propoeem-criacao-de-um-estatuto-europeu-do-artista>
[Acedido em 20 05 2022].

Parlamento Europeu, 2021. *Proteger o estatuto e os rendimentos dos artistas na UE*. [Online]
Available at:
<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20211021STO15514/proteger-o-estatuto-e-os-rendimentos-dos-artistas-na-ue>
[Acedido em 20 05 2022].

Parlamento Europeu, 2021. *The situation of artists and the cultural recovery in the EU*. Estrasburgo: Parlamento Europeu.

Parlamento Europeu, 2021. *The situation of artists and the cultural recovery in the EU*. Estrasburgo: Parlamento Europeu.

Parlamento Europeu, 2022. *The Fight Against Poverty, Social Exclusion and Discrimination*, Estrasburgo: Parlamento Europeu.

Parsons, T., 1949. *Essays in Sociological Theory*. 1 ed. Nova Iorque: Glencoe IL.

Paul, B. D., 2008. A History of the concept of Sustainable Development: Literature Review. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 17(2), pp. 581-585.

Pezzey, J., 1989. *Economic Analysis of Sustainable Growth and Sustainable Development*. 1 ed. Washington, D.C: World Bank Group.

- Pezzey, J., 1992. *Sustainable Development Concepts: An Economic Analysis*. 1^o ed. Washington, D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development.
- Pezzoli, K., 1997. Sustainable Development: A Transdisciplinary Overview of the Literature. *Journal of Environmental Planning and Management*, 40(5), pp. 549-574.
- Pfeilstetter, R., 2017. Cultural Heritage: On the Socio-Anthropological Notion of Culture in Current Heritage Discourses. *Anthropos*, 112(2), pp. 609-616.
- Pisani, J. A. D., 2006. Sustainable Development - historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, 3(2), p. 92.
- Porritt, J., 2005. *Capitalism as if the World Matters*. 1 ed. London: Earthscan.
- Portal Diplomático, 2020. *Portal Diplomático*. [Online]
Available at: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/declaracao-conjunta-dos-secretarios-de-estado-dos-assuntos-europeus-do-trio-de-presidencias-alemanha-portugal-eslovenia-juntos-pelo-futuro-da-europa>
[Acedido em 2021].
- PPUE21, 2021. *2021Portugal.EU*. [Online]
Available at: <https://www.2021portugal.eu/pt/programa/programa-do-trio/>
- Presidência do Conselho de Ministros, 2021. *Decreto-lei 47/2012, de 28 de Fevereiro*. [Online]
Available at: <https://dre.tretas.org/dre/289540/decreto-lei-47-2012-de-28-de-fevereiro>
- Presidência Portuguesa, 2021. *Programa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia*. Lisboa: s.n.
- Prizzia, R., 2007. Sustainable Development in an International Perspective. *Handbook of Globalization and the Environment*, 1(1), pp. 19-22.
- Purvis, B., Mao, Y. & Robinson, D., 2018. Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability Science*, 14(1), p. 681–695.
- Redclift, M., 1992. The Meaning of Sustainable Development. *Geoforum*, 23(3), pp. 395-403.
- Redclift, M., 2005. Sustainable Development (1987-2005): an oxymoron comes of age. *Sustainable Development*, 13(4), pp. 212-227.
- REDS, 2021. *Objetivos de Desarrollo Sostenible y sus metas desde la perspectiva cultural*, Madrid: REDS.
- Rees, W. E., 1989. *Defining "Sustainable Development"*. Vancouver: UBC Centre for Human Settlements.
- Reid, D., 1995. *Sustainable Development: An Introductory Guide*. 1 ed. Nova Iorque: Earthscan.
- República Portuguesa, 2021. *Membros do governo participam na conferência de Alto Nível «Inteligência Artificial e o Futuro do Jornalismo – A IA tomará posse do 4.º poder?»*. [Online]
Available at: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=membros-do->

[governo-participam-na-conferencia-de-alto-nivel-inteligencia-artificial-e-o-futuro-do-jornalismo-a-ia-tomara-posse-do-4-poder](#)

[Acedido em 06 11 2021].

Sachs, J. D., 2015. *The Age of Sustainable Development*. 1º ed. Nova Iorque: Columbia University Press.

Sachs, W., 1999. Sustainable Development and the Crisis of Nature: On the Political Anatomy of an Oxymoron. Em: *Living with Nature: Environmental Politics as Cultural Discourse*. 1º ed. Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 21-42.

Santos, J. L. d., 1983. *O que é a cultura*. 16ª edição ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

Satterthwaite, D., 2006. *Barbara Ward and the Origins of Sustainable Development*. 1 ed. Londres: International Institute for Environment and Development (UK).

Sazonova, L., 2014. *Cultural Aspects of Sustainable Development*, Bulgaria: Friedrich Ebert Stiftung.

Schirnding, Y. v., 2005. The World Summit on Sustainable Development: reaffirming the centrality of health. *Globalization and Health*, 1(8), pp. 1-6.

Scott, C., 2011. Museums: Impact and value. *Cultural Trends*, 15(1), pp. 45-75.

SDSN, 2012. *A Framework for Sustainable Development*, Paris: Sustainable Development Solutions Network.

Sen, A., 2013. The Ends and Means of Sustainability. *Journal of Human Development and Capabilities*, 14(1), pp. 6-20.

Soini, K. & Birkeland, I., 2014. Exploring the scientific discourse on cultural sustainability. *Geoforum*, 51(1), pp. 213-223.

Soini, K. & Dessein, J., 2016. Culture-Sustainability Relation: Towards a Conceptual Framework. *Sustainability*, 8(2), pp. 167-179.

Spencer-Oatey, H., 2012. What is Culture? A compilation of quotations. *GlobalPAD Core Concepts*.

Srakar, A. & Vecco, M., 2016. Culture as a fourth dimension of sustainable development? A statistical analysis.. *ACEI Working Paper Series*.

Toonen, S., 2020. *Museums making a demonstrable positive impact in the fields of education and employability*, Edinburgo: Museum Galleries Scotland.

Tratado de Amesterdão, 1997. [Online]
Available at: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1997:340:FULL&from=PT>

Tratado de Lisboa, 2007. *EUR-Lex: Versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. [Online]
Available at: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016E/TXT&from=EN>

Tratado de Maastricht, 1992. *EUR-Lex: Versão consolidada do Tratado da União Europeia*. [Online] Available at: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:02016M/TXT-20200301&from=PT>

Tylor, E., 1871. *Primitive Culture, Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom*. Universidade de Michigan : J. Murray.

UCLG; Culture21, 2018. *Culture in the Sustainable Development Goals: A Guide for Local Action*, Barcelona: UCLG.

UCLG, 2004. *Agenda 21 for culture*, Barcelona: UCLG.

UCLG, 2010. *Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development*, Barcelona: UCLG.

UN DESA, 2020. *Open Working Group on Sustainable Development Goals*. [Online] Available at: <https://web.archive.org/web/20201230064927/https://sustainabledevelopment.un.org/owg.html> [Acedido em 03 02 2022].

UNESCO, 1969. *Cultural policy: a preliminary study*. 1ª ed. Paris: Unesco.

UNESCO, 2001. *UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity*, Paris: UNESCO.

UNESCO, 2005. *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. Paris: UNESCO.

UNESCO, 2012. *Measuring Cultural Participation*, Montreal: UNESCO.

UNESCO, 2013. *The Hangzhou Declaration: Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies*. Hangzhou: UNESCO.

UNESCO, 2015. *UNESCO's Work on Culture and Sustainable Development: Evaluation of a Policy Theme*. Paris: UNESCO.

UNESCO, 2016. *Culture Urban Future: Global Report on Culture for Sustainable Urban Development*, Paris: UNESCO.

UNESCO, 2019. *Culture | 2030 indicators*, Paris: UNESCO.

UNESCO, 2022. *RE SHAPING POLICIES for Creativity*, Paris: UNESCO.

UNRIC, 2016. *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*, Bruxelas: ONU.

Vecco, M. & McNeilly, N., 2020. *Session 4 – Role of Culture for Building Self-confidence and Empowerment to (re)Enter the Job Market*. s.l., Comissão Europeia.

Wavell, C., Baxter, G., Johnson, I. & Williams, D., 2002. *Impact Evaluation of Museums, Archives and Libraries: Available Evidence Project*, Aberdeen: Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries 2002.

WCED, 1987. *Our Common Future*, Oslo: Oxford University Press.

Wiktor-Mach, D., 2018. What role for culture in the age of sustainable development? UNESCO's advocacy in the 2030 Agenda negotiations. *International Journal of Cultural Policy*, 3(1), pp. 312-327.

Zheng, X. et al., 2021. Consideration of culture is vital if we are to achieve the Sustainable Development Goals. *One Earth*, 4(1), pp. 1-13.

Lista de Figuras

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Fonte: https://www.ods.pt/	23
Figura 2: Pilares ou dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Fonte: https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-018-0627-5#ref-CR84	28
Figura 3: Prioridades da Comissão von der Leyen e a sua ligação com os ODS. Fonte: <i>Sustainable development in the EU - Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context (2022)</i>	37
Figura 4: Os elementos do Pacto Ecológico Europeu. Fonte: COM/2019/640 O Pacto Ecológico Europeu.....	38
Figura 5: Três papéis da cultura para o desenvolvimento sustentável. Fonte: <i>Culture in, for and as sustainable development (2015)</i>	53
Figura 6: Emprego no setor cultural ao nível da UE (2015 e 2020). Fonte: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Culture_statistics_-_cultural_employment#Cultural_employment_.E2.80.94_overall_developments	67
Figura 7: Fonte: Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação, com base nos dados de 2018 do Eurostat (código de dados online <i>cult_emp_wsta</i>). Tabela retirada do relatório "European Cultural and Creative Cities in Covid-19 times, (2020).	91
Figura 8: Fonte: Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação, com base nos dados de 2018 do Eurostat (código de dados online: <i>cult_emp_artpc</i>). Tabela retirada do Relatório "European Cultural and Creative Cities in Covid-19 times, (2020).	92
Figura 9: Organograma do GEPAC – Figura retirada do Relatório de Atividades de 2016, GEPAC ..	121

Anexo A – Plano de Estágio GEPAC

Considerando que a temática do meu Mestrado é a área das Relações Internacionais-vertentes Estudos Europeus, gostaria de desenvolver o meu trabalho neste âmbito.

Assim, a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021 será um tópico importante a tomar em consideração, designadamente, no que diz respeito a:

- Organização dos trabalhos inerentes ao Programa Nacional da PPUE para a área da Cultura:

- Participação na organização de conferências, reuniões, seminários, tendo em conta ainda eventuais cenários de *streaming*;
- Contactos com as entidades/organismos do Ministérios/intervenientes neste processo;
- Elaboração de análise/organização documental necessária;
- Outros.

- Relações interinstitucionais no seio da União Europeia, envolvimento dos diferentes intervenientes no chamado “processo ordinário de decisão” e.g. na negociação do novo Programa Europa Criativa;

Encontro – me ainda disponível para trabalhar noutra esfera, multilateral ou bilateral, se tal for considerado útil.

André de Sousa Marques

Lisboa, 11 de setembro de 2020

Anexo B – Exemplo de conteúdo noticioso produzido para o *website* da PPUE

Portugal assume, a partir de 1 de janeiro de 2021, a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE21). A Presidência, que durará seis meses, desempenhará um papel crucial no combate à presente crise pandémica e económica originada pela COVID-19.

A Presidência Portuguesa nasce assim sob o lema "Tempo de agir: Por uma recuperação justa, verde e digital", focado em três grandes prioridades:

1. A promoção de uma recuperação impulsionada pelas transições climática e digital;
2. A concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
3. A afirmação de uma União Europeia mais autónoma no plano internacional, líder na ação climática e focada na transformação digital.

À PPUE21 caberá a plena implementação do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 que, sendo o "novo orçamento de longo prazo", vem a definir as prioridades políticas da União, os domínios de intervenção e os tetos máximos de despesa, bem como dar início ao processo de execução do Instrumento Próxima Geração UE (Next Generation EU), um novo fundo consubstanciado no Mecanismo de Recuperação e Resiliência que inclui a aprovação e execução dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência.

O impulso político à concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e ao reforço do modelo social europeu, outra grande prioridade nacional, fará com que, em maio, a cidade do Porto acolha a Cimeira Social, um dos eventos centrais da Presidência portuguesa, que juntará chefes de estado e de governo.

O facto de a Presidência portuguesa ser a primeira Presidência rotativa a lidar com o BREXIT fará com que esta se empenhe totalmente na aprovação e implementação do acordo provisório sobre a relação futura entre a União Europeia e o Reino Unido, para que as duas partes construam uma parceria forte e duradoura.

Por último, a Presidência apostará fortemente no multilateralismo e na afirmação da UE como um ator global que dará atenção especial às relações com os países da sua vizinhança, com o continente africano, com a América Latina e com a nova administração norte-americana, através de uma agenda transatlântica renovada.

Anexo C – Programa da Conferência sobre “Cultura, Coesão e Impacto Social”



The Portuguese Presidency of the Council of the European Union will hold a Conference on the topic of “Culture, Cohesion and Social Impact”, on 5 and 6 May to take place in Serralves Foundation, Porto, Portugal.

Culture’s potential and impact can be a powerful means to address complex social problems faced by contemporary societies. This Conference marks the important discussion towards a better understanding of the benefits of culture for social cohesion and aims to come up with solutions to maximize culture’s social impact.

It is widely accepted that the cultural sphere constitutes a privileged interface for the production of meanings, expression of ideas, beliefs, identities, values, and experiences. Culture provides the social space for dialogue, community gathering, sharing and celebration, while allowing for negotiation, praise, and criticism.

This role of culture becomes even more important in a post-pandemic world shattered by social distancing and related mental health issues, worsening environmental challenges, rampant levels of inequality and intolerance, and asymmetrical territorial development patterns. However, it is not possible to fully mobilize culture’s potential for the harmonious development of our societies and of our lives without matching cultural policies.

Cultural policies which are truly fit for the future shall empower individuals to be active creators of culture and living participants in a broad and open dialogue between citizens and communities, instead of focusing on the public as a mere audience or as a mass of cultural consumers. However, barriers to full and equal participation in the cultural sphere persist. Also, cultural agents themselves face significant difficulties now amplified by the pandemic crisis.

This event will bring together cultural players, thinkers, academics, and political and governmental officials from all over the European continent, with the aim of mobilizing Europe to unlock the potential of culture for social cohesion and current societal challenges.

Anexo D – Documento sobre “National measures to alleviate the impact of COVID-19 in the Cultural Sectors in the EU”



TABLE OF CONTENTS

1. HORIZONTAL MEASURES WITH EFFECTS ON CULTURE	4
1.1 SUPPORT FOR BUSINESSES	4
1.2 LABOUR MARKET, UNEMPLOYMENT SUPPORT	12
1.3 TAXES	19
1.4 SOCIAL SECURITY	24
1.5 OTHERS	27
2. SPECIFIC MEASURES FOR THE CULTURAL AND CREATIVE SECTORS	29
2.1 GENERALLY ADDRESSING THE CULTURAL AND CREATIVE SECTOR	29
2.2 DIGITALISATION	49
2.3 PERFORMING ARTS	55
2.4 AUDIOVISUAL SECTOR	67
2.5 MUSEUMS	75
2.6 MEDIA AND JOURNALISM	80
2.7 LITERATURE, BOOK AND PUBLISHING SECTOR	83
2.8 MUSIC SECTOR	89
2.9 EDUCATION	95
2.10. VISUAL ARTS AND DESIGN	98
3. REOPENING MEASURES FOR THE CULTURAL AND CREATIVE SECTORS	103
3.1 GENERALLY ADDRESSING THE CULTURAL AND CREATIVE SECTOR	103
3.2 DIGITALISATION	111

1. HORIZONTAL MEASURES WITH EFFECTS ON CULTURE

1.1 SUPPORT FOR BUSINESSES

MEASURE	SHORT DESCRIPTION	TARGET GROUP/NICHE	MEMBER-STATE
Other – rent support	If the lessor agrees to lower the rent by 50%, the state pays the remaining 50%. If no agreement is made, the lessee cannot be evicted for 24 months	All kinds of businesses	Slovakia
Partial compensation of revenues	Partial compensation of revenues for enterprises in tourism (congresses, cultural sites, leisure parks, gastronomy, etc.)	Tourism enterprises	
other	exemption from rent payments or reduction of rent payments for businesses in crisis-affected sectors	All kind of businesses	Latvia
Emergency support for businesses and SME	loan guarantees and loans for crisis solutions to businesses affected by the crisis by the the national development finance institution	All kind of businesses	Belgium
loans and guarantee facilities for SMEs	financial support and bridges for SME that are affected by Covid-19	All kinds of businesses	
guarantee scheme for new credits	state activates guarantee scheme for new credits and credit lines which banks will provide	All kinds of businesses	
suspension to pay bank installments	more flexibility for conditions on loans and grants, quicker procedures and payments, extension of loan periods, suspension of repaying loans	All kinds of businesses	
compensation scheme for running costs	financial support for SME and their financial damages due to Covid-19	All kinds of businesses	
insolvency law	the obligation to file for insolvency affected companies is suspended	All kinds of businesses	

4

Financial support by Croatian bank for recovery and development (HBOR)	Measure aimed at public and private businesses to ensure financing of current operations and settling of short-term obligations towards the state and financial institutions	Public and private businesses	Croatia
Financial support by HAMAG-BICRO, Croatian agency for small economy and investments	Financial support to SMEs impacted by the pandemic, to ensure liquidity of operations.	SMEs	
emergency support for businesses and SME	Hardship Fund: Since March 2020 one-person companies, micro-enterprises and freelancers can apply for partial compensation of the net income loss. Applicants can receive non-repayable grants between € 1.000 and 2.500 per month. The fund is administered by the Austrian Federal Economic Chamber. The fund is open to cultural SMEs and freelance artists.	SMEs and self-employed	

2. SPECIFIC MEASURES FOR THE CULTURAL AND CREATIVE SECTORS

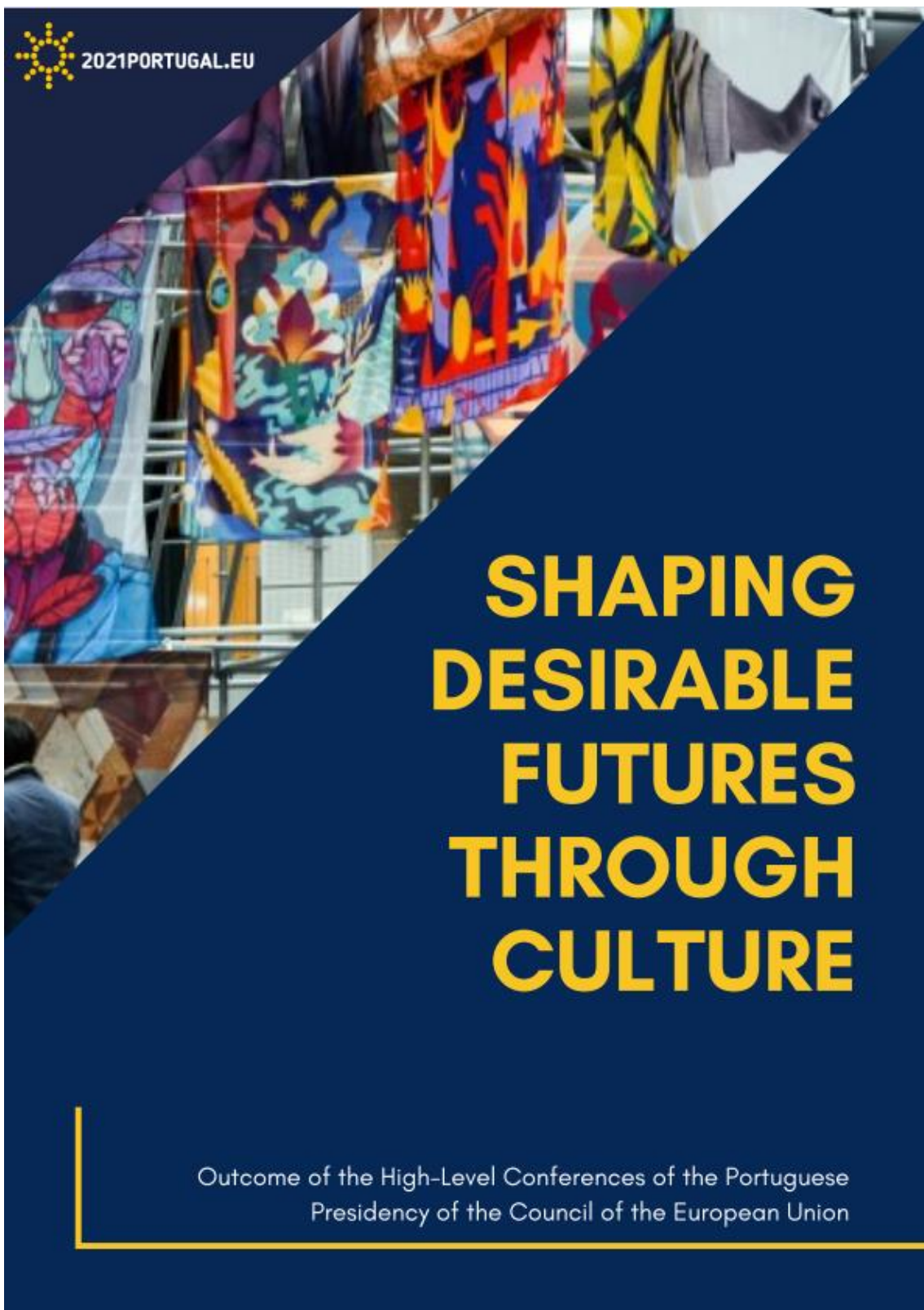
2.1 GENERALLY ADDRESSING THE CULTURAL AND CREATIVE SECTOR

MEASURE	SHORT DESCRIPTION	TARGET GROUP/NICHE	MEMBER-STATE
support for operating costs	partial compensation of operating costs	enterprises in the CCS	Slovakia
bridging financial gaps	partial compensation of revenue loss and expenses	NGO in the CCS	
other	authors normally pay 2% income to solidarity <u>fund</u> , the payments are now voluntary	artists, creators, freelancers	
other	financing of the State Culture Capital Foundation target programme "Creative Persons Employment Programme"	professionals of the CCS	Latvia
other	support in promoting modernization in the cultural sector and for creation of new cultural content (including creation of new cultural content or adaptation of existing cultural products for people with special needs)	CCS	
support for infrastructure of CCS	Support to complete the conversion, energy efficiency or refurbishment of cultural education institutions, cultural heritage institutions and professional art institutions	CCS	
survey of the impact of Covid on CCS	to analyse the consequences of the crisis on the cultural and creative sector	CCS	

29

other	financing of the State Culture Capital Foundation target programme "Support for the sustainability of cultural institutions affected by COVID-19"	CCS	Belgium
other	Transfer to "Development Financial institution Altum" for granting support to businesses who organize permanent public art, <u>entertainment</u> and recreation events	event organisers	
public consultations and discussions	initiating different consultations and meetings with the cultural and creative sector to map the current situation, to foster the exchange among stakeholders and to discuss experiences and measures in the crisis and identify possible solutions	CCS	Belgium
facilitating teleworking	facilitating and encouraging remote working in the CCS	CCS	
general prevention and hygiene measures	guarantee that hygiene and sanitation requirements are met, reduction of work teams	CCS	
emergency grants	national, regional and local authorities ease requirements and guarantee flexibility in connection with funds and grants for projects that had to change or be postponed due to Covid-19; refers to funding expenditure, administration and <u>reporting</u> ; <u>financial</u> support will be maintained despite these postponements and changes and payments will partly be accelerated; often case-by-case decisions	CCS	
deferral of tax payments	to bridge periods of uncertain income	CCS	
Public call for	Grants to independent artists who professionally perform independent		

Anexo E – Relatório “*Shaping Desirable Futures Through Culture*”





Main Takeaways - The new Creative Europe Programme 2021-2027



News from the Creative Europe Programme 2021-2027

The new Creative Europe 2021-27 Programme has a financial allocation of 2.5 billion euros and brings together initiatives to support the cultural and creative sectors, which are of increased importance for post-pandemic recovery.

Media

Media's most important asset is the European community of creators, producers, distributors, festival organizers, filmmakers, among other actors, all willing to collaborate, breaking down borders and language barriers.

Despite the highly challenging context, the sector has shown resilience and an impressive ability to reinvent itself.

The new Creative Europe Programme aims to:

- create conditions to level playing field and foster new types of collaboration, meeting the specific needs of low-capacity countries;
- foster the innovation dimension with regard to new business and collaboration models, and new forms of innovative content designed to face growing competition from outside Europe and to capture new audiences;

- promote scaling up, which is of great importance to preserve the creative autonomy of the production and distribution sector by supporting the growth of companies, helping them to be stronger and more resilient. Collaboration is an effective means of scaling up;
- also reflect cross-cutting priorities to address contemporary societal challenges: diversity, inclusion, and gender balance, on the one hand; greening and sustainability, on the other.

The New Ecological Pact will be implemented together with the industry and in close dialogue with all participants, reinforcing good practices and establishing a system of incentives, always respecting creative and editorial independence.

Culture

Aiming to help the cultural and creative sectors out of the crisis caused by the pandemic, there is a strong focus on trying to make the programme more accessible, through technical and administrative improvements that help channel funds where they are most needed.

It was identified a need to increase co-financing at European level to guarantee access to available funds, especially in countries, regions or contexts with greater difficulties.